



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

RICARDO ADRIANO DE ANDRADE

**A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS:
ANÁLISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO
DE 1966 A 1981**

Campinas
2024

RICARDO ADRIANO DE ANDRADE

**A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS:
ANÁLISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO
DE 1966 A 1981**

*Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas como parte
dos requisitos exigidos para a obtenção do título
de Doutor em Educação na Área de Educação*

Orientadora: Professora Doutora Fabiana de Cássia Rodrigues

**ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VER-
SÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO
ALUNO RICARDO ADRIANO DE ANDRADE E
ORIENTADA PELA PROFESSORA DRA. FA-
BIANA DE CÁSSIA RODRIGUES**

Campinas
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Gustavo Lebre de Marco - CRB 8/7977

An24q Andrade, Ricardo Adriano de, 1985-
A questão da Universidade Estadual de Campinas : análise histórica do processo de institucionalização de 1966 a 1981 / Ricardo Adriano de Andrade. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Fabiana de Cássia Rodrigues.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Universidade Estadual de Campinas - História. 2. Institucionalização. 3. Educação (Superior). 4. Ditadura. I. Rodrigues, Fabiana de Cássia. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The issue of the State University of Campinas : historical analysis of the institutionalization process from 1966 to 1981

Palavras-chave em inglês:

State University of Campinas - History
Institutionalization
Education (Higher)
Dictatorship

Área de concentração: Educação

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

Fabiana de Cássia Rodrigues [Orientador]
Lalo Watanabe Minto
Caio Navarro de Toledo
Maria de Fátima Félix Rosar
Lucelma Silva Braga

Data de defesa: 22-04-2024

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0006-1143-8958>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/4369535461210876>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

TESE

**A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS:
ANÁLISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO
DE 1966 A 1981**

RICARDO ADRIANO DE ANDRADE

COMISSÃO JULGADORA:

Prof^a. Dr^a. Fabiana de Cássia Rodrigues
Prof. Dr. Lalo Watanabe Minto
Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo
Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Félix Rosar
Prof^a. Dr^a. Lucelma Silva Braga

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2024

Ao professor José Luís Sanfelice (*in memoriam*).
Como narração de profundo e afetuoso reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é resultado de seis anos de trabalho e de muitas prosas necessárias. Muitas pessoas camaradas e parceiras contribuíram para que essa tese pudesse ser desenvolvida, suprasse dissemelhanças e encontrasse seu curso.

Agradeço a orientadora, parceira e amiga professora Fabiana de Cássia Rodrigues. Professora e pesquisadora de dedicação rara no meio acadêmico, tanto pelas conversas com ideias brilhantes sobre a pesquisa, a respeito da necessidade de cultivar um pensamento lúcido em face dos problemas da universidade brasileira como pela cara amizade. É efetivo que a presente pesquisa não seria possível sem a orientação rigorosa da Fabi. E ainda que tenhamos debatido de modo minucioso as relações entre forma e conteúdo e pensado cada expressão e frase deste trabalho, os limites são de minha inteira responsabilidade: nessa pesquisa a orientação se expressa naquilo que aqui aparece de melhor, mais concreto e preciso.

Agradeço aos professores Lalo Watanabe Minto, Caio Navarro de Toledo e as professoras Maria de Fátima Félix Rosar e Lucelma Silva Braga que participaram da banca de qualificação e defesa – pesquisadores e intelectuais que admiro e respeito muito. Ao Lalo pela camaradagem, amizade, rara afinidade intelectual e confiança não só no trabalho de pesquisa, mas também na labuta de equacionar as questões educacionais imediatas e mediatas da miséria da educação brasileira de modo crítico. Ao professor Caio, incansável intelectual militante que continuamente desenvolve ideias e interpretações necessárias para perspectivarmos horizontes políticos e sociais transformadores; a pesquisa do professor Caio não somente foi a principal inspiração para desenvolver a presente pesquisa como também para encaminhar a crítica necessária a história da universidade. À professora Maria de Fátima, intelectual com admirável coerência de propósitos e de rara habilidade de continuar lutando por uma educação que perspetive a revolução social; como também interlocutora assídua e fundamental no meu processo de formação na pesquisa. À Lucelma pela amizade bacana, pelas sugestões de fontes precisas e necessárias, assim como pela interlocução teórico e prática preciosa.

Também agradeço a professora e professores suplentes Rodrigo Sarruge Molina, Talita Francieli Bordignon e Régis Henrique dos Reis Silva. Ao Rodrigues pela camaradagem, amizade e ideias necessárias. À Talita pela amizade fundamental e pelas ideias precisas desde

que iniciei meus estudos na pesquisa. Ao Régis pela disponibilidade de sempre, conversas e sugestões precisas.

Ainda agradeço à servidora Telma Murari e à equipe do Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) não somente pela disponibilidade em relação as fontes primárias, mas também pela disposição e dedicação em sugerir questões e propostas para condução da pesquisa. Sem ao auxílio precioso da Telma essa pesquisa no mínimo seria pouco precisa.

À professora Silvia Menegatti e ao professor Aldair Rodrigues. À professora Silvia pelo interesse e divulgação da presente pesquisa. Ao professor Aldair pela disponibilidade necessária em relação as fontes do Arquivo da Associação de Docentes da UNICAMP.

Ao servidor Eloi Lima pela disponibilidade e interlocução necessária para encaminhar a pesquisa.

Ao professor Rubens Bedrikow e à professora Rosana Onocko Campos. Não só pelo envio do Dossiê sobre o professor Sérgio Arouca, mas também pela confiança em um trabalho de história de educação que ousou debater outras áreas de conhecimento e problematizar teses hegemônicas que circulam na universidade.

À professora Angelica Lovato pela interlocução mais que necessária sobre a ditadura e questões da conjuntura nacional e pelo envio do relatório parcial da Comissão da Verdade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Às professoras sempre presentes no meu itinerário de formação e pesquisa: Elza Margarida Mendonça Peixoto, Catiana Leila Possamai Romanzini e Adriana Machado Penna.

Agradeço também às trabalhadoras e aos trabalhadores das bibliotecas da Faculdade de Educação, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Instituto de Economia da UNICAMP pela disponibilidade e disposição tanto na realização dos serviços necessários ao trabalho como na busca precisa de fontes.

Aos trabalhadores e às trabalhadoras da Faculdade de Educação da UNICAMP por assegurarem condições para meu processo de formação e desenvolvimento desta pesquisa.

À Patricia Guimarães e Gabrielle Silva pelo trabalho de revisão precioso e mais que necessário do presente trabalho.

Também agradeço aos colegas e professores do grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) e grupo de estudos e pesquisas Educação e Crítica Social (GEPECS) pelas relevantes contribuições para minha formação e precisão do trabalho de pesquisa. Especialmente à Karen Aparecida de Carvalho e Ana Laura Lopes Carvalho.

Registro também meu agradecimento às camaradas e aos camaradas da Associação de Pós-Graduandos da Faculdade de Educação (APG-FE). Especialmente à Daniele de Melo Silvano, Gislaine dos Santos Pereira, Mayara Gregoracci dos Santos e Viviane Cardoso da Silva.

Aos camaradas do coletivo Coletivo Jacuba. Não somente pelo grupo de estudo e processos formativos necessários, mas também por pautar coletivamente a necessidade do controle das condições de trabalho no serviço público de Hortolândia.

Às professoras, servidoras e servidores da Escola Municipal Dr^a Zilda Arns Neumann. Especialmente às professoras Telma Cunha e Gilmara Santos.

Também, em especial, registro meu agradecimento às camaradas, pesquisador e pesquisadora imprescindíveis Carolina de Roig Catini, Caroline Maria Florido, Jorge Neves, Lidiane Awaihará, Liliane Bordignon, Marcela Pergolizzi e Samantha Lodi-Correa que, em momentos decisivos desse percurso, foram interlocutoras e interlocutor rigorosos e precisos no processo de produção desta pesquisa. Admiro e respeito muito vocês!

Por fim, agradeço à minha mãe, Angela, ao meu pai, João Batista, aos meus irmãos, Teddi e Kauã, e à família Santos Andrade, com carinho.

É o Gato de Cheshire. Agora vou ter com quem falar”.
“Como é que está se saindo?”, disse o Gato, assim que já havia bastante boca para poder
falar.
Alice esperou para que os olhos aparecessem, e então acenou. “Não adianta falar com ele”,
pensou, “enquanto as orelhas não aparecessem, ou pelo menos uma delas.” No minuto
seguinte apareceu toda a cabeça, e então Alice pôs o seu flamingo no chão e começou a dar
um relatório do jogo, sentido-se muito feliz de ter alguém que a escutasse. Pelo visto, o Gato
achou que já havia o suficiente de sua pessoa à vista, e nada mais apareceu.
“Não acho que joguem corretamente”, começou Alice num tom bastante queixoso, “e todos
brigam tão terrivelmente que não se pode escutar nem a própria voz... e não parecem ter
nenhuma regra particular, pelo menos, se há regras, ninguém as obedece... e você não faz
*ideia de como é confuso todas as peças serem vivas*¹.

¹ Lewis Carrol [Charles Lutwidge Dodgson]. Aventuras de Alice no País das Maravilhas. [1865/1897]
Tradução de Rosaura Eichenberg, Porto Alegre: L&PM, 2021.

RESUMO

A pesquisa que ora se apresenta tem por objetivo analisar o processo de institucionalização da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e sua relação com a história da Educação Superior (ES) brasileira de 1966 a 1981. Analisa-se neste trabalho os interesses e relações em disputa que propiciaram a fundação e o desenvolvimento da institucionalização da UNICAMP na conjuntura da ditadura empresarial-militar, quando havia um acirrado debate em torno das mudanças da ES brasileira. Também examina-se na presente pesquisa a maneira como se concretiza a institucionalização da universidade na ditadura empresarial-militar, expressa nos processos decisórios da UNICAMP e na ascendente constituição de formas de organização política de docentes, discentes e servidores não docentes. Desse modo, elencam-se os seguintes objetivos: a) Analisar as relações entre a forma e o processo de institucionalização da UNICAMP e as políticas educacionais da ES brasileira impressas pela ditadura empresarial militar de 1966 a 1981; b) Identificar as tendências políticas (nos seus aspectos jurídicos e sociais) assumidas pela forma de institucionalização da universidade no período em questão; c) Investigar a relação entre a crise da forma e do processo de institucionalização da universidade e os limites tanto da luta pela democratização da universidade engendrada pelas formas de organização de docentes, discentes, servidores, pela comunidade universitária como da luta pela democratização da sociedade brasileira de meados dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980; d) Explicitar as contradições da forma e do processo de institucionalização da UNICAMP na conjuntura das mudanças da ES brasileira durante a ditadura empresarial militar de 1966 a 1981. Trata-se de um trabalho de história da educação, que se baseia em fontes primárias e secundárias. Para tanto, foram analisadas fontes primárias, documentos produzidos pela universidade (Atas, Relatórios, Portarias, Legislação Jurídica, Processos Administrativos, Jornais e Correspondência), bibliografia de autores(as), associações e entidades. Sendo assim, a tese está organizada em três capítulos, o primeiro tem por objetivo apresentar as relações entre a institucionalização da universidade e a produção de um estatuto jurídico concatenado tanto à expansão da ES como à reforma universitária homologada pela ditadura empresarial-militar brasileira ao final dos anos 1960. No segundo capítulo, analisa-se o modo pelo qual as categorias de docentes, estudantes e servidores não docentes equacionaram a questão do processo de institucionalização arquitetando a pauta pela democratização da UNICAMP entre meados dos anos 1970 e anos iniciais da década de 1980. Por fim, o terceiro capítulo discute de que modo se consubstanciou a crise da forma e do processo de institucionalização da universidade naquela conjuntura política e social, em 1981.

Palavras-Chave: Universidade Estadual de Campinas - História. Institucionalização. Educação (Superior). Ditadura.

ABSTRACT

The research presented here aims to analyze the institutionalization process of the State University of Campinas (UNICAMP) and its relationship with the history of Brazilian Higher Education (HE) from 1966 to 1981. It analyzes the interests and relationships in dispute that led to the establishment and development of the institutionalization of UNICAMP in the context of the business-military dictatorship, when there was a fierce debate surrounding changes in Brazilian HE. This work examines the way in which the institutionalization of the university takes place in the business-military dictatorship, expressed in the decision-making processes of UNICAMP and in the ascendant constitution of forms of political organization of professors, students and non-professor workers. Therefore, the following objectives are listed: a) Analyze the relationships between the form and process of institutionalization of UNICAMP and the educational policies of Brazilian HE imposed by the business-military dictatorship from 1966 to 1981; b) Identify the political trends (in their legal and social aspects) assumed by the form of institutionalization of the university in the period in question; c) Investigate the relationship between the crisis in the form and process of institutionalization of the university and the limits of both the struggle for the democratization of the university engendered by the forms of organization of professors, students, non-professor workers, by the university community and the struggle for the democratization of Brazilian society from the mid-1970s to the early 1980s; d) Explain the contradictions in the form and process of institutionalization of UNICAMP in the context of changes in Brazilian HE during the business-military dictatorship from 1966 to 1981. This is a work on the history of education, which is based on primary and secondary sources. To this end, primary sources, documents produced by the university (Minutes, Records, Reports, Ordinances, Legal Legislation, Administrative Processes, Newspapers and Mailing), bibliography of authors, associations and entities were analyzed. Therefore, the thesis is organized into three chapters, the first of which aims to present the relationships between the institutionalization of the university and the production of a legal statute concatenated to both the expansion of HE and the university reform approved by the Brazilian business-military dictatorship at the end of the 1960s. In the second chapter, it analyzes the way in which the categories of professors, students and non-professor workers considered the issue of the institutionalization process, creating the agenda for the democratization of UNICAMP between the mid-1970s and the early 1980s. Finally, the third chapter discusses how the crisis in the form and process of institutionalization of the university was consolidated in that political and social conjuncture in 1981.

Key-words: State University of Campinas - History. Institutionalization. (Higher) Education. Dictatorship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Associações Docente
ANDES	Associação de Docentes do Ensino Superior
ADUNESP	Associação de Docentes da Universidade Estadual Paulista <i>Júlio de Mesquita Filho</i>
ADUNICAMP	Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas
ADUSP	Associação de Docentes da Universidade de São Paulo
ASSUC	Associação de Servidores e Servidoras da Universidade Estadual de Campinas
CA	Centro Acadêmico
CD	Conselho Diretor
CEE	Conselho Estadual de Educação
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONSU	Conselho Universitário
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DEPES	Departamento de Planejamento Econômico e Social
DMPS	Departamento de Medicina Preventiva e Social
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
ES	Educação Superior
FCM	Faculdade de Ciências Médicas
FOP	Faculdade de Odontologia de Piracicaba
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFGW	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IMECC	Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MD	Movimento Docente

ME	Movimento Estudantil
MS	Movimento de Servidores e Servidoras
UNE	União Nacional de Estudantes
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UC	Universidade de Campinas
UNESP	Universidade Estadual Paulista <i>Júlio de Mesquita Filho</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 FORMA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, EDUCAÇÃO SUPERIOR E DITADURA EMPRESARIAL MILITAR BRASILEIRA	24
1.1 As bases da forma da institucionalização da Universidade Estadual de Campinas	24
1.2 As relações entre a forma de institucionalização e a Reforma Universitária	33
1.3 Forma de institucionalização, Estatuto e a vida social da Universidade Estadual de Campinas	47
2 PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E A LUTA DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS DE 1966 A 1981	63
2.1 Movimento Docente, Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas e controle das condições e do trabalho docente	63
2.1.1 O processo de expurgo da fração crítica do Departamento de Medicina Preventiva e Social comandado pelo Estatuto, Conselho Diretor e reitoria da Universidade Estadual de Campinas	66
2.1.2 Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas e controle do trabalho docente	77
2.2 Movimento Estudantil, Diretório Central de Estudantes e a pauta por condições de permanência	84
2.3 Movimento de Servidores e Servidoras, Associação de Servidores e Servidoras da Universidade Estadual de Campinas e a questão das condições de trabalho	105
3 CRISE DA FORMA E DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	117
3.1 A crise da forma de institucionalização e o processo de resistência democrática da comunidade universitária contra a intervenção do governo do estado de São Paulo em 1981	117
3.2 A proposta preliminar à forma de institucionalização elaborada pela Assessoria de Desenvolvimento Universitário como resolução da crise	135

CONCLUSÃO.....	141
REFERÊNCIAS	148
ANEXO 1.....	165
ANEXO 2.....	166
ANEXO 3.....	167
ANEXO 4.....	168

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o processo de institucionalização da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e sua relação com a história da Educação Superior (ES) brasileira de 1966 a 1981. Nesta perspectiva, buscou-se explicitar como se expressa o processo de institucionalização da universidade diante das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas na sociedade brasileira durante esse período histórico. Não se trata, portanto, de uma pesquisa sobre toda história da universidade, mas sim da história relacionada ao seu processo de institucionalização de 1966 a 1981.

O processo de institucionalização da UNICAMP foi inaugurado em 1966, quando formalizou-se a regularização da ampliação do *campus* da universidade, e teve sua conclusão em 1987, com a instalação do Conselho Universitário (CONSU), tendo passado por uma inflexão em 1981: se consubstancia, nesse ano, uma crise da institucionalização da universidade. Resultante tanto das mudanças da ditadura empresarial-militar como dos limites da luta pela democratização da sociedade brasileira, a intervenção direta do governo do estado de São Paulo, consentida pelo Conselho Diretor (CD) e pela reitoria da universidade, interrompeu a democratização da universidade laborada pelas formas de organização e pela comunidade universitária da UNICAMP. Também se assinala que a conjuntura estudada é concomitante à política educacional da ES da ditadura empresarial-militar, sobretudo à Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e, anos depois, ao processo da luta pela democratização da sociedade brasileira da segunda metade dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980.

Sobre o tema em foco, foi realizado um levantamento bibliográfico em que foram encontrados 29 trabalhos produzidos nas universidades estaduais de São Paulo². Na análise dessas referências, é possível reparar que: i) os(as) autores(as) que examinaram a história da ES brasileira mais recente sugerem aproximações sobre a história da UNICAMP, porém há poucos estudos que tratam da questão do processo de institucionalização da universidade; e ii) as pesquisas/estudos que apresentam informações sobre a história da instituição utilizam essas ideias para análise de outros aspectos e privilegiam outras questões.

² Levantamento efetivado em 6 de setembro de 2021 a partir da expressão “Unicamp” no campo de busca “título” e “assunto” nas bibliotecas digitais da Universidade de São Paulo (USP), UNICAMP e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Os trabalhos de Meneghel (1994; 2006) e Almeida (1995; 2002) apresentam os limites tanto das relações entre a forma de institucionalização e o debate sobre os modelos de universidade brasileira como das relações entre a UNICAMP e a burguesia empresarial. Lima (1989), propondo a necessidade da revisão do modelo de gestão administrativa da universidade, aponta que a carência de critérios precisos e concretos no processo de institucionalização, de 1966 a 1978, limitou o desenvolvimento científico e social da UNICAMP.

Enquanto Meneghel (1994; 2006) – ao perscrutar a relação entre a criação da universidade, o período da gestão da reitoria do docente Zeferino Vaz e a conjuntura das mudanças da ES durante os anos 1960 e 1970 – caracteriza a UNICAMP como um modelo de universidade, um padrão e mesmo uma referência de universidade moderna na ES brasileira. Almeida (1995; 2002) – analisando a relação entre a fundação e a produção da universidade e os interesses e relações da burguesia empresarial – identifica que o reconhecimento e legitimação institucional da UNICAMP passou pela sua vinculação às empresas nacionais e internacionais, às quais a universidade teve a função não só de formar quadros de profissões liberais como também de fornecer produção tecnológica. Já Lima (1989), situando a UNICAMP no processo de modernização capitalista e caracterizando a universidade como uma organização social, explica que o modelo administrativo de gestão adotado pela universidade durante seus primeiros doze anos foi relevante, porque contribuiu para o reconhecimento político e para a ampliação da universidade, mas dissonante em relação ao alto controle de suas esferas deliberativas sobre os processos decisórios da universidade. Reconhecendo que a perspectiva do horizonte social das camadas médias urbanas, da pequena-burguesia brasileira, também contribui à projeção da UNICAMP ao patamar de vanguarda na produção nas áreas das ciências exatas, Lima (1989), por outro lado, constata que essa mudança estava em descompasso com um modelo administrativo de gestão harmônico.

Distinguindo-se dos relevantes trabalhos e sem descartar o nexos entre a forma de institucionalização da UNICAMP, as mudanças da ES e o processo de luta pela democratização da universidade e da sociedade brasileira, a presente pesquisa objetiva analisar e qualificar o processo de institucionalização da UNICAMP de 1966 a 1981.

Também justifica-se o presente trabalho pelo relevante papel desempenhado pela UNICAMP na sociedade brasileira, expressa em: alta e relevante produção científica (estudos

e pesquisas como modelos de referência nacional e internacional); corpo discente da pós-graduação proporcionalmente equivalente ao da graduação (47%); conexão ativa com a comunidade (13 hospitais e unidades de saúde, 2 colégios de ensino técnico, mais de 1300 cursos de extensão e 23 cursos de licenciatura); o maior acervo da América Latina dedicado à história social, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL); o Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, centro de pesquisas e estudos de referência nacional a respeito de teorias feministas e de gênero; experiências acadêmicas e políticas singulares (associação docente referência); autores(as) (alta formação de quadros profissionais) que atuaram ou estudaram na universidade³; e a internacionalização amplamente reconhecida tanto na América Latina como nos demais centros de produção de conhecimento da sociedade capitalista contemporânea.

A justificativa deste estudo, ainda, relaciona-se à divulgação do relatório final da Comissão da Verdade e Memória da UNICAMP *Octávio Ianni* (Relatório, 2015) que aponta resultados ausentes nos recentes estudos e pesquisas a respeito da vida social e da história da universidade no período político da ditadura brasileira (1964/1985). Formalizando o reconhecimento de processos inéditos e denunciando a violação de direitos ocorridos durante a ditadura empresarial-militar na sociedade brasileira, os trabalhos da Comissão sinalizam que a forma de institucionalização da UNICAMP, comandada pelo Estatuto, CD e pela reitoria da universidade, produziu processos arbitrários relacionados tanto ao controle do trabalho docente, dos processos formativos dos(as) estudantes, das condições de trabalho da categoria de servidores e servidoras não docentes como no direcionamento da produção e desenvolvimento da pesquisa (ciência/tecnologia) (Relatório, 2015; Toledo, 2016).

Desse modo, no presente trabalho, reconheceu-se que as mudanças ocorridas nos primeiros quinze anos da UNICAMP caracterizam seu processo de institucionalização, sobremaneira, na formalização de medidas e regramentos em uma conjuntura de disputa pelo controle da vida social da universidade. As alterações no estatuto jurídico e as mudanças no CD da universidade, conjugadas e resultado da mobilização política engendrada pelo Movimento Docente (MD), Movimento Estudantil (ME), Movimento de Servidores e Servidoras (MS), e, a partir de meados dos anos 1970, por suas respectivas formas de organização, Associação de Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP), Diretório Central de

³ No período histórico em exame, é possível destacar: Antônio Sérgio da Silva Arouca e Anamaria Testa Tambellini (médicos sanitaristas), Cesare Mansueto Giulio Lattes (físico), Fausto Castilho (filósofo), Paulo Reglus Neves Freire (filósofo e educador), entre outros(as) que constituem referências de reconhecimento internacional.

Estudantes da UNICAMP (DCE) e Associação de Servidores da UNICAMP (ASSUC), são referências fundamentais à pesquisa sobre as disputas que envolveram o processo de institucionalização.

As formas pelas quais as entidades e comunidade universitária responderam às mudanças da política educacional da ES, assim como aos embates pela democratização da sociedade brasileira, da década de 1970 aos anos 1980, determinaram, de maneira significativa, os conflitos e proposições em pauta na definição de medidas, regramentos e composição dos processos decisórios da UNICAMP.

Nesse sentido, interpretando processo de institucionalização como forma pela qual a universidade e a comunidade universitária equacionam a vida social da UNICAMP produzindo relações, ideias, estatuto e formalizando regramentos e medidas consensuais sociais com amplo lastro nas mudanças da ES brasileira, depreende-se, na presente pesquisa, que a forma de institucionalização da UNICAMP de 1966 a 1981 foi *restrita*.

Essa *forma de institucionalização restrita* é expressão tanto das mudanças da ES na ditadura empresarial-militar como dos limites da luta pela democratização da universidade e da sociedade brasileira. Por um lado, há uma institucionalização inscrita no estatuto jurídico formulada pela política educacional da ES da ditadura empresarial-militar, uma forma de institucionalização restrita ao comando do CD e da reitoria; e, por outro, há a luta pela democratização do processo de institucionalização engendrado pelas formas de organização das categorias e pela comunidade universitária da universidade. Em 1981, essa contradição resulta em uma crise da forma e do processo de institucionalização: a resposta conciliatória do CD, da reitoria, de parte do MD e da ADUNICAMP via validação da eleição da reitoria de 1982 a 1986 encerra a forma restrita e produz uma outra fase da institucionalização.

Fundamentando-se principalmente na interpretação sobre as relações entre institucionalização da ES e capitalismo dependente brasileiro, desenvolvida por Florestan Fernandes (1975, 1976, 1979, 1984) e autores afinados com essa referência (Leher, 2010 e 2018; Minto, 2014), ponderou-se o debate da historiografia em curso, tanto referente às questões teóricas e metodológicas a respeito do estudo entre as relações das mudanças da ES e a história da educação no Brasil quanto da historiografia acerca das instituições educacionais; colocaram-se, dessa maneira, as seguintes indagações no trabalho em questão: i) Quais são as relações entre a forma e o processo de institucionalização da UNICAMP e a política educacional da ES brasileira lavrada pela ditadura empresarial-militar de meados dos anos

1960 aos anos iniciais da década de 1980? ii) Como respondem as formas de organização de docentes, discentes e servidores, da comunidade universitária à questão do processo de institucionalização da universidade de 1966 a 1981? E quais são as relações jurídicas e políticas que se estabeleceram no processo de institucionalização em relação à participação dos integrantes da comunidade nos processos decisórios da UNICAMP? iii) De que modo se relacionam a luta pela democratização da vida social brasileira, a luta pela democratização da universidade e o processo de institucionalização da UNICAMP de meados dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980? E quais são as relações entre a crise da forma e do processo de institucionalização e as mudanças da conjuntura brasileira do período em pauta? iv) Quais são as possibilidades e os limites, em termos de concretização de uma universidade com efetiva participação e de vida social democratizante, que o processo de institucionalização da UNICAMP expressa no período em foco?

O presente estudo, assim, busca investigar os interesses e relações em disputa que propiciaram a fundação e o desenvolvimento da UNICAMP na conjuntura da ditadura empresarial-militar em que havia um acirrado debate em torno das mudanças da ES brasileira. Examina-se, neste trabalho, a maneira como se concretiza a institucionalização da universidade em meio ao controle político e econômico advindo da ditadura empresarial-militar, expresso nos processos decisórios da UNICAMP, e a ascendente constituição de formas de organização política de docentes, discentes e servidores não docentes. Desse modo, elencam-se os seguintes objetivos: a) Analisar as relações entre a forma e o processo de institucionalização da UNICAMP e as políticas educacionais da ES brasileira impressas pela ditadura empresarial-militar de 1966 a 1981; b) Identificar as tendências políticas (nos seus aspectos jurídicos e sociais) assumidas pela forma de institucionalização da universidade no período em questão; c) Investigar a relação entre a crise da forma e do processo de institucionalização da universidade e os limites tanto da luta pela democratização da universidade engendrada pelas formas de organização de docentes, discentes, servidores, pela comunidade universitária como da luta pela democratização da sociedade brasileira de meados dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980; e d) Explicitar as contradições da forma e do processo de institucionalização da UNICAMP na conjuntura das mudanças da ES brasileira durante a ditadura empresarial-militar de 1966 a 1981.

Trata-se de um trabalho de história da educação que se baseia em fontes primárias e secundárias. A análise desses registros processou-se da seguinte forma: priorizou-se os

acontecimentos relacionados à institucionalização da UNICAMP registrados nas legislação estadual e federal; alterações registradas no Estatuto da universidade (1969-1977); nas Atas do CD (1967-1982), Relatórios de Gestão da UNICAMP (1966-1982) e da Comissão Organizadora (1966), Atas da Comissão dos Estatutos da Universidade de Campinas (1968-1969), Atas da Comissão de Ensino (1968-1969), Atos, Portarias, Normas e Comunicados produzidos pela UNICAMP; Atas de Reuniões, Atas de Assembleias, Informes, Panfletos, Boletins e Jornais da ADUNICAMP, Centros Acadêmicos do ME, DCE, ASSUC; entrevistas transcritas de docentes e estudantes concedidas à Comissão da Verdade e Memória *Octavio Ianni* da UNICAMP, assim como entrevistas ou depoimentos transcritos de categorias envolvidas diretamente ou que caracterizavam o processo de institucionalização da universidade concedidos a acervos, arquivos, coletâneas, periódicos científicos ou programas de entrevista; além das reportagens e matérias sobre a UNICAMP registradas em jornais da grande imprensa e filmes documentários.

Pretendeu-se, dessa maneira, desenvolver o confronto/cruzamento de documentos (registros escritos, imagens, filmes/gravações), dados estatísticos, entrevistas de indivíduos envolvidos na história da universidade e pesquisas precedentes sobre a temática. Foram utilizadas, assim, além das fontes primárias – documentos editados pela universidade (Relatórios, Atas, Portarias, Legislação Jurídica, Processos Administrativos, Propostas de Criação/Organização de Departamentos, Pareceres, Jornais e Correspondências) –, tanto a bibliografia de autores(as), associações, entidades (ADUNICAMP, DCE e ASSUC) que tratam do contexto histórico na forma de registro de acontecimentos como análises históricas.

Dessa maneira, objetivou-se narrar e analisar os acontecimentos relacionados ao processo de institucionalização, sem desconsiderar a versatilidade dos contextos em que as fontes foram produzidas, do relato sintético das servidoras não docentes Clementina Dória e Arlinda Rocha Camargo na Comissão dos Estatutos e no CD, passando pela falta de dados precisos nas entrevistas gravadas ou transcritas de docentes, discentes e servidores(as) não docentes para eventos comemorativos, pela relativa interferência de docentes da UNICAMP nas reportagens publicadas na grande imprensa, até ao assédio e constrangimento efetivado pela repressão para obter o depoimento de docentes e estudantes registrados no arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS).

Também, adotou-se, no presente trabalho, como forma padrão nas referências dessas fontes, registrar a natureza da fonte (Ata, Boletim, Jornal) seguida pela data, dia, mês e ano

em que foram produzidas ou publicadas contextualizando de modo preciso as circunstâncias históricas do acontecimento narrado.

Relacionando o problema a materiais e métodos propostos pelo presente estudo, a forma de análise dos resultados busca caracterizar o sentido e a relevância do processo de institucionalização da UNICAMP perante a ES e a sociedade brasileira. Ainda é possível inferir que a análise busca ampliar a qualificação tanto do debate sobre a forma de institucionalização universitária na história da ES como da historiografia de instituições educacionais no Brasil.

É relevante, também, mencionar que o formato da narrativa e a análise desenvolvida na presente pesquisa estão concatenados na medida em que os acontecimentos conferem inflexões no processo de institucionalização da UNICAMP. Nesse sentido, acontecimentos ou episódios compartilhados pelas três categorias foram debatidos em partes distintas do texto, privilegiando os aspectos relacionados especificamente àquela categoria. Uma ilustração: a greve de 1979, que envolve toda a comunidade universitária e transforma a forma de institucionalização da UNICAMP, é registrada em três tópicos distintos no capítulo 2, sendo narrada de modo distinto em cada um dos segmentos. Logo, diferentes dimensões dos acontecimentos narrados são abordadas ao longo da exposição da pesquisa.

Por conta desse formato da análise, reservou-se um amplo espaço no texto ao debate sobre o processo de expurgo de fração de docentes, técnicos(as) e estudantes residentes do Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS) da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da UNICAMP. Tal acontecimento é parte importante da análise desenvolvida, porque não somente caracteriza as formas de repressão presentes na forma de institucionalização – via Estatuto, CD e reitoria da UNICAMP –, que suspendeu processos formativos, pesquisas e programas de extensão com lastro social, como se tratava de um projeto com alto teor democratizante no âmbito da saúde pública. A experiência interrompida vinculava-se a práticas e concepções teóricas que continham já os germes que fundamentaram, anos mais tarde, na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Estes processos sociais são caros à tangibilidade da UNICAMP como instituição-chave nas mudanças da sociedade contemporânea, assim como expressam as contradições do processo de institucionalização, tendo em vista que a FCM foi fundada com o intuito estrito de formar quadros profissionais na área das ciências biológicas. Assim, repara-se que a forma de institucionalização

suprassumia os interesses e relações de classe da burguesia expressos pelo CD e reitoria da universidade.

A apresentação da pesquisa foi organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo, ***Forma de institucionalização da Universidade Estadual de Campinas, Educação Superior e Ditadura Empresarial-Militar brasileira***, tem por objetivo apresentar as relações entre a institucionalização da universidade e a produção de um estatuto jurídico concatenado tanto à expansão da ES como à reforma universitária homologada pela ditadura empresarial-militar brasileira em meados dos anos 1960.

No segundo capítulo, ***Processo de institucionalização e a luta das formas de organização e da comunidade universitária pela democratização da Universidade Estadual de Campinas de 1966 a 1981***, analisa-se o modo pelo qual as formas de organização das categorias que compunham a universidade equacionaram a questão do processo de institucionalização, arquitetando a pauta pela democratização da UNICAMP no contexto das mudanças da ES e da ditadura empresarial-militar de meados dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980.

Já no terceiro capítulo, ***Crise da forma e do processo de institucionalização da Universidade Estadual de Campinas***, objetiva-se analisar de que modo se consubstanciou a crise da forma e do processo de institucionalização da universidade, bem como os limites da luta pela democratização da UNICAMP na conjuntura da luta pela democratização da sociedade brasileira nos primeiros anos da década de 1980.

1 FORMA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, EDUCAÇÃO SUPERIOR E DITADURA EMPRESARIAL MILITAR BRASILEIRA

No presente capítulo, apresentam-se os objetivos da criação da UNICAMP contextualizando a questão da institucionalização em face da reforma universitária operacionalizada pela burguesia empresarial-militar em meados dos anos 1960. Ao passo que, na primeira parte, analisa-se os momentos iniciais da institucionalização da universidade, na segunda, identifica-se as relações entre essa forma de institucionalização, a reforma universitária e, na terceira, examina-se o processo de elaboração do Estatuto, forma jurídica da institucionalização da UNICAMP, e sua disparidade com as mudanças da vida social da universidade.

1.1 As bases da forma da institucionalização da Universidade Estadual de Campinas

A própria reforma universitária foi reformada, segundo um figurino bicéfalo plasmado pela usaidização (um composto híbrido, [Ministério da Educação e Cultura] MEC- [United States Agency for International Development] USAID) e imposto centralizadamente pelo braço militar do regime ditatorial. Configura-se, assim, o tríplice movimento que estilhou a nossa florescente universidade. Os Estados Unidos forneceram o cérebro com as fórmulas inovadoras seguras, o Estado brasileiro entrou com os técnicos títeres e a vontade “revolucionária”, que impôs de cima para baixo [...] as novas normas da “institucionalização” da vida universitária, sendo que a própria universidade brasileira forneceu a retaguarda que garantiu o êxito fácil do conformismo “institucionalizado” (Fernandes, 1984, p. 13-14).

Mesmo que se consensualize a fundação da UNICAMP em 1966, ano que inicia sua formalização jurídica como universidade e a ampliação do *campus* de Campinas, o funcionamento efetivo da universidade se dá nos anos iniciais daquela década (UNICAMP, 2016). Com a aprovação do orçamento viabilizado pelo governo do estado de São Paulo e incorporando a FCM, situada no centro da cidade de Campinas, instituição existente juridicamente desde 1958, a UNICAMP, originariamente denominada Universidade de Campinas (UC), é inaugurada em 1963. Somente após a homologação da reforma

universitária, em novembro de 1968, e a aprovação de um estatuto jurídico próprio, em julho de 1969, a universidade passa a denominar-se UNICAMP.

Resultado da campanha de classes sociais ligadas às profissões liberais (jornalistas, médicos, médicas e da área da saúde pública) do estado de São Paulo, a UC é criada com a finalidade de formar quadros profissionais e desenvolver pesquisa básica e aplicada nas áreas das ciências biológicas e exatas – apenas a partir de 1967 iniciam-se atividades de pesquisa e ensino na área de humanas.

Artigo 11. A UC tem como órgãos de sua administração superior o reitor e o CONSU.

[...]

Artigo 26. O primeiro CONSU será constituído quando forem preenchidos 2/3 (dois terços) dos lugares destinados a professores catedráticos.

Parágrafo único. Enquanto o primeiro CONSU não for formado, suas funções serão desempenhadas por um Conselho de Curadores, e o reitor será nomeado diretamente pelo Executivo

[...]

Artigo 30. Decorridos 5 (cinco) anos da instalação da universidade as disposições estatutárias estabelecidas nesta lei poderão ser modificadas por decreto do Executivo.

Parágrafo único. Enquanto a UC não baixar seus próprios Estatutos, ser-lhe-ão aplicados, no que couber, para a solução dos casos omissos, o Estatuto e as demais disposições legais referentes à Universidade de São Paulo (USP) (São Paulo, 1962, p. 732-734).

Dirigida pelo Conselho de Curadores e reitoria, a forma de institucionalização da UNICAMP, de dezembro de 1962 a setembro de 1965, limitou-se a efetivar, de modo relativo, as atividades laborais, de ensino e determinar as relações jurídicas exclusivamente da FCM.

Formado por docentes (efetivos e convidados) da UC, um representante discente do Centro Acadêmico *Adolf Lutz* (CAAL), ligado ao curso de medicina, representantes do governo do estado, da secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, da secretaria da Educação, da Universidade de São Paulo (USP), da Prefeitura Municipal de Campinas, das Associações Coligadas de Campinas, secretário específico e reitoria, o Conselho de Curadores da UC, de maio de 1963 a setembro de 1965, realizou vinte duas reuniões. Priorizando a contratação de docentes, o estabelecimento das condições objetivas de trabalho da FCM e assinaladas por uma claudicante elaboração de um Estatuto específico (UNICAMP, Conselho de Curadores, 1965), as reuniões do Conselho de Curadores explicitavam a ausência de uma política estratégica que viabilizasse a normatização e a ampliação da universidade para além da consolidação da FCM. A UC efetivava-se em uma universidade sem forma jurídica própria,

sem colegiados deliberativos efetivos além do Conselho de Curadores e com uma única unidade de ensino e pesquisa.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente no período (Brasil, 1961), uma universidade se constituía pela reunião de, pelo menos, cinco institutos ou faculdades distintas, desse modo, sem uma proposta imediata de ampliação do *campus*, da arquitetura de mais unidades de ensino e pesquisa, a UC tinha a possibilidade de tornar-se uma instituição isolada de ensino superior. Sob manifestações críticas tanto do Conselho Estadual de Educação (CEE), exigindo a regularização da UC, como também do ME e CAAL, pautando a necessidade de condições de estudo equivalentes às necessidades dos discentes, o governo estadual de São Paulo determina ao CEE encaminhamentos e procedimentos para viabilizar a continuidade da institucionalização da UC coerente à legislação. Propondo a transformação efetiva da UC em universidade, os pareceristas da comissão especial nomeada pelo CEE para exame da questão esclareciam que

[...] A complexidade decorrente da organização prevista da lei e a aparente inexistência de um plano geral, [...] uma programação gradual dos trabalhos de instalação das muitas unidades universitárias; assim como, por outro lado, uma certa corrida contra o tempo – para ver transformado [...] o pleno funcionamento da universidade – parece constituírem a única possível explicação para a confusão e desorganização administrativa da universidade.

Entre muitos outros sinais reveladores do que alegamos e que poderiam estender demasiadamente este relatório – reiteramos os seguintes: [...] além do Conselho de Curadores não há outro órgão colegiado em funcionamento. É o Conselho de Curadores que desempenha [...] e até que se instale o CONSU, as funções deste; exerce, também, funções de congregação [instância deliberativa], pois é ele que aprova programas de ensino; [...] o projeto de Estatuto da universidade constitui espantosa mistura de sistemas e de ideias, que variam do ótimo ao péssimo, do arrojadamente moderno ao rançosamente obsoleto.

Se não há plano, diretriz, política universitária para implantação dos órgãos previstos [...], temerário seria permitir o prosseguimento e a ampliação das atividades da universidade nos moldes que vem sendo adotados.

[...] Propomos, por isso, o entendimento de que a UC existe embora em estado de organização, tendo sido autorizada a instalar-se pelo governo do estado, desde que foi nomeado seu reitor, isso antes de criado o CEE. Não está, porém, autorizada a funcionar como tal [...].

Por outro lado, a Faculdade de Medicina [FCM] [...] foi autorizada a se instalar [...] tendo sido permitido o funcionamento de suas duas primeiras séries por este Conselho [CEE].

Em consequência, pode e deve o CEE, ao considerar a situação excepcional do caso em exame: [...] propor que seja constituída e nomeada pelo [...] governador do estado uma “Comissão Organizadora da UC”, a fim de planejar a gradativa formação e instalação das unidades universitárias e de sua administração superior (Ferraz *et al.*, 1965, p. 7).

Em setembro de 1965, o CEE designa uma Comissão Organizadora, composta pelos docentes Zeferino Vaz, presidente da Comissão, Paulo Gomes Romeu e Antonio Augusto de Almeida (UNICAMP, 1966; Lima, 1989; Meneghel, 1994), com o objetivo de regularizar a institucionalização e ampliar o *campus* da UC.

Por meio da conjugação de interesses e de relações com a burguesia paulista relacionada aos setores industriais e, majoritariamente, empresariais, após quinze meses de trabalho, a Comissão Organizadora conquista não só um extenso território no distrito de Barão Geraldo do município de Campinas, a 12 km do centro, como amplia a abrangência de cursos nas áreas das ciências exatas e biológicas da universidade. Além dos Institutos de Biologia, Física, Química, Matemática, as Faculdades de Engenharia, são incorporadas: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Rio Claro, concretizada em 1966; a Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), homologada em 1967; e a Faculdade de Engenharia de Limeira (FEL), protocolada em 1969, bem como são instalados os Colégios Técnicos da universidade. Também se ampliou a contratação docente correspondente à direção das novas áreas: André Tosello (Engenharia de Alimentos), Giuseppe Cilento (Química), José Fonseca Valverde (Engenharia Mecânica e Elétrica), Marcello Damy de Souza Santos (Física), Rubens Murillo Marques (Matemática); Antonio Augusto de Almeida e Walter Hadler são nomeados diretores da FCM e do Instituto de Biologia, respectivamente. Normatizou-se, ainda, as atividades de ensino e pesquisa com a aquisição desde periódicos científicos, passando por novos equipamentos, até a transferência da FCM para uma área mais ampla do Hospital da Santa Casa, localizado no centro da cidade de Campinas. Regularizava-se a UC legislativa como também juridicamente.

A) Considerando que as prioridades preconizadas para a implantação de novos cursos na UC atendem às demandas e necessidades da coletividade regional, além da estadual e da nacional;

B) Considerando que para a satisfação imediata daquelas necessidades de novos cursos básicos estão satisfeitas as condições indispensáveis de existência do corpo docente capacitado, assim como de equipamentos, biblioteca, edifícios e dotações orçamentárias razoáveis;

[...]

1 – Ficam autorizados a instalação e funcionamento na UC dos Institutos de Biologia, de Matemática, de Física e de Química.

2 – Ficam autorizados a instalação e funcionamento das seguintes faculdades: a) Faculdade de Engenharia (cursos de Engenharia Mecânica e Elétrica); b) Faculdade de Tecnologia de Alimentos; c) Faculdade de Ciências (cursos de Química, Física, de Matemática e de Biologia) [...].

3 – Ficam autorizados a instalação e funcionamento do curso de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia de Limeira integrante da UC.

[...]

4 – Ficam autorizadas a instalação e funcionamento da universidade de Colégios Técnicos Industriais [...].

5 – O CEE representará ao senhor Governador encarecendo o envio de projeto de lei à assembleia legislativa visando incorporar à UC as Faculdades de Farmácia e Odontologia de Piracicaba e a de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, passando aquela a denominar-se FOP da UC (UNICAMP, Comissão Organizadora, 1966, p. 21-22).

Repara-se que a regularização das bases da institucionalização da UNICAMP concorre com a mudança de conjuntura política brasileira propiciada pelo golpe de Estado e de instalação da Ditadura do Grande Capital em 1964 (Ianni, 2019). Oferecendo ensino endereçado à formação de quadros nas esferas industriais e empresariais, bem como capacitando o desenvolvimento de pesquisas específicas em áreas inéditas na América Latina, as medidas de regularização corroboravam para o processo de intensificação da expansão da ES brasileira.

Se, de acordo com Maria Almeida (1995) e Eloi Lima (1989) – pesquisadores que assinalam a afinidade eletiva entre a criação da UNICAMP e o setor produtivo –, nos primeiros anos, a universidade se distinguia das demais, voltando-se, prioritariamente, à “produção da pesquisa tecnológica” (Almeida, 2002, p. 24) e à “ciência e tecnologia aplicáveis ao setor produtivo” (Lima, 1989, p. 124), deslocando seu núcleo dinâmico para as ciências exatas, a universidade, contudo, era semelhante às demais, já que não rompia com o controle da ES brasileira efetivado pelas profissões liberais.

Ajustada aos interesses e relações da burguesia empresarial, a constituição das bases da institucionalização da universidade estava em desarranjo com a problematização da relação entre ES e a sociedade em desenvolvimento pautada na reforma universitária e demais reformas sociais, as denominadas reformas de base, que eram exigidas pela vigorosa ascensão de mobilizações políticas de frações populares organizadas, camadas médias urbanas, sindicatos, associações e trabalhadores urbanos e rurais. A reforma universitária, conjugada às reformas de base nucleares – agrária, tributária, fiscal, bancária e urbana⁴ –, colocava a

⁴ As reformas de base e seus possíveis efeitos mais relevantes eram: a reforma agrária, quebrando-se o monopólio das classes dominantes sobre a propriedade da terra “expresso na predominância do latifúndio”, possibilitava “aumentar e baratear a oferta alimentar” e reduzir o êxodo rural; com a reforma tributária e fiscal, facultava-se “assegurar a racionalização das principais fontes” dos recursos públicos; com a reforma bancária perspectivava-se “compor um sistema de crédito capaz de subsidiar o financiamento” do “processo de industrialização”; e já com a promulgação da reforma urbana, habilitava-se “regular socialmente o uso do solo citadino” (Netto, 2014, p. 42). Em relação à inflexão na história da ES produzida pela reforma agrária homologada pela ditadura empresarial-militar, ver a pesquisa de Molina (2022) sobre a história da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP.

questão da ES relacionada a um horizonte político de mudança na ordem do dia na sociedade brasileira durante os anos 1960.

Durante o período em apreço, intensificou-se uma crise econômica de implicações políticas substantivas na realidade brasileira. Encerrava-se a fase expansiva de industrialização nacional que foi iniciada no imediato pós-segunda grande guerra, com o prolongamento da política econômica de substituição de importações, e alçou seu ápice na segunda metade dos anos 1950, quando se ampliou a capacidade produtiva dos setores da indústria de transformação. Condicionada pelo aumento da escala do mercado interno, por políticas estatais confluentes ao desenvolvimento da indústria nacional, do crescimento da produção dos setores da agricultura e, simultaneamente, por uma política fiscal e cambial que privilegiava o investimento privado na indústria, o papel do Estado com catalisador nessa expansão foi central (Netto, 2014). Mesmo com a centralização do comando da produção no Estado, a redução do ritmo da capacidade produtiva conectada à falta de plasticidade do mercado interno colocava em primeiro plano o sentido político do capitalismo brasileiro e suas instituições políticas e sociais correspondentes.

Também incorporadas, especialmente em 1963, na pauta do governo João Goulart (1961-1964), as reformas de base eram resoluções para a crise que aspiravam garantir uma relativa soberania de perspectiva nacionalista, com o centro decisório da orientação da produção na sociedade brasileira e no marco das instituições democráticas. Pode-se afirmar, ainda, que nos poucos meses do governo Goulart, constatou-se uma ampla base política e ideológica das camadas populares e da classe trabalhadora sem precedentes na história social brasileira – a política “começava a deixar de ser privilégio do governo e do Parlamento para alcançar, de forma intensa, a fábrica, o campo, o quartel e as ruas” (Toledo, 2014, p. 41). A superação da crise supunha, assim,

[...] medidas econômicas acopladas a mudanças institucionais profundas. Exigia – pelos interesses de grupos nacionais e internacionais com os quais se confrontaria – um governo com larga base político-social e com uma grande legitimidade para promover um conjunto de reformas que, mesmo sem comprometer os fundamentos do regime capitalista, conduzisse o capitalismo brasileiro a um novo estágio. A implicação política da crise consistia nisto: numa substantiva reforma das instituições políticas, capaz de sustentar as bases de uma política econômica apta a implementar as reformas que esta exigia (Netto, 2014, p. 42).

Negando a forma de expansão de universidades e institutos isolados dissociada dos interesses e relações da sociedade brasileira como todo, pautada, precipuamente pelo ME

brasileiro capitaneado por sua entidade representativa máxima, a União Nacional dos(as) Estudantes (UNE), a reforma universitária preconizava a necessidade da representação discente nas esferas deliberativas e da democratização da ES.

Criada nos anos 1930 com o objetivo de mobilizar e organizar o ME, a UNE se posicionou na vanguarda do debate sobre a reforma universitária nos anos 1960, porque canalizou “ideias, princípios e reivindicações que questionavam” (Sanfelice, 2008, p. 73) e problematizavam tanto as propostas educacionais como as políticas econômicas e sociais vigentes. A entidade propunha uma reforma universitária baseada nos princípios da autonomia universitária, entendida como gestão paritária, “em todos os níveis de docentes e estudantes, sem distinção de categorias, assegurando a participação de funcionários, em comissões formadas mediante eleições” como também a “destinação de recursos estatais para as universidades” determinados; e democratização como a adoção de processos que possibilitassem a admissão de um maior número de indivíduos e, sobremaneira, o acesso efetivo das camadas populares à ES correlacionado à “gratuidade do ensino em todos os níveis”, mudanças nas formas de ingresso, “expansão dos cursos noturnos” e condições de permanência (Cunha, 2007b, p. 104).

Não relacionada de modo imediato às reformas sociais reivindicadas, mas à expressão da versatilidade dos esforços da conjuntura para superar a expansão de uma ES brasileira sem lastro social, a fundação da Universidade de Brasília (UnB) foi uma forma de institucionalização afinada, mesmo que de maneira limitada, às necessidades de uma sociedade em mudança. Precedendo em um ano ao funcionamento efetivo da UNICAMP, a UnB foi a primeira universidade brasileira integrada – o formato da ES corrente até então ou era dos institutos e faculdades isoladas ou de faculdades e institutos reunidos por uma única gestão administrativa, as chamadas universidades conglomeradas.

Esse formato de universidade integrada tinha por perspectiva facultar um vínculo concreto entre ensino, extensão e, sobretudo, pesquisa; e, por outro lado, romper com o comando da vida social da universidade operado pelos interesses privatistas das faculdades e institutos das profissões liberais.

Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, educadores da vanguarda do primeiro grupo de dirigentes da UnB designado pelo governo Goulart, determinaram que o formato da universidade precisava se dar em torno de uma série de institutos centrais divididos com base em linhas de disciplinas, cada uma responsável pelo ensino, pesquisa e extensão nos níveis de

graduação e pós-graduação. Também “não se adotaria o sistema de cátedra, e os institutos teriam uma organização de tipo colegiado” (Schwartzman, 2015, p. 327). À medida em que a USP, via fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (a partir de 1969, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), problematizando a universidade como reprodutora social da ciência importada e restrita à formação de quadros das profissões liberais, não rompeu com essa tendência, o formato de universidade integrada da UnB objetivava torna-se uma referência à ES brasileira.

Contudo, mesmo que, nos seus primeiros anos, de 1962 a 1965, a UnB não tivesse reformulado seu estatuto – que centralizava a direção da universidade na figura da reitoria –, não tivesse constituído colegiados deliberativos efetivos ou nem estabelecido critérios bem definidos sobre a carreira docente (Salmeron, 2012), a universidade em questão, assim como as demais universidades e institutos isolados, a proposta de reforma universitária e as outras reformas de base que estavam confluentes a um horizonte burguês de mudança social foram interrompidas, hipotecadas ou alteradas no seu caráter de classe pela ditadura do grande capital instalada em 1964.

Buscava-se uma reforma universitária que nascesse a partir de dentro da instituição, conjugada ao esforço dos estudantes, professores e funcionários que desejassem envolver-se no processo. Uma reforma de alta densidade que, para efetuar certas alterações profundas, requeria uma revolução democrática na sociedade. Ambas falharam. Em seu lugar tivemos o pesadelo da reação, da contrarrevolução, da guerra civil e da ditadura militar (Fernandes, 1984, p. 8-9).

Calcando-se na tática política segurança e desenvolvimento, cujo núcleo era segurança como controle e repressão de toda organização e atividade política das camadas populares, ou de interesses supostamente avessos, ou avessos aos interesses da classe dirigente, e, de outra parte, desenvolvimento configurado como comando da mudança pela mercantilização da produção social, após destituir o governo Goulart e suas relações institucionais confluentes, a ditadura consolidou-se (Dreifuss, 1981). O Estado brasileiro transformava-se, assim, em subserviente de “uma política de favorecimento do capital imperialista” assentado na “superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura” (Ianni, 2019, p. 31-32).

A conexão entre segurança e desenvolvimento também estava correlacionada à dissociação entre técnica e interesses e relações das frações populares organizadas. Depurando-se e apagando o sentido social laborado pelas camadas populares, os

procedimentos e encaminhamentos técnicos do Estado, planejamento e regulação de urgências sociais, foram condicionados a metamorfosear os interesses e relações da burguesia empresarial-militar como interesses e relações da sociedade brasileira.

Primeiro, o planejamento governamental se torna uma técnica de transformação de mais-valia potencial em efetiva. Nesse caso, possibilita o rearranjo e o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Dinamiza e generaliza o processo de subordinação da força de trabalho produtiva ao capital. Segundo, a esfera do planejamento, em seus instrumentos e atividades, ou em sua vasta parafernália tecnocrática, passou a ser uma esfera privilegiada de articulações e metamorfoses entre economia política do capital monopolista e a economia política da ditadura (Ianni, 2019, p. 57-58).

Estrategicamente, por meio da tecnocracia das relações sociais, intensificava-se o processo de concentração e centralização do capital na produção.

[...] cresceram a concentração e a centralização do capital, reforçando-se o poder do capital monopolista, altamente articulado com o poder estatal, e em conformidade com as determinações do imperialismo; formaram-se e desenvolveram-se associações e fusões de empresas: estrangeiras entre si, estrangeiras e nacionais, nacionais e estatais, e estrangeiras, nacionais e estatais. Ao mesmo tempo que se desenvolveram as forças produtivas e as relações de produção, tanto na indústria quanto na agricultura, na cidade e no campo, desenvolveram-se e ganharam amplo predomínio os monopólios. Ao lado dos monopólios de direito, estabelecidos pelo Estado, formaram-se e desenvolveram-se os monopólios econômicos, propiciados pela forma pela qual o imperialismo passou a atuar no país. O próprio Estado favoreceu e impulsionou a monopolização da economia brasileira, por sua política fiscal, creditícia e tarifária; política essa inserida no contexto de um Estado no qual a violência passou a ser operada de modo altamente organizado e concentrado (Ianni, 2019, p. 72-73).

Ainda, as mudanças no Estado via tecnocracia podiam ser identificadas em três níveis distintos:

[...] racionalização dos gastos públicos, acumulando recursos que são revertidos para o setor privado e favorecem a sua expansão; disseminação de uma ideologia coerente com o processo de acumulação capitalista, fixando os critérios de produtividade, racionalidade e eficiência como indicadores do grau de desenvolvimento da sociedade e de suas instituições; controle sobre as forças políticas antagônicas, disciplinando as contradições no âmbito externo e interno das instituições (Rosar, 2012, p. 168).

Reconhecendo esse processo de inflexão lavrado pela ditadura empresarial-militar na história da vida social e da ES brasileira, indaga-se: de que modo, esse nexos entre concentração e centralização da política social, dilaceramento dos interesses das camadas

sociais populares e a universalização de interesses e relações da burguesia empresarial-militar se traduziu na reforma universitária promulgada em 1968 e quais foram seus efeitos na configuração da forma de institucionalização da UNICAMP?

1.2 As relações entre a forma de institucionalização e a Reforma Universitária

A UNICAMP foi, assim, a primeira universidade oficial brasileira a cumprir [...] o ordenamento expresso da Legislação Federal (Lei n. 5540, de [28 de novembro de] 1968 [...]) [...].

Realmente, desde 1967, vigiam na UNICAMP, de fato, aprovados pelo CEE, os princípios básicos da reforma universitária, consagrados de direito pelo Estatuto (UNICAMP, 1978, p. 1).

Meses depois de conferido o lançamento oficial da denominada pedra fundamental no distrito de Barão Geraldo de Campinas em 5 de outubro de 1966, congratulado pela presença do ditador general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), a Comissão Organizadora é dissolvida e o governador do estado de São Paulo, Laudo Natel, nomeia Zeferino Vaz reitor da universidade, cargo em que permaneceu até 1978. Em janeiro de 1967, o Conselho Diretor (CD) da universidade é constituído.

É possível dizer que o trabalho do CD, instância deliberativa máxima da universidade de fevereiro de 1967 a novembro de 1968, quando se iniciam os estudos da comissão responsável pela elaboração de um estatuto próprio, concentrou-se em concretizar e consolidar as bases através das quais se daria a institucionalização da UNICAMP. Composta pelos docentes dirigentes e reitor, as reuniões do CD ocorriam quinzenalmente a fim de produzir resoluções acerca do controle do trabalho docente, da representação discente, das condições de trabalho, da instalação e ampliação do *campus*, assim como da elaboração de um estatuto jurídico e da organização de esferas deliberativas da UNICAMP. Nessas circunstâncias, CD e reitoria centralizavam o comando da institucionalização da universidade.

Contratação e carreira docente, pautas nucleares das reuniões do CD durante o período em questão, fundamentavam as relações laborativas de docentes da UNICAMP. O processo de seleção ocorria por indicação da reitoria ou docentes dirigentes e, após apreciação do CD, estabeleciam-se os contratos de trabalho com períodos de dois a três anos passíveis de renovação pelo mesmo período. Currículo, itinerário e produção, especialmente em áreas de pesquisa e ensino, ausentes no âmbito estadual ou nacional, eram os critérios que sustentavam

as indicações dos candidatos docentes. De modo imediato, assim, renovou-se o corpo docente da FCM, regularizaram-se os contratos de docentes das FOP, FEL, FFCL de Rio Claro e foram contratados, prioritariamente, docentes para áreas de exatas. Dos 134 contratos docentes homologados nesse período, cabe destaque para três referências em suas áreas: Antônio Sérgio da Silva Arouca pela FCM; Cesare Mansueto Giulio Lattes, mais conhecido por César Lattes pelo Instituto de Física; e Fausto Castilho para direção do Departamento de Planejamento Econômico e Social, que inaugura a graduação e pesquisa na área de humanas na década seguinte, tornando-se o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP.

Perspectivando normatizar as pautas do ascendente ME da universidade, CD e reitoria estabeleceram também critérios para regulação da representação discente no CD, no processo eleitoral e elaboração do estatuto dos Diretórios Acadêmicos das biológicas e exatas. Via procedimentos institucionais, representação discente, manifestações políticas nas ruas das cidades e divulgação de manifestos na grande imprensa, reivindicavam-se condições de permanência equivalente às necessidades tanto dos estudantes do recém-instalado *campus* de Campinas como também dos *campi* de Piracicaba e Rio Claro. A falta de moradia, as formas de ingresso na universidade e ausência de comunicação por parte do CD, reitoria e demais dirigentes dos institutos e faculdades da UNICAMP foram as principais demandas elencadas pelo ME no período em questão.

A desincorporação e retorno da FFCL de Rio de Claro à condição de instituto isolado de ensino superior é produto das mobilizações do ME da FFCL e das disputas entre a burguesia paulista pelo comando da ES no estado. Avaliando que a FFCL carecia de condições objetivas às atividades de ensino e pesquisa, em fevereiro de 1968, CD e reitoria aprovam, de modo unânime, com voto favorável inclusive do docente representante da FFCL, a transferência dos cursos de graduações em Física e Matemática da FFCL para o *campus* de Campinas, justificando que, em meados de maio do ano anterior, “a FFCL de Rio Claro saía de uma greve de estudantes que reivindicava, principalmente, aulas e docentes” (UNICAMP, Conselho Diretor, Ata de 28 de fev. 1968, p. 130). A transferência dos cursos e a greve dos estudantes também era apoiada por parte dos docentes que permaneceram na FFCL assim como os demais que haviam se transferido para o *campus* de Campinas.

Entretanto, não havia consenso tanto pelos docentes contrários como pelos favoráveis em relação aos resultados da transferência. O claudicante posicionamento do representante da

FFCL na esfera deliberativa máxima da universidade expressava a necessidade de critérios mais precisos relacionados à medida aprovada. Paulo Sawaya, docente e representante da FFCL, apesar de ser favorável à proposta, sem consultar o CD, recorreu ao CEE e à secretária estadual de educação para impedir a transferência argumentando que tinha circulação social no município de Rio Claro que a transferência imediata das graduações resultaria no encerramento da FFCL da cidade.

Identificava-se, com efeito, que a suposta dissolução da FFCL, em razão da transferência de áreas específicas e estratégicas ao *campus* de Campinas, contrastava com os interesses e relações das camadas sociais dominantes de Rio Claro. A disputa em questão não era somente pela produção de conhecimento, de desenvolvimento da ciência e direcionamento social da formação na ES, mas também pelos recursos provenientes do estado de São Paulo às cidades e regiões correlacionadas – além da USP e da UNICAMP, havia 14 institutos isolados de ensino superior no estado paulista.

Por conta de protestos de parcela de docentes e do ME da FFCL, como também de setores empresariais via manifestações desde a grande imprensa de Rio Claro até abaixo-assinados enviados ao governador do estado de São Paulo pautando a não transferência das graduações, é aprovada, pelo CD e reitoria da UNICAMP, e referendada pelo CEE, a desincorporação e retorno da FFCL à situação de instituto isolado de ensino superior em março de 1968.

Somada à aprovação da desincorporação da FFCL de Rio Claro, a universidade enfrentava dificuldades na condução, conclusão da instalação e ampliação do *campus* de Campinas. Em face da demora na estruturação dos prédios e da cidade universitária do *campus* de Campinas e pela necessidade de lograr os pagamentos dos prédios que a UNICAMP alugava no centro do município, CD e reitoria designaram uma comissão de planejamento, a denominada Comissão de Planejamento e Execução das obras. A referida comissão, formada por docentes dirigentes e por dois arquitetos recomendados pela reitoria, reelaborou o planejamento das obras, estabeleceu um convênio com outra empreiteira e intensificou o processo de trabalho do campo de obras da universidade.

Combinando as alterações na configuração da ES brasileira em meados dos anos 1960 com a necessidade de produzir um estatuto jurídico próprio à UNICAMP, a esfera deliberativa máxima da universidade inicia estudos para a elaboração de um Estatuto em fins de 1967,

período de recrudescimento da ditadura empresarial-militar e, ao mesmo tempo, próximo da homologação da reforma universitária.

No pós-golpe [de Estado de 1964], a corrente da opinião vitoriosa se avolumou, enquanto a repressão calava o movimento operário e camponês [trabalhadores urbanos e rurais]. [...] Na província, onde houvesse ensino superior, o ressentimento local misturava-se de interesse: professores do secundário e advogados da terra cobiçavam os postos e ordenados do ensino universitário, que via de regra eram de licenciados da capital. [...] O ministro da Educação era a mesma figura que há poucos anos expurgara a biblioteca da Universidade [Federal] do Paraná, de que então era reitor; naquela ocasião mandara arrancar as páginas imorais dos romances de Eça de Queirós. Na Faculdade de Medicina [da USP], um grupo inteiro de professores foi expulso por outro, menos competente, que aproveitava a marola policial para ajuste de rancores antigos.

Em menos palavras: no conjunto de seus efeitos secundários, o golpe apresentou-se como uma gigantesca volta do que a modernização havia relegado; a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc. Para conceber o tamanho desta regressão, lembre-se que no tempo de [João] Goulart o debate público estivera centrado em reforma agrária, imperialismo, salário mínimo e voto do analfabeto, e mal ou bem resumira, não a experiência média do cidadão, mas a experiência *organizada* dos sindicatos, operários e rurais, das associações patronais ou estudantis, da pequena burguesia mobilizada etc. Por confuso e turvado que fosse, referia-se a questões reais e fazia-se nos termos que o processo nacional sugeria, de momento a momento, aos principais contendores. Depois de 1964, o quadro é outro (Schwarz, 2008, p. 82-83, grifos do autor).

A despeito da repressão, da perseguição política sistematizada, da reconfiguração ou do desmonte de organizações políticas, entidades, associações e sindicatos⁵ e uma vez que o novo governo não oferecia resoluções equivalentes às necessidades da sociedade como todo, camadas médias, frações populares, organizadas ou engajadas por carências imediatas, e demais sujeitos com interesses contrários à ditadura, continuaram pautando suas demandas, seja por meios formais determinados e circunstanciados, seja de modo paralelo à legislação. Assim, tais agentes que expressavam a resistência democrática à ditadura empresarial-militar e à forma autocrática de dirigir a ES nos anos finais da década de 1960 a meados dos anos 1970, criando organizações, mobilizaram a disputa em espaços e canais institucionais limitados por critérios estabelecidos e condicionados pelo pensamento conservador ou mesmo

⁵ Além das repartições públicas, das universidades e das empresas estatais que passavam a ser vasculhadas por comissões de investigação em busca de indivíduos ditos subversivos ou ligados à política do governo Goulart, “409 sindicatos, 43 federações e 4 confederações sindicais sofreram intervenções, tendo suas diretorias destituídas e ocupadas por pessoas nomeadas pelo novo Ministério do Trabalho”; até o fim de abril de 1964, “a primeira onda repressiva”, formalizada pelo Ato Institucional n. 1 “implicou a suspensão dos direitos” de “378 pessoas (até três ex-presidentes da República e 55 integrantes do Congresso)”; na “demissão de 10 mil funcionários públicos (também de militares); na colocação de 50 mil pessoas sob investigação da polícia política”; e na apreensão e recolhimento “de milhares de exemplares de livros e revistas” – só em São Paulo, recolheram-se “25 mil livros de 25 autores diferentes” (Cunha, 2007, p. 26).

abdicaram da participação em meios que endossassem encaminhamentos desafinados a um horizonte teórico e prático de mudança social.

Entre 1964 e 1968, foi marcante a proeminência do ME na resistência, com expressivas manifestações de rua; houve também organização de greves por parte de bancários e operários, quando se destacaram as experiências ocorridas em Contagem, no estado de Minas Gerais, em que pese a dura repressão por parte dos militares. Em todo o país, desenvolveram-se organizações de resistência, derivadas ou não do Partido Comunista Brasileiro – principal liderança da esquerda no período anterior a 1964 – tais como: a Ação Popular, originária do interior da Juventude Católica desde 1962; a Organização Revolucionária Marxista Política Operária desde 1961; o Partido Comunista do Brasil desde 1962, com importante crescimento no início dos anos 1970, quando desencadeou a única experiência de guerrilha rural no Brasil, na região do Araguaia; entre 1972 e 1974; a Aliança Libertadora Nacional (ALN), sob a liderança de Carlos Marighella, em 1968, voltada à luta armada contra a ditadura (Rodrigues, 2022, p. 22).

No bojo desse processo, a UNE, mesmo dissolvida pelo Ministro da Educação e Cultura vigente, Flávio Suplicy de Lacerda, em novembro de 1964, prosseguiu por meio das entidades estaduais discentes. A entidade pautava, junto a docentes e categorias profissionais interessadas, uma reforma universitária concatenada às demandas não só dos discentes universitários bem como de frações populares organizadas. Menosprezado pela ditadura empresarial-militar, o pujante debate sobre a reforma universitária proposto pela UNE, docentes e demais categorias correlacionadas da educação, foi direcionado a todos que se interessavam pelo assunto, se colocando inteligível, quando possível, acima das fronteiras dos interesses e relações políticas. As proposições da entidade estudantil reconheciam a necessidade de produzir resoluções, ainda que técnicas e no horizonte restrito do pensamento conservador, para superar a expansão da ES brasileira determinada pela perspectiva privatista das profissões liberais.

Florestan Fernandes, em *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* (1979), interpreta que o problema da ES brasileira nos anos 1960 se dava sob dois predicados fundamentais: a dissociação entre o aumento da rede de ensino e a organização e expansão da ES; e, em segundo lugar, a questão do controle das profissões liberais sobre os rumos da vida social das universidades e institutos isolados, a denominada reprodução do “padrão brasileiro de escola superior” (Fernandes, 1979, p. 56). A dissociação explicitava-se não somente no reduzido acesso à ES de menos de dois por cento da sociedade brasileira associado a uma ascendente procura por esse nível de ensino, mas também na restrição da universidade e

institutos à função de formação de quadros das profissões liberais conectada à ausência de distribuição equitativa regional.

[...] A proporção de pessoas com formação superior, na população escolarizada e no conjunto da população, é quase ínfima⁶. Em segundo lugar, estão os problemas de natureza pedagógica. Em virtude da predominância dos interesses econômicos, sociais e políticos de elites culturais ralas e egoístas, o ensino superior foi praticamente confinado à função de preparar profissionais liberais. Sua diferenciação e expansão ficou contida, mesmo depois da revolução de 1930 e do crescimento acelerado recente da rede escolar, pela pressão da procura de pessoal de nível superior. Em terceiro lugar, estão os problemas sociodinâmicos. A sociedade brasileira não conseguiu imprimir ao desenvolvimento do ensino um mínimo de homogeneidade e de intensidade. As flutuações regionais e, principalmente, os interesses de classe introduziram graves distorções na mobilização dos recursos educacionais ao nível do ensino superior. De um lado, a concentração regional de riquezas condicionou uma ampla e perigosa concentração institucional dos recursos educacionais. Essa concentração é agravada pela migração de cérebros dentro do país, já que as regiões mais pobres não conseguem reter os profissionais de nível superior formados por meio de seus próprios recursos materiais e humanos. De outro, a concentração social da riqueza, de prestígio social e de poder condiciona o uso nacional dos recursos educacionais mobilizados pelo ensino superior (*Ibid.*, 1979, p. 48-49).

Sobre o segundo predicado do problema, Fernandes qualificava que a ES brasileira constituía-se em uma forma escolar de camadas sociais limitada a legitimar e validar o estreito círculo de interesses e ideias da burguesia. Laborando um sentido político que somente valorizava os processos formativos destinados às profissões liberais articulados, especificamente, à transmissão de conhecimentos nas áreas do saber técnico-profissional, as escolas superiores, faculdades, institutos e universidades reproduziam uma limitação substantiva,

[...] uma limitação que é padronizada e geral [...]. De um lado, ela se converteu no que os sociólogos chamam de “escola especializada”. De outro, ela se tornou uma miniatura da sociedade global: uma escola altamente hierarquizada, rígida e exclusivista, que transformava o saber em símbolo de distância social, a atividade educacional em fonte de poder [social] dos professores em agentes pessoais do controle [...]. Por si e em si mesma, a escola superior comunicava-se muito pouco com a sociedade condicionante. Encerrava-se sobre si própria, para perseguir os fins que ditavam a sua existência: a transmissão dogmática de conhecimentos e a formação de certos tipos de letrados que poderia metamorfosear-se, pela suplementação da escolarização através de práticas rotineiras, em políticos, burocratas, homens de negócios ou profissionais liberais. [...] O lado dramático é que esse modelo de escola superior se impôs como um valor cultural e como ideal

⁶ A fonte de dados educacionais utilizada por Fernandes é: o Anuário Estatístico do Brasil publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Conselho Nacional de Estatística em 1966 (Fernandes, 1979, p. 41).

educacional, condicionado e orientando tanto a formação do ensino superior brasileiro quanto a sua difusão e generalização.

Pode-se falar, portanto, em um “padrão brasileiro de escola superior”. Ele se manifesta em todos os ramos do ensino superior e anima, por igual, a “rede oficial” e a “rede privada” de ensino superior (*Ibid.*, 1979, p. 55-56).

A precisão da interpretação em exame também pode ser explicitada no controle corporativo das esferas deliberativas, das condições e do trabalho docente e da incipiente representação discente. Ademais, as universidades operadas pelos professores catedráticos eram marcadas pela ausência de servidores(as) e estudantes nos processos decisórios de sua vida social.

Antes da aprovação da reforma, é possível sintetizar a organização da vida social da ES no seguinte esquema. As escolas, as faculdades e os institutos eram a unidade elementar das universidades. Composta por escolas, faculdades e institutos, a universidade referendava a autonomia jurídica. Estas unidades de ensino e pesquisa eram constituídas por cátedras que correspondiam a uma determinada área de conhecimento; a reunião de determinadas cátedras compunha uma série, e a sequência desta, o curso. Cada cátedra tinha no docente catedrático o titular vitalício – somente substituído por falecimento, afastamento ou jubilação (aposentadoria). Ao professor catedrático, estavam vinculadas as demais categorias docentes determinadas e indicadas pelo próprio catedrático. Cada escola, faculdade ou instituto era comandada por uma congregação, esfera deliberativa formada por docentes catedráticos e um representante dos demais docentes eleito pelos próprios catedráticos. A reunião das congregações compunha o conselho técnico-administrativo. Ambas, tanto congregações como conselho técnico-administrativo estavam submetidos ao CONSU e reitoria, esferas deliberativas máximas da ES; a escolha dos professores catedráticos para reitoria da ES pública estava submetida ao Ministro da Educação em formato de consulta por meio de lista tríplice elaborada pelo CONSU; e este era composto pelos “diretores de cada faculdade e instituto, dois representantes de cada congregação, de um representante de todos os livre-docentes da universidade, de um representante da associação de diplomados e do presidente do Diretório Central de Estudantes” uma vez que “todas as faculdades e institutos deveriam ter diretórios de estudantes, organizados segundo os estatutos aprovados pelo conselho técnico-administrativo”, cujos estatutos, por sua vez, estavam submetidos à aprovação “dos reitores e dos Conselhos Universitários” (Cunha, 2007a, p. 18-19).

Já o ingresso à ES era viabilizando por exames vestibulares classificatórios e, embora os discentes com maiores notas preenchessem as vagas, a legislação corrente dava direito à matrícula também aos candidatos que atingissem a nota mínima. No período em apreço, com aumento da demanda, sobretudo, oriunda das camadas médias, a ES brasileira precisava considerar a necessidade do aumento do número de vagas, inclusive para estudantes aprovados que aguardavam a disponibilidade de mais vagas.

Em *A universidade necessária*, Darcy Ribeiro (1975) também diagnosticava que o problema relacionado à ES brasileira era expressão das condições objetivas e subjetivas da universidade latino-americana. Sem desconsiderar as particularidades de distintas sociedades latino-americanas, o autor elenca as seguintes condições medulares:

- A) A organização federativa da universidade com uma unidade de escolas, faculdades e institutos autárquicos desprovidos de relações e mecanismo integrantes que os capacite a atuar de modo cooperativo;
- B) Compartimentalização das carreiras profissionais em escolas, faculdades e institutos autossuficientes e autárquicos, que recebem o discente no primeiro ano e o conduzem à graduação, sem recorrer a outros órgãos universitários;
- C) Centralização e fundamentação de todo o ensino superior na cátedra, como unidade operativa de docência e pesquisa básica e aplicada, entregue a um titular via procedimentos legislativos de caráter burocrático;
- D) A constituição de uma rigorosa hierarquia, regida pelo professor catedrático, cuja tendência é converter os demais docentes em seus ajudantes de nível pessoal;
- E) O caráter profissionalista do ensino, majoritariamente destinado a outorgar licenças legais para o exercício de profissões liberais em cujos currículos as ciências básicas somente são admitidas depois de previamente adjetivadas para servir, especificamente, a cada área de aplicação;
- F) Elitização, expressa na limitação das oportunidades de ingresso, “quer através da política de *numerus clausus*” (número limitado de discentes por curso), quer pelo estabelecimento de cursos introdutórios destinados à triagem dos candidatos, com aproveitamento dos considerados mais aptos e eliminação dos demais;
- G) Gratuidade do ensino reduzida à isenção de taxas de ingresso e à manutenção de restaurantes, que não “permitem assegurar aos estudantes capazes, mas sem recursos, condições para dedicarem-se exclusivamente aos estudos”;

H) O isolamento entre as unidades de ensino e pesquisa de cada universidade, “por falta de mecanismos integradores, também atuantes entre ela e a sociedade, por falta de recursos de investigação aplicada e de instrumentos de comunicação de massas”;

I) O ativismo político estudantil, “como reflexo da consciência nacional, crítica e inconformada com a realidade social, mas tendente a pouco se interessar pela crítica interna à universidade, pelo menos até o início do movimento de renovação” – especificamente, na sociedade brasileira a partir dos anos iniciais da década de 1960;

J) “A cogovernança estudantil, como conquista daquele ativismo, e como força virtualmente capacitada a atuar no sentido da reforma estrutural da universidade”, porém “paralisada pela falta de um projeto próprio de ação renovadora” (Ribeiro, 1975, p. 109-111).

Infere-se que a proposta de reforma universitária ventilada no debate engendrado pela UNE, docentes e demais categorias da educação, objetivava que a ES cumprisse sua função social auscultando as transformações econômicas, políticas e sociais de uma sociedade em desenvolvimento. As reivindicações debatidas⁷, sumariadas na defesa da pauta por uma “universidade integrada e multifuncional”, colocavam-se como um artifício para “unir várias forças que combatiam o legado da escola superior isolada, com sua impulsão pulverizadora e imobilizadora” (Fernandes, 1979, p. 266), e estavam afinadas à necessidade de alterações não somente na ES em si, mas também da vida social brasileira.

No entanto, essa ideia pareceu “arrojada e subversiva para os círculos conservadores, dominantes do aparelho do Estado, nas classes burguesas e na própria universidade” (*Ibid.*, 1979, p. 266). Dissonante de um horizonte de expectativas de mudança social, a reforma

⁷ O acesso livre às oportunidades da ES, a necessidade de alta qualidade de ensino, a introdução da pesquisa científica e tecnológica e sua associação regular com o ensino, a necessidade da produção e descoberta de conhecimentos originais, a interdependência da universidade em condições de autonomia intelectual com os centros estrangeiros de investigação e de ensino (e, por conseguinte, autêntica cooperação com os centros de investigação mais avançados), a representação e a participação dos estudantes e servidores nos processos decisórios, nas instâncias deliberativas e na política universitária, e uma vinculação dinâmica da universidade com as urgências e desenvolvimento sociais, com os “problemas do povo” e com as “necessidades nacionais”; a precisa interação produtiva nas relações entre docentes, estudantes e servidores, a vitalidade financeira e autonomia real das universidades, além de canais de comunicação regulares com centros mais avançados de ensino e de pesquisa, da região ou exterior, a conversão do ensino de pós-graduação “em via eficiente de seleção, especialização e aproveitamento constante de talentos jovens”, a necessária universalização dos requisitos acadêmicos da carreira universitária (doutorado, mestrado e especialização), além de “uma renovação institucional bastante profunda e eficaz para suporta tais objetivos” era um roteiro consensual das demandas elencadas no debate da reforma universitária em apreço (Fernandes, 1976, p. 156-157; p. 209).

universitária homologada pelo pensamento conservador, burguesia empresarial e militares no final de 1968 restringiu o sentido político e social das mudanças da ES brasileira. A reforma não foi concebida como uma “transformação interna da universidade”, “de mudança institucional” substantiva (*Ibid.*, 1979, p. 224-225), mas como um processo de ajuste da ES à modernização capitalista em curso.

Produzida pelo Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, criado por decreto em julho de 1968, a reforma em pauta sintetizava e, ao mesmo tempo, era produto de diversos interesses e relações de sujeitos e processos de perspectiva política conservadora correlacionado à ES na sociedade brasileira durante os anos 1960. Os acordos entre Ministério da Educação e Cultura (MEC) e *United States Agency for International Development* (USAID); os empréstimos e cooperação técnica do Banco Mundial, a comissão especial, constituída em 1967 e comandada pelo general Carlos de Meira Mattos, que elaborou o “Relatório Meira Mattos” no ano seguinte; o documento “Rumos à reformulação estrutural da universidade brasileira” (“Relatório Atcon”), publicado pelo MEC em 1965; a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, composta no contexto dos acordos MEC-USAID no mesmo ano; e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, “vinculado ao empresariado brasileiro e importante produtor e difusor de ideologias de seu interesse” (Minto, 2014, p. 228) estavam resumidos na reforma universitária que consolidava uma mudança na ES, contudo, não alterava o estatuto da forma universitária brasileira.

Reconhecia-se que, negando o formato universitário de universidades conglomeradas, as mudanças consolidadas pela reforma universitária eram confluentes a questões educacionais relevantes. As bases para financiamento da ES, o Departamento como unidade nuclear, a regulação da carreira docente, a diversificação da composição dos colegiados deliberativos protocolados pela reforma, aperfeiçoavam, ainda que de maneira relativa, o ensino, pesquisa e extensão das universidades.

Instituindo instrumentos legais para canalização de recursos públicos específicos, a reforma lançava as bases para o financiamento da ES. A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e as dotações orçamentárias do MEC destinadas exclusivamente à ES suscitavam condições que permitiam a expansão do ensino e desenvolvimento da pesquisa de modo não contingente.

Com a implantação do regime de dedicação exclusiva na carreira docente, imprimia-se, aos processos formativos e às atividades de pesquisa, dinamismos autossustentados, não

dependentes dos interesses e relações determinadas pelas profissões liberais na sociedade brasileira. Revogando-se a carreira de professor catedrático – estes “sobretudo, profissionais liberais” raramente “universitários, e nessa qualidade, docentes ou pesquisadores” (Fernandes, 1979, p. 216) –, possibilitava-se a diferenciação e expansão do ensino e intensificação da pesquisa.

Determinando o Departamento como unidade elementar da universidade e diversificando a composição dos colegiados deliberativos, com a não predominância de docentes de determinado nível, colocava-se em curso disposições jurídicas que reduziam o controle unilateral das instâncias deliberativas operado pelos professores catedráticos. As medidas também propiciavam que, em cada nível de carreira, existiria mais de um docente, assim como os encargos docentes e de pesquisa necessitavam ser distribuídos pelos departamentos, extinguindo-se, assim, a cátedra.

Ainda que sob o rigoroso controle do Estado e MEC, a garantia da representação discente nas esferas deliberativas da ES proposta pela reforma universitária facultava a participação responsável e ativa dos discentes nos processos decisórios da vida social universitária. Atribuindo aos estudantes papéis intelectuais relevantes na institucionalização da ES, a proposta de representação proporcional de 1/5 dos colegiados e comissões traduzia “uma mudança fundamental de atitudes nos círculos oficiais” (*Ibid.*, 1979, p. 218).

Entretanto, pressupondo que não cabia ao Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária “traçar os delineamentos de uma reforma”, mas sim “propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais” (Brasil, 1968, p. 122), os limites da reforma universitária e das diretrizes políticas e sociais que esta sumariava estavam conjugados ao não equacionamento de questões educacionais e sociais de uma sociedade capitalista dependente em desenvolvimento. Configurando as alterações na ES pós-1964, reiteravam-se duas características fundamentais: I) “políticas que impedem a construção efetiva de instituições de tipo universitário”, direcionadas aos “problemas concretos e específicos da realidade brasileira, e organizadas segundo critérios” correspondentes a esses propósitos; II) “as formas sistemáticas de controle e de repressão sobre as forças sociais que, dentro e fora da universidade, poderiam pressionar por mudanças mais radicais” que possibilitassem produzir uma *outra* universidade (Minto, 2014, p. 229, grifo do autor).

Na primeira caracterização, há um processo de cerceamento das políticas ao tecnicismo – uma separação entre encaminhamentos políticos e técnicos. As resoluções

técnicas são determinadas como processos universais, como se as necessidades das classes dominantes fossem as mesmas necessidades de todas as classes da sociedade. Tais propostas incidiram sobre as seguintes determinações da ES:

- A) Gestão e independência relativa das universidades em relação ao Estado. Racionalizando a gestão, justificando uma suposta desburocratização e mudanças nas formas dos processos decisórios às instituições – hipotecando, assim, controles democráticos por parte da comunidade universitária –, privilegiava-se a desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento da ES, resguardando-se, desse modo, certo controle sobre a vida social da universidade;
- B) Financiamento das universidades e institutos de ensino superior. Reiterando a questão da escassez de recursos públicos e a necessidade de diversificar as fontes de financiamento das universidades – diversificar, eufemismo para privilegiar a busca por recursos no setor privado;
- C) Tipo de formação e currículo voltado ao capital. Preconizava-se tornar os processos formativos produtivos ao capital. A relação íntima entre mercado/empresas e universidades era uma expressão significativa;
- D) Regime de trabalho dos docentes e do pessoal administrativo. Relação afinada com o princípio da “racionalização da gestão e do funcionamento de institutos de ensino superior, aumento de produtividade, redução de custos e o controle (também político e ideológico) sobre o trabalho” (*Ibid.*, 2014, p. 230-232).

Já a segunda caracterização está conectada ao processo de controle e repressão por parte dos setores que comandaram a reforma universitária sobre o ME, docentes e servidores não docentes. O controle e repressão legitimados pela reforma em apreço foram traduzidos de diversos modos: desde a “obrigatoriedade da prática de educação física”, ocupando o tempo de não estudo dos estudantes, até “as práticas de extensão universitária”, cujas atividades tinham caráter assistencialista que, simultaneamente, “as tornava instrumento de legitimação da ditadura” (*Ibid.*, 2014, p. 232).

Pode-se afirmar que o conjunto das adequações impressas pela ditadura do grande capital na ES na sociedade brasileira configurou um processo de modernização capitalista.

[...] a “modernização” da ES no Brasil dos anos da ditadura carece de qualificação, pois não é pura e simplesmente “modernizadora”, mas equivale ao processo de adequação, forçada e interessada, conduzido pelos militares e pelos setores

hegemônicos da burguesia brasileira (também por frações da pequena-burguesia) em contraposição ao que as forças populares, pequeno-burguesas e burguesas radicais ousaram propor à sociedade brasileira nos anos 1960. É modernização *capitalista* nas condições particulares do desenvolvimento brasileiro (*Ibid.*, 2014, p. 223, grifo do autor).

Nesta perspectiva, quando CD e reitoria aprovam o Estatuto da UNICAMP, via Decreto n. 52.255, de 30 de julho de 1969, oito meses depois da homologação da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que estabelece a reforma universitária, a UNICAMP torna-se a primeira universidade brasileira a homologar seu estatuto jurídico sob as determinações da nova legislação referente à ES e, posteriormente, ao Ato Institucional n. 5, que intensificava a repressão da ditadura empresarial-militar. Assim, sendo o estatuto jurídico a síntese da forma de institucionalização da universidade, as medidas sociais que regem a vida social da UNICAMP são produto das contradições da reforma universitária e de sua respectiva conjuntura política e social.

Acompanhando o debate sobre a reforma universitária, já no início do ano de 1968, consubstanciavam-se, na UNICAMP, os princípios básicos da reforma referentes ao formato e à designação das esferas deliberativas: estabeleceram-se os departamentos como unidades elementares da estrutura universitária, dividiram-se os currículos das graduações (ciclos básicos e ciclos profissionais) e intensificou-se a concentração e centralização do comando da vida social da universidade no CD e reitoria da UNICAMP (UNICAMP, 1978). Cabe mencionar que os trabalhos da comissão específica pela elaboração do Estatuto da universidade iniciam-se na véspera do Ato Institucional n. 5, no dia 12 de dezembro de 1968.

Esse alinhamento da universidade à ditadura empresarial-militar era necessário para vigência legal da UNICAMP como instituição do Estado e da sociedade brasileira. Contudo, é necessário distinguir a experiência social de uma universidade sob as circunstâncias de uma ditadura explícita de classe de uma suposta naturalização da universidade como agente da reprodução social. Se, como argumenta Stela Meneghel – pesquisadora que assinala as relações confluentes entre a regularização da criação da UNICAMP e a subjetividade empreendedora do reitor Vaz que inspira as recentes pesquisas de Gomes (2007) e Pereira e Martins (2018) –, era necessário e natural a universidade estar em consonância com a legislação vigente (Meneghel, 1994). Porém, não é possível naturalizar a proposta de uma forma de institucionalização que referendava o sentido político impresso pela reforma universitária.

Sem dúvida, não “se pode afirmar que a UNICAMP foi a fiel representação da universidade que se projetou na lei da reforma” (*Ibid.*, 1994, p. 109), contudo, a forma de institucionalização da UNICAMP e seu estatuto jurídico são resultados dessa mesma legislação expressa em processos sociais específicos produzidos pelas instâncias deliberativas da universidade e problematizados pela própria comunidade universitária e categorias da educação da sociedade brasileira durante os anos 1970 e 1980 (ADUNICAMP, 1991; Pereira, 2006; Lopes, 2016). O sentido político da reforma universitária consubstanciava-se no controle das forças sociais vivas da UNICAMP, de sua comunidade universitária via: legitimação da reprodução da formação de quadros das profissões liberais; mudanças na forma universitária via acordos MEC-USAID; prioridade de financiamento das áreas específicas que não fossem avessas aos interesses tanto do CD, da reitoria ou da ditadura empresarial-militar; reorganização da carreira docente sem consenso de uma base ampla; interferência no ME utilizando formas de regulação das entidades e associações; e dissociação entre os sentidos político e técnico, a tecnocracia, na arquitetura das esferas dirigentes e na produção de medidas consensuais à vida social da universidade. A crise da forma e do processo de institucionalização da UNICAMP, explicitada no início de 1981, é resultado das contradições não somente da vida social da universidade, mas também da política universitária estabelecida pela reforma universitária.

Depreende-se que o sentido político da reforma universitária é traduzido na forma de institucionalização e em seu respectivo estatuto jurídico como o processo de concentração e centralização do comando da vida social da universidade no CD e reitoria. Concentração e centralização que foi afrontada pela comunidade universitária da UNICAMP, seja pelos movimentos docentes, discentes, servidores não docentes, seja pelas entidades e associações que já não demandavam uma forma de institucionalização fundamentada em outra reforma universitária, mas sim pautando um processo de institucionalização da universidade concatenado à luta pela democratização da sociedade brasileira de meados dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980.

Neste contexto, indaga-se: de que maneira a universidade formulou medidas, regramentos nos seus primeiros anos de institucionalização? Como foi o processo de elaboração do estatuto jurídico da UNICAMP? E de que modo tais medidas definiram a vida social na universidade e as possibilidades de resistência de sua comunidade?

1.3 Forma de institucionalização, Estatuto e a vida social da Universidade Estadual de Campinas

Art. 3º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos.

[...]

Art. 5º A organização e o funcionamento das universidades serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente (Brasil, 1968, p. 26).

[...] O Decreto Estadual n. 52.255, de 30 de junho de 1969, baixado [...], consagrou o projeto de Estatuto da UNICAMP, elaborado pelo CD da universidade e aprovado com emendas, altamente construtivas, oferecidas pelo CEE (UNICAMP, 1978, p. 10).

Em assembleia geral realizada ontem, a ADUNICAMP aprovou a institucionalização da universidade, desde que promovida sob controle da comunidade universitária. Foi aprovada ainda a formação de uma comissão – composta por representantes das entidades de professores(as), alunos(as) e funcionários(as) da UNICAMP [...] – que realizará negociações com a reitoria para pôr fim ao impasse criado pela substituição de integrantes do CD, exoneração de oito diretores(as) e demissão de 13 funcionários(as).

[...] a ADUNICAMP espera os desdobramentos das negociações, quando será defendida a proposta de institucionalização da UNICAMP, “feita sob controle da comunidade universitária, a qual deverá se pronunciar sobre a questão da autonomia da UNICAMP, a natureza, os prazos e os mecanismos dessa institucionalização, além da reforma dos estatutos”, conforme assinalou [...] Diretoria da ADUNICAMP.

[...] a ADUNICAMP assinalou que as gestões junto à reitoria serão promovidas sem perda de tempo, “porque não pretendemos, de maneira alguma, alongar a crise” (Folha de S. Paulo, 6 de nov. 1981, p. 20).

É possível dizer que o processo de consolidação e sucessivas mudanças do Estatuto da UNICAMP de 1969, ano de sua aprovação, até 1981, quando se dá a crise da institucionalização, é assinalado tanto pela necessidade de a vida social da universidade afinar-se à legislação formulada pela ditadura empresarial-militar como pela disparidade com relação às mudanças sociais engendradas na universidade e na sociedade brasileira.

Em novembro de 1967, o coordenador geral de Institutos, professor Paulo Gomes Romeo, encaminhava, via carta, ao reitor, professor Vaz, uma proposta para o Estatuto da UNICAMP: um estudo inconcluso elaborado com o auxílio de um integrante do CEE que, considerando a legislação referente a ES em curso, baseava-se nos estatutos das USP, UnB e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Após um ano, é designada uma comissão, denominada *Comissão dos Estatutos da Universidade de Campinas*, encarregada de elaborar o Anteprojeto do Estatuto da universidade (UNICAMP, Conselho Diretor, Ata de 10 de dez. 1968, p. 4). A designação ponderava ainda a consonância, de concluídos cinco anos decorridos da instalação da instituição, para propiciar alterações estatutárias – uma vez que a universidade, desde sua criação em dezembro de 1962, seguia o Estatuto e as disposições legais referentes à USP.

Constituída por docentes (efetivos e convidados), representantes discentes – cuja colaboração efetiva iniciou-se e foi interrompida na segunda reunião –, secretária específica e participação esporádica do reitor, a *Comissão dos Estatutos da Universidade de Campinas*, de dezembro de 1968 a março de 1969, realizou quinze reuniões. Assinaladas por divergências políticas, distinções técnicas em seus encaminhamentos, procedimentos e deliberações, assim como uma frequência claudicante dos docentes, as reuniões da *Comissão dos Estatutos da Universidade de Campinas* expressavam o processo de recrudescimento da ditadura empresarial-militar no final da década em pauta.

A primeira reunião da *Comissão dos Estatutos da Universidade de Campinas*, em 12 de dezembro de 1968, além dos docentes Friederich Gustav Brieger, do Instituto de Biologia (IB) e vice-coordenador geral dos institutos, presidente da Comissão, César Lattes, do Instituto de Física (IF) que, a partir de 1971, passaria a ser denominado Instituto de Física *Gleb Wataghin* (IFGW)⁸, João Batista Parolari (também do IB), José Fonseca Valverde, diretor da Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC), Luiz Antonio Ruhnke, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), Rubens Murillo Marques, diretor do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (IMECC) e secretária técnica-administrativa Clementina Dória presentes, ainda contou com a participação do professor reitor Vaz. O reitor, endossando as necessidades do Anteprojeto de ajustar-se à Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e sugerindo um engajamento intenso na questão referente à carreira docente, apresentou tanto um plano de trabalho à Comissão como uma proposta para redação dos dois artigos iniciais definindo o primeiro Título *Da Universidade e seus fins*.

Se na primeira reunião da Comissão dos Estatutos foram estabelecidos e aprovados pauta, plano e regime de trabalho, na segunda, em 16 de dezembro de 1968, explicitaram-se as diferenças políticas a respeito do sentido das mudanças relativas à ES brasileira. Sob os efeitos imediatos dos processos de prisão/recolhimento de discentes durante o XXX

⁸ A respeito da relevância de Wataghin na formação da Física brasileira, ver Silva (2020).

Congresso da UNE, em 12 de outubro, e de suspensão dos direitos políticos de sujeitos suspeitos de praticar crimes contra o Estado promulgado pelo Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968, sexta-feira anterior a reunião em questão, sucedeu um confronto concreto de ideias entre os docentes José Fonseca Valverde, além de diretor da FEC, também general da reserva ligado às frações militares, e César Lattes: enquanto colocava um revólver em cima da mesa da reunião, Valverde bradou que, baseado na recente legislação brasileira, autuaria voz de prisão, lavraria o processo de reclusão/recolhimento de todos comunistas presentes; Lattes, indignado com o gesto e intimidação pasmosos, após arremessar um cinzeiro na direção de Valverde, não acertando o alvo pretendido, objetou-o, com um senso de humor áspero e cortante, asseverando que urinaria na arma de fogo sobre a mesa. O significativo episódio da segunda reunião da Comissão dos Estatutos, mesmo que narrado em formato de ópera-bufa pelo docente Marques em entrevista concedida ao programa *Memória Científica* da RTVUnicamp (Marques, 2015)⁹, também suscitava que a resposta do professor Lattes, fundamentada no livre pensamento, na liberdade de expressão, na liberdade acadêmica, na autonomia científica e universitária, conferia forma tangível à crítica da ditadura empresarial-militar – seja do indivíduo, docente, categoria social, seja da comunidade universitária e das formas de organizações e classe adversas à repressão em curso na sociedade brasileira.

Ainda na mesma reunião, sem contar com a presença do reitor, Valverde questionou a legitimidade e lisura da presença dos estudantes Edson Corrêa da Silva e Sérgio dos Passos Ramos (respectivamente, representantes do Curso Básico de Ciências e de Ciências Médicas), que iniciavam a participação nos trabalhos da Comissão naquela data. Em contraste com a suspeição levantada sobre a eleição via Centro Acadêmico do primeiro estudante, pode-se argumentar que a participação de Silva no XXX Congresso da UNE, em outubro daquele ano, era a justificativa efetiva que inviabilizava a função de representante – o discente incorria em processo jurídico já que, junto com mais quatro estudantes da universidade, participou como delegado do congresso de uma entidade tornada ilegal pela ditadura empresarial-militar, conforme a Lei n. 4.464, de 9 novembro de 1964. Já em relação ao segundo estudante, constatava-se que Ramos não apresentou aproveitamento de estudos exigidos pela representação, pois era um discente repetente.

Mediante o confronto de ideias e indagações elencadas, a Comissão deliberou: a) A carreira docente seria a pauta nuclear para as próximas reuniões; b) A representação discente

⁹ Entrevista realizada pela TV Unicamp disponibilizada em novembro de 2015.

precisaria ser designada, novamente, pela reitoria – encaminhamento que não foi efetivado até a dissolução da Comissão; e c) Suspensão dos trabalhos até próxima reunião (UNICAMP, Comissão de Estatutos da Universidade de Campinas, Ata de 16 de dez. 1968).

Subscrevendo os tópicos da proposta indicada pelo reitor, porém mantendo os dois primeiros artigos referentes à *Universidade e seus fins*, Lattes apresentava um novo roteiro para os índices do Anteprojeto, e Marques, propondo a postergação do debate sobre a carreira docente para o próximo ano, sugeria também um novo plano e regime de trabalho na terceira reunião da Comissão de Estatutos da Universidade de Campinas em 19 de dezembro de 1968. Na ausência dos representantes discentes e, além dos professores e secretária presentes na reunião anterior, contando com a participação dos integrantes docentes Carlos Aldrovandi (coordenador do Curso Básico de Ciências) e Sílvio dos Santos Carvalhal (da FCM), as propostas de Lattes e Marques são aprovadas. Somente com a presença do presidente da comissão, Brieger, dos docentes Parolari, Ruhnke, Valverde e da secretária Dória, na quarta reunião da Comissão em pauta, efetuou-se a disponibilização de duas propostas de roteiro para os índices do Anteprojeto. Enquanto o primeiro roteiro, elaborado por Valverde, era alternativo à proposta de Lattes, o segundo, produzido por Aldrovandi, sugeria uma conciliação de ambas propostas encaminhadas. Nessa mesma reunião, também foi efetivada a revisão dos trabalhos da Comissão e, justificando-se a necessidade do cotejamento dos ajustes correspondentes à legislação vigente, deliberada a postergação do debate referente à carreira docente – tópico elaborado e aprovado pela *Comissão de Ensino* da universidade que, por sua vez, era formada por Brieger (também exercendo a função de presidente da Comissão referida), Lattes, Valverde e pelos docentes Antonio Augusto de Almeida (diretor da FCM), Marcello Damy de Souza Santos (diretor do IF e executando a função secretário da Comissão), Plínio Alves de Moraes (diretor da FOP) e Walter August Hadler (coordenador do IB) (UNICAMP, Comissão de Ensino, Ata de 26 de nov. 1968).

Já na quinta reunião, além dos professores Brieger, Carvalhal, Marques, Parolari, Ruhnke e secretária Dória, os docentes Fausto Castilho, coordenador do Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES) do Instituto de Ciências Humanas que, a partir de 1972, passa a ser denominado IFCH, e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (também do DEPES) – este último comparece apenas a esta reunião exclusivamente como ouvinte – colaboram na apreciação dos trabalhos da Comissão em questão. Iniciando a participação como integrante da Comissão e, junto a Aldrovandi e Brieger, Castilho torna-se responsável pela redação final

do Anteprojeto. Também se aprova, na quinta reunião, o roteiro para os índices do Estatuto elaborado por Aldrovandi e concluem-se as alterações a respeito do tópico carreira docente. Ainda na sexta reunião da Comissão, em 16 de janeiro de 1969, constituída pelos integrantes titulares da reunião anterior, a proposta sobre a organização dos Institutos e Departamentos redigida por Aldrovandi também é aprovada.

À medida que a Comissão desenvolvia os estudos sobre o Anteprojeto do Estatuto da universidade, enfrentava-se uma falta de quórum para deliberar e encaminhar os trabalhos. Na ausência da secretária, Aldrovandi assumia também a função de secretário até a última reunião da Comissão, e somente contando com as presenças de Castilho, Marques, Parolari e Ruhnke, as sétima, oitava, décima primeira e décima terceira reuniões foram suspensas e a apreciação dos trabalhos interrompida. Diante da urgência de encaminhar o Anteprojeto para aprovação no primeiro semestre de 1969, delibera-se o prosseguimento no desenvolvimento dos trabalhos na Comissão com aqueles que comparecessem nas reuniões – não havendo necessidade de determinar quórum para elaborar o Anteprojeto (UNICAMP, Comissão de Estatutos da Universidade de Campinas, Ata de 6 de mar. 1969).

Somou-se à redação do Anteprojeto, assim, nas nona, décima e décima segunda reuniões da Comissão, os tópicos *Da administração dos Institutos e Faculdades, Da Administração da Universidade, Do Patrimônio, dos Recursos e do Regime Financeiro e Da Organização Didática*. Redigidas por Aldrovandi e submetidas ao debate, todas matérias foram aprovadas pela Comissão. Constituída somente por Aldrovandi, Castilho, Marques, Parolari e Ruhnke, a Comissão ainda procedeu uma revisão geral da redação do Anteprojeto.

Na penúltima reunião da Comissão em pauta, na décima quarta, intensifica-se o trabalho de revisão geral e ajustes jurídicos e legislativos para elaboração da redação final do Anteprojeto. E, em 27 de março de 1969, além dos docentes presentes nos últimos trabalhos, na décima quinta e última reunião, o professor Lattes colabora com os procedimentos e encaminhamentos conclusivos da Comissão. Tanto uma nova redação de alguns artigos do tópico *Disposições Transitórias* elaborada por Castilho como alterações, emendas e ajustes sugeridos pelos demais integrantes da Comissão são aprovados.

Endereçado ao CD da UNICAMP e após consubstanciadas emendas propostas pelos conselheiros, o Anteprojeto do Estatuto é enviado à apreciação do CEE em 3 maio de 1969. O documento, examinado e alterado pelo CEE, retorna ao CD da universidade para uma nova revisão. Em uma reunião presidida pelo reitor, cuja coordenação enfatizava que eventuais

emendas e revisões propostas poderiam ser direcionadas posteriormente à promulgação do Estatuto (UNICAMP, Conselho Diretor, Ata de 24 de jul. 1969), o Anteprojeto é aprovado pelo CD e encaminhado para o governador do estado. Em 30 de julho de 1969, o governador do estado de São Paulo, Roberto Abreu Sodré, assinava o Decreto n. 52.255, estabelecendo o Estatuto da UNICAMP.

O Estatuto da UNICAMP consolidado até 1981 (São Paulo, 1969; 1977) é constituído por 15 (quinze) títulos que estabelecem a forma jurídica da Universidade: I) Da Universidade e seus fins; II) A Constituição da Universidade; III) Do Ensino e dos Cursos; IV) Da Pesquisa; V) Da Administração da Universidade; VI) Da Administração dos Institutos e das Faculdades; VII) Do Corpo Docente; VIII) Do Patrimônio, dos Recursos e do Regime Financeiro; IX) Do Corpo Discente; X) Do Regime Disciplinar dos Corpos Docente, Discente e Técnico Administrativo; XI) Dos Serviços Administrativos; XII) Dos Diplomas e Certificados; XIII) Das Dignidades Universitárias; XIV) Da Assembleia Universitária; e XV) Das Disposições Gerais e Transitórias.

Propostos por Vaz, na primeira reunião da Comissão de Estatutos, os primeiros artigos do Título I *Da Universidade e seus fins* do Estatuto da UNICAMP, após validarem a “autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar” da universidade, asseveravam que, para alcançar seus objetivos, a instituição preconizava “estudar os problemas socioeconômicos da comunidade, com propósito de apresentar soluções corretas, sob a inspiração dos princípios da democracia” (SÃO PAULO, 1969; 1977).

Em entrevista concedida ao programa *Vox Populi* da TV Cultura em dezembro de 1978, Vaz, já como docente aposentado e presidente da Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, identifica a forma política na sociedade brasileira de meados da década de 1960 aos anos 1970 como um processo revolucionário e democrático, dessa maneira, reiterava afinidades eletivas políticas e sociais não somente com a política educacional da ES vigente, como também legitimava e credibilizava os interesses e relações da ditadura empresarial-militar brasileira.

Eleitor do Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político que sustentava a política institucional da ditadura, e contrário à pauta por processo de eleição de reitoráveis das universidades com base consultiva efetivado por servidores(as) não docentes, estudantes e

docentes, pela comunidade universitária como todo, Vaz, quando interrogado sobre sua passagem na UnB como reitor interventor de 1964 a 1965¹⁰, afirmou que

Em Brasília/DF, eu aceitei o encargo que me foi dado pelo presidente Humberto [de Alencar] Castelo Branco [(1964-1968)] com um objetivo: era de salvar a universidade [UnB] da destruição. Porque como o fundador da universidade [UnB] foi o professor Darcy Ribeiro [que,] depois de três anos como reitor [da UnB], aceitou o cargo de Ministro da Educação e Cultura, e na sequência, de chefe da Casa Civil do presidente João Goulart [(1961-1964)], ele passou a assumir uma posição política. [...] Quem assume uma posição política é claro que cria logo inimigos da posição política contrária. Acontece que essa posição política assumida por Darcy Ribeiro foi vencida pela revolução (Vaz, 1978).

A reconhecida identificação do reitor da universidade com os interesses e relações de classes da ditadura empresarial-militar brasileira, que se processa por toda sua carreira acadêmica (Toledo, 2016; 2021)¹¹, assegurava ao reitor da UNICAMP de 1966 a 1978 um estatuto jurídico e político singular, ao ponto de não serem instaladas as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (a partir de 1975, passam a ser denominadas Assessorias de Segurança e Informação) na universidade. Determinando as relações entre a ES e a Divisão de Segurança e Informações do MEC e estruturadas como parte da unidade do Serviço Nacional de Informação do Estado, as Assessorias eram órgãos de vigilância e controle da circulação de ideias da vida social da comunidade universitária que, diferentemente das demais universidades estaduais e federais do período em pauta, foram ausentes na UNICAMP, já que, conforme depoimento de Arminak Cherkezian, agente da Assessoria da USP, à *Comissão Nacional da Verdade*,

¹⁰ A respeito das afinidades de Vaz com a burguesia que instaurou a ditadura empresarial-militar durante os anos que antecederam ao golpe de estado de 1964, ver Marinho (2001); já sobre os efeitos da atuação de Vaz na UnB, ver Salmeron (2012). Sobre os reconhecidos méritos do trabalho de Vaz na transformação da UNICAMP em uma universidade-chave da sociedade brasileira e para uma análise diferente sobre as relações do ex-reitor da UNICAMP com a ditadura empresarial-militar, ver Pereira e Martins (2018).

¹¹ Segundo Toledo (2016; 2021), a figura de Vaz na história tanto da ES como da educação pública brasileira como todo é emblemática. De um lado, figura controvertida e polêmica para os que buscam laborar o pensamento crítico; de outro, figura cultuada na UNICAMP por todos e todas os que o enxergam com um autêntico herói-fundador, um pai-fundador, o grande criador de instituições de ensino. Para estes, apenas contam, na trajetória acadêmica de Vaz, as suas inegáveis contribuições para a criação e consolidação da UNICAMP. Toledo ainda define essa contradição da história da UNICAMP como o *paradoxo da UNICAMP*: uma instituição que se destaca pela afirmação dos valores e ideais democráticos, mas cujos dirigentes e muitos docentes não deixam de exaltar uma personalidade que exerceu o poder de forma autocrática em todas as universidades que dirigiu. O autor também assinala que, até o fim de sua vida, Vaz jamais procedeu a qualquer autocrítica em relação a sua atuação efetiva em defesa do golpe de 1964 e de sua convivência com a ditadura empresarial-militar (*Ibid.*).

O professor Zeferino Vaz tinha tanta autoridade que ele não precisava se submeter ao Ministério de criar Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Eu lembro que a UNICAMP era a única que não tinha AESI, porque ele tinha ligações diretas, ele tinha muita força e poder. Ele inclusive podia resolver [as coisas] como melhor entendesse. Na USP o professor [Miguel] Reale se comunicava diretamente com Brasília (Comissão Nacional da Verdade, 2014 apud Cunha; Müller, 2014, p. 289).

Por outro lado, essa forma de democracia proposta por Vaz, como um dos primeiros artigos do Estatuto da UNICAMP, reverberada pela efervescência cultural e política da luta de classes no Brasil dos anos 1960 e 1970, possibilitava encaminhamentos de demandas sociais que perspectivavam um horizonte social de mudança.

Embora a conjugação do Ato Institucional n. 5 com o Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, suspendesse os direitos políticos de servidores(as) técnico-administrativos, docentes e estudantes, determinando a manifestação de ideias políticas tidas como subversivas, segundo o Estatuto da UNICAMP, todas as ideias filosóficas, políticas e religiosas eram permitidas, com exceção daquelas que fossem adversas aos interesses da ditadura. Além disso, o Estatuto da UNICAMP ainda garantia que a universidade obedeceria “aos princípios de respeito à dignidade da pessoa e aos seus direitos fundamentais, proscrevendo o tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa e por preconceito de classe ou raça” (São Paulo, 1969, p. 478). Salvaguardava-se, desse modo, a possibilidade de uma semelhança de condições, jurídicas e políticas, entre as categorias sociais que constituíam a universidade. Vestir a ditadura com uma máscara democratizante objetivava, assim, uma via institucional possível para crítica da forma de institucionalização lavrada não só pelo Estatuto da universidade, mas também na vida social sob os auspícios da ditadura brasileira¹².

Normatizando-se conforme a legislação da ES vigente, os títulos II *A Constituição da Universidade*, VIII *Do Patrimônio, dos Recursos e do Regime Financeiro* e XII *Dos Diplomas e Certificados* concretizavam critérios relativos à certificação de diplomas, aos recursos subsidiados via Estado e procedimentos sobre a composição e formatação das instâncias deliberativas a respeito do ensino, pesquisa e extensão da UNICAMP. Além da

¹² Em *Os Advogados contra a Ditadura: por uma questão de justiça* documentário de Silvio Tendler (2014), Alcyone Barreto, advogado criminalista durante os anos 1960 e 1970, narra que durante o período Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), utilizando-se do sentido inverso que o pensamento conservador atribuía à ditadura, conquistou a absolvição de estudantes: se os juízes responsáveis qualificassem o caso como criminoso admitiriam que havia ditadura no Brasil, porque, ao picharem a frase *Abaixo a Ditadura* em um muro de uma universidade, os estudantes não concluíram a oração, não adjetivaram apontando em qual sociedade estava em curso uma ditadura.

organização das unidades de ensino e pesquisa em Institutos e Faculdades coordenadas pelos Departamentos, e a organização dos Colégios Técnicos – Colégio Técnico de Campinas (COTUCA) e Colégio Técnico de Limeira (COTIL) –, também se qualificava como instâncias complementares dessas unidades o Hospital das Clínicas e a Prefeitura da Cidade Universitária, no *campus* de Campinas. Os recursos públicos provenientes tanto do governo paulista como do Estado brasileiro estavam subordinados ao controle do CD e reitoria. Cabia ainda a essas instâncias deliberativas a elaboração de propostas orçamentárias, sendo possível para diretores e diretoras dos Institutos e Faculdades criar fundos próprios condicionados à aprovação de tais propostas. Subvenções, dotações e recursos particulares provenientes de instituições privadas ou pessoas físicas eram permitidos desde que fossem consoantes ao desenvolvimento da universidade como um todo e submetidos à análise do CD e reitoria – justificavam-se com esse tópico do Estatuto os convênios estabelecidos com frações burguesas ligadas aos setores industriais e empresariais da moderna sociedade capitalista¹³.

Coordenados e desenvolvidos pelos Departamentos – unidade básica “administrativa, didática e científica da universidade” (São Paulo, 1967, p. 482) –, o ensino, pesquisa e extensão das Faculdades e Institutos da UNICAMP eram elencados nas modalidades graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado), especialização e aperfeiçoamento, e extensão.

Por meio do sistema de créditos, os cursos de graduação estavam divididos em dois ciclos, correspondendo o primeiro a grandes áreas de conhecimentos (com duração regular de dois anos), e o segundo à formação específica – conforme título III do Estatuto.

A pesquisa, estipulada pelo artigo 37 do título IV do estatuto em apreço, formalizava a necessidade da universidade desenvolver projetos de pesquisa tomando, “quanto possível, como ponto de partida, os dados da realidade local e nacional, sem, contudo, perder de vista as generalizações, em contextos mais amplos, dos fatos descobertos e de suas interpretações” visando continuamente à identificação de “novos conhecimentos e técnicas e como recurso de educação, destinado ao aprimoramento da atitude científica” e social (*Ibid.*, p. 484-85).

Já a extensão, afinando-se ao artigo 2º do Estatuto da UNICAMP, que registrava a finalidade de “por ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos e serviços, a técnica, a cultura e o resultado das pesquisas” (*Ibid.*, p. 478), o artigo 32 determinava que os “cursos de

¹³ Sobre a questão do repasse tecnológico na relação entre UNICAMP e a burguesia empresarial, ver Almeida (1995).

extensão” visavam “difundir conhecimentos e técnicas de trabalho para elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade” e da sociedade brasileira (*Ibid.*, p. 484).

Habilitando a UNICAMP a conceder títulos Doutor(a) *Honoris Causa*, Professor(a) Honorário(a) e Professor Emérito às pessoas que tenham contribuído, de maneira notável, ao desenvolvimento das ciências biológicas, exatas, humanas ou das artes, que tenham beneficiado, de forma excepcional, a sociedade ou prestado relevantes serviços à ciência, à cultura ou à universidade, o título XIII do Estatuto, ainda que legitimando reconhecimento social aos trabalhos do físico Gleb Wataghin, também validou as contribuições de Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro do MEC de 1969 a 1974 e figura de vanguarda da ditadura. O título de Doutor *Honoris Causa* a Passarinho, proposto por Vaz e aprovado de modo unânime pelo CD em 30 de novembro de 1973 (UNICAMP, Conselho Diretor, Ata de 30 de nov. 1973, Extra), somente seria revogado pelo CONSU da UNICAMP, de modo unânime, em 28 de setembro de 2021, após ser pautado pela ADUNICAMP, com a participação do DCE, da Associação de Pós-Graduandas e Pós-Graduandos (APG) e do Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU) que endossaram o dossiê encaminhado por quatro congregações e entidades representativas da UNICAMP à instância deliberativa máxima (UNICAMP, Conselho Universitário, Ata de 28 de set. 2021)¹⁴.

A necessidade de formalizar uma Assembleia Universitária Extraordinária que envolvesse toda comunidade universitária para o debate de pautas medulares e urgentes referentes à autonomia universitária, à vida social da formal institucional da UNICAMP ou da sociedade brasileira, no título XIV do Estatuto, foi reivindicada, mesmo que de forma paralela, pela ADUNICAMP, DCE, ASSUC, comunidade universitária para equacionar pautas e encaminhamentos durante a crise institucional em 1981. Pautando a autonomia universitária e a defesa da universidade pública gratuita, laica, socialmente referenciada e de qualidade, a primeira Assembleia Universitária Extraordinária da UNICAMP formalizada pelo CONSU e reitoria apenas seria efetivada em 15 de outubro de 2019 (UNICAMP, 1ª Assembleia Universitária Extraordinária, 15 de set. 2019).

¹⁴ Não aprovada pelo CONSU em 2014, a pauta pela revogação, nessa segunda vez, foi endossada por relevantes mobilizações políticas de entidades, associações e formação do grupo de trabalho “Unicamp pela Democracia: pela revogação do título de Doutor *Honoris Causa* ao coronel Jarbas Passarinho”, ver ADUNICAMP (2021) e Oliveira (2021). Destaque importante ao DCE, APG e Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ que protocolaram a mesma pauta pela revogação no CONSU da referida universidade obtendo resultado similar meses antes da aprovação da revogação na UNICAMP, ver Universidade Federal do Rio de Janeiro (Conselho Universitário, Ata de 20 de abr. 2021, Extra).

Estabelecendo os órgãos deliberativos e consultivos, suas funções correspondentes, relações entre essas instâncias e o tempo de mandato (função e representação) nesses órgãos, o Título V “Da Administração da Universidade” do Estatuto da UNICAMP, determinava CONSU, CD e reitoria como jurisdições máximas da universidade. É relevante apontar que a participação de representantes das categorias sociais na constituição desses órgãos e a qualificação do voto do reitor era distinta: enquanto no CONSU o voto do reitor se limitava ao “de qualidade” – prerrogativa conferida quando ocorre empate na votação – e a representação era ampla, incluindo o direito a voz e voto de representante dos(as) servidores(as) técnico-administrativos, no CD, descartando a participação de um(a) representante dos Serviços Técnico e Administrativos, cabia ao reitor, além do seu, o voto “de qualidade”. Nesse Título, designava-se, também, como órgãos do CD, a Câmara Curricular e de Pesquisa cujas funções eram: a primeira, estabelecer o número de vagas para cada curso, coordenar o currículo, programar os cursos de graduação e a integração entre ensino na universidade; e a segunda, opinar sobre projetos e relatórios de pesquisa dos Institutos e das Faculdades e a possibilidade de ofertar recursos. Ainda discriminava tanto as funções das Coordenações de Institutos, Faculdades, Colégios Técnicos e do Conselho de Integração Universidade e Comunidade como os critérios para os regimentos internos dos Institutos e das Faculdades: Diretoria, Conselho Interdepartamental, Congregação e Departamento. Destacando esse último, o Departamento, como a unidade básica dos Institutos e das Faculdades o Estatuto em pauta, consonante com a legislação federal, destituía a figura do professor catedrático herdada da Lei n. 7.655, de 28 de dezembro de 1962, que regulamentou a criação da universidade.

Organizada em três esferas decisórias, sendo elas, Diretoria, Conselho Interdepartamental e Congregação, a Administração dos Institutos e das Faculdades regida pelo título VI do Estatuto da UNICAMP reiterava o Departamento como unidade nuclear dessas instâncias. O mesmo título determinava também que, em relação à primeira, a Diretoria dos Institutos e das Faculdades, precisava ser exercida por um(a) diretor(a), escolhido(a) pelo reitor, em lista tríplice de professores(as) titulares e elaborada pela respectiva Congregação. Em relação ao Conselho Interdepartamental, órgão consultivo e deliberativo, registrava-se que necessitava ser integrado por diretor, chefes dos Departamentos e por até três representantes estudantis eleitos(as) pelos discentes matriculados em disciplinas ministradas pela unidade de ensino e pesquisa.

Já a Congregação, instância deliberativa máxima dos Institutos e das Faculdades, se constituía pelo(a) diretor(a), pelos chefes dos Departamentos, por professes(as) titulares em exercício, por um representante de cada uma das demais modalidades docentes, eleito(a) pelos pares, e por até três representantes estudantis e somente seria instalada quando estivesse em funcionamento o ensino de todas as disciplinas obrigatórias, do currículo mínimo de, pelo menos, um de seus cursos de graduação, com o mínimo de 1/3 (um terço) de professores(as) titulares. A carreira docente e seu respectivo regime de trabalho, elencando os cargos e funções, assistente, assistente doutor, livre-docente, adjunto e titular era estabelecida pelo Título VII *Do Corpo Docente* do Estatuto. Esse Título também regularizava a jornada de trabalho mínima de 40 horas semanais. Ainda nesse Título, designava-se a Comissão Especial, esfera subordinada diretamente ao reitor, com a função de analisar a admissão de professores(as) e orientar a aplicação da respectiva legislação.

O Título IX, *Do Corpo Discente*, do Estatuto em questão, caracterizava os(as) estudantes matriculados(as), conferia os critérios para cancelamento e renovação de matrícula assim como as condições referentes ao vestibular. Também nesse Título, estipulando as condições pertinentes à representação discente – tempo de mandato, o aproveitamento de estudos e rendimento escolar condizentes – determinava-se que somente o reitor poderia convocar a eleição para escolha de representantes discentes tanto para o CONSU como para o CD. Estabelecia-se, ainda no Título em pauta, a Câmara de Alunos, cuja função era examinar as questões dos(as) discentes referentes aos cursos, aproveitamento de estudos e rendimento escolar. Também se estabelecia, nesse Título, uma subvenção para eventos associados aos centros acadêmicos.

Conectando o Estatuto com o Regimento Geral, desdobrando-se nos regimentos internos das unidades que constituem a universidade, o Título X, *Do Regime Disciplinar dos Corpos Docente, Discente e Técnico Administrativo*, do Estatuto, elencava infrações, processos disciplinares e encaminhamentos confluentes. Assinala-se, também nesse Título, a centralização e concentração de procedimentos e encaminhamentos de caráter deliberativo na esfera da Reitoria – cuja interposição poderia ser efetivada somente, em última instância, pelo CONSU.

A questão referente à organização dos serviços administrativos, designada em um único Artigo do Título XI, *Dos Serviços Administrativos*, do Estatuto, estabelecia, de modo

categorico, a concentração dos encaminhamentos e procedimentos decisórios dos serviços administrativos na esfera da Reitoria.

Já o Título XV, *Das Disposições Gerais e Transitórias*, delegava períodos e prazos referentes às normatizações e regulamentações estabelecidas pelo Estatuto à universidade. Determinava-se, nesse Título, que, enquanto a universidade não estabelecesse Congregações regularmente instaladas e cinco de seus Institutos ou Faculdades não dispusessem, cada um, de, no mínimo, 1/3 (um terço) de titulares efetivos, as funções do CONSU, provisoriamente, seriam exercidas pelo CD da UNICAMP. Assim, explicitava-se que todo processo decisório a respeito da forma de institucionalização da UNICAMP estava subsumido ao CD e à reitoria da universidade, instâncias máximas deliberativas.

De julho de 1969 ao período da crise da institucionalização da universidade em 1981, o Estatuto da UNICAMP passou por cinco mudanças em sua redação: três a respeito da reorganização de estruturas departamentais (1972) e de cursos vigentes (1975 e 1977); uma regulamentando a carreira docente (1970); e outra referente à regulação de instâncias deliberativas da Universidade (1974).

As três primeiras, sobre a reorganização, de modo concomitante, reconheciam na forma jurídica o desenvolvimento e ampliação da UNICAMP – tanto a expansão das estruturas departamentais como a diversificação dos cursos, itinerários dos processos formativos e de pesquisa durante a década de 1970.

Enquanto a mudança do Estatuto da UNICAMP deliberada pelo CD em julho de 1970 conferia uma padronização da carreira docente e seu respectivo regime de trabalho, determinando critérios para admissão de professores(as) conforme a legislação impressa pelo CEE, e intensificando, assim, o controle do trabalho docente por parte do CD, cuja Câmara Curricular era subordinada, a mudança do Estatuto promulgada em março de 1974, estendendo as deliberações e formatos dos mandatos confluentes, concentrava e centralizava a jurisdição da vida social da universidade ao CD, uma vez que cumpria a função provisória de CONSU (São Paulo, 1969; 1970; 1974).

Tais mudanças no Estatuto da UNICAMP durante a década de 1970 estavam desafinadas com as pautas laboradas pelas categorias sociais da universidade. As condições de permanência estudantil reivindicadas pelo ME e DCE; as condições de trabalho e pesquisa demandadas pelo MD e Associação de Docentes; as condições concretas de trabalho exigidas pelo Movimento de Servidores(as) e Associação de Servidores(as); além da necessidade de

entidades representativas próprias requeridas pelos três segmentos (ADUNICAMP, 1991; Pereira, 2006; Lopes, 2016) necessitavam ser equacionadas pelo processo de institucionalização da universidade. A forma do Estatuto não conjugava as demandas da comunidade universitária, tornando a vida social efetiva em curso na universidade alienada.

E mesmo internamente aos limitados órgãos decisórios da universidade, CD e instâncias departamentais, esse caráter alienante da forma de institucionalização hipotecava as mudanças dinamizadas pela comunidade da UNICAMP. Durante os anos 1970, as divergências políticas internas às instâncias decisórias da universidade intensificam-se quando docentes integrantes do DMPS, juntamente aos outros setores do IFCH e IFGW, reivindicavam a democratização da forma de institucionalização e da vida social da universidade: Fausto Castilho, diretor do IFCH, Marcello Damy de Souza Santos, diretor do IFGW, e Antônio Sérgio da Silva Arouca, docente da FCM, pautavam tanto eleições para as direções das faculdades e institutos, assim como comissões paritárias constituídas pelas três categorias da universidade¹⁵. Damy de Souza Santos, em entrevista concedida à coletânea *Cientistas do Brasil* no início de 1992, argumenta que

Entre 1970 e 1971, o chefe de gabinete do reitor [professor Vaz] da UNICAMP era [Arnaldo Oliveira Camargo] um ex-delegado do DEOPS, que havia sido seu chefe de gabinete em Brasília [quando Vaz estava como reitor interventor na UnB de 1964 a 1965]. Então começou a vigorar em Campinas um clima muito estranho em que os problemas fundamentais da universidade eram encarados de um ponto de vista puramente político acadêmico. Um reitor tem que conviver com as autoridades estaduais e federais para receber verba etc. Mas ele não precisaria ser janguista no governo Jango [João Goulart], janista no governo Jânio [Quadros], nem levar o presidente [Humberto] Castelo Branco para lançar a pedra fundamental da UNICAMP. Para agradar alguns militares, passou a nomear professores e assistentes escolhidos por critérios muito mais políticos do que acadêmicos, sem consulta aos professores titulares (Damy de Souza Santos, 1992 apud Carvalho; Costa, 1998, p. 528)¹⁶.

¹⁵ As pautas laboradas por “Fausto Castilho, Marcello Damy de Souza Santos, José Aristodemo Pinotti, Nelson Parada (docente representante dos professores de Campinas), Gustavo Adolfo de Souza Murgel (docente da FCM), Friedrich Brieger, José Martins Filho (docente representante dos instrutores no CD)” “eram simpáticas a muitos docentes e não haveria de faltar quem lhes desse razão”, já que “postulavam um projeto institucional que incluísse, como em toda universidade consolidada, uma carreira docente que lhes desse um mínimo de garantia de emprego, a departamentalização dos institutos e faculdades e a implantação de seus fóruns internos de decisão acadêmica e administrativa – as congregações” (Gomes, 2007, p. 128).

¹⁶ Atualmente, a UNICAMP, por meio de um extenso mural próximo à reitoria do *campus* de Campinas em homenagem a Vaz, denomina o ditador Humberto Castelo Branco como presidente. Inaugurado em 2013, o mural reproduz passagem do relatório da Comissão Organizadora da universidade que registra o lançamento da pedra fundamental da UNICAMP em 1966.

A resolução da via institucional do confronto político foi a demissão, remoção da função e a promoção de ações persecutórias sobre os docentes envolvidos. Damy de Souza Santos, ainda esclarece que

[...] venceria o contrato do [Fausto] Castilho. Fui encarregado de analisar seu relatório de atividades. Como ele trabalhara muito bem, a comissão aprovou por unanimidade a sua recontração. No dia seguinte, no entanto, na reunião do CD [em 28 de março de 1972], apenas cinco dos membros da Comissão de Ensino e Pesquisa votaram como na véspera: os professores [Friederich] Brieger, Walter Hadler, Nelson Parada [docente representante dos professores de Campinas], José Aristodemo Pinotti e eu.

[...]

Aí criou-se um problema muito sério, porque a comissão foi totalmente desautorizada (Damy de Souza Santos, 1992 apud Carvalho; Costa, 1998, p. 528-29).

Também a respeito do mesmo episódio narrado pelo docente Damy de Souza Santos, Arouca, em entrevista concedida ao final dos anos 1980, explica que

Em síntese, foi uma briga pelo poder [social] da universidade e por sua democratização. O reitor ganhou o apoio do governador, da opinião pública e de outros reitores. Ganhou a briga e demitiu o diretor do IFCH, Fausto Castilho, o diretor do IFGW, Marcello Damy de Souza Santos e exonerou José Aristodemo Pinotti da direção da FCM (Arouca, 1987 apud Escorel, 1999, p. 115).

Em março de 1972, o encaminhamento do CD pela não renovação do contrato e apeamento do docente Castilho no ano anterior (UNICAMP, Conselho Diretor, Ata, 28/03/1972) propiciou a circulação social do caráter arbitrário e de excepcionalidade da permanência do professor Vaz, na função de reitor da UNICAMP desde 1966. A legislação vigente e o Estatuto da UNICAMP não permitiam tanto um mandato maior do que quatro anos como o exercício de dois mandatos consecutivos na função de reitor (Brasil, 1968; São Paulo, 1969; 1972).

Apesar da argumentação do Magnífico Reitor da UNICAMP, professor Zeferino Vaz [esclarecendo que não havia CONSU na UNICAMP portanto seu cargo na reitoria era por nomeação direta do governador diferentemente das exigências da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968], nossa estranheza, continua no ponto em que se encontrava. De fato, o Conselho Federal de Educação tratando de caso similar, demonstrou que [...] não se aplica à espécie em causa. Dessa forma, só mesmo um *decreto secreto*, de que obviamente não podemos ter conhecimento, explicaria a presença do professor Zeferino Vaz à testa da UNICAMP. Não é necessário discutir mais o assunto (O Estado de S. Paulo, [Dos Leitores, sem assinatura] 25 de mar. 1973, p. 48, grifo do autor).

Nesse sentido, pode-se dizer que o Estatuto, forma jurídica estabelecida durante a vida social da UNICAMP de 1969 a 1981, assumia uma dupla caracterização política. Por um lado, uma forma jurídica abrangente que reconhecia as possibilidades de mudanças da sociabilidade na relação entre universidade, categorias da comunidade universitária e sociedade brasileira: tanto seu Título I, assegurando a igualdade formal entre as categorias da UNICAMP como no seu Título V, referente à ampla representação dessas categorias na constituição do CONSU – uma “formulação moderada” que, “colocada em prática de modo decidido” (Fernandes, 1979, p. 217), apontaria para mudanças efetivas na universidade – equacionava, de modo relativo, soluções técnicas e políticas, uma via institucional possível para as pautas reivindicadas pela comunidade universitária. Por outro, uma forma de Estatuto que se consubstancia de modo díspar na medida que não distingue e determina a precisão de procedimentos jurídicos específicos (medidas e regras consensuais, normatizações, legislação, critérios comuns) substantivos à institucionalização da universidade. A concentração e centralização dos processos decisórios no CD e reitoria assim como a representação das categorias sociais nas instâncias deliberativas da universidade, dessa maneira, estava dissonante com as necessidades concretas da vida social da UNICAMP.

Assim sendo, em que medida essa disparidade entre o Estatuto da UNICAMP consolidado até 1981 (São Paulo, 1969, 1977), forma jurídica da institucionalização da universidade durante o contexto político da ditadura empresarial-militar na sociedade brasileira, e a efervescente vida social da UNICAMP sugeria formas de oposição ou processos sociais alternativos? E de que modo se expressaram as formas de resistência democrática da comunidade universitária – docentes, discentes e funcionários(as) que não consentiam com as ideias engendradas pelo CD e reitoria da UNICAMP – em face de uma vida social da universidade que resultaria em uma crise da forma e do processo de institucionalização em 1981?

2 PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E A LUTA DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS DE 1966 A 1981

Este capítulo, dividido em três partes, apresenta a narração e a análise das formas pelas quais a comunidade universitária equacionou a questão da forma de institucionalização da UNICAMP inscrita no Estatuto e determinada pelo CD e reitoria. O objetivo foi distinguir a relação específica de cada categoria constituinte da universidade com o processo de institucionalização. A primeira parte examina a relação da questão do controle e das condições de trabalho laboradas pelo MD e ADUNICAMP e a institucionalização; a segunda parte analisa de que modo o ME e DCE equacionaram a pauta das condições de permanência no processo de institucionalização; e a terceira parte apresenta as formas pelas quais o MS e ASSUC debateram a pauta pelas condições de trabalho equivalentes às necessidades da categoria na forma de institucionalização da UNICAMP.

2.1 Movimento Docente, Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas e controle das condições e do trabalho docente

Aproximadamente duas mil pessoas participaram ontem à noite do ato público promovido pelo funcionalismo estadual nas escadarias da Prefeitura [Municipal] de Campinas para reivindicar aumento de 70% mais 2 mil cruzeiros.

[...]

O presidente da ADUNICAMP [...] membro do comando de greve da UNICAMP, disse que “o governador [do estado de São Paulo] Paulo [Salim] Maluf, tentando jogar a população contra o funcionalismo, diz que teria de fazer cortes em investimentos essenciais ao bem-estar da população para atender aos servidores. Sabemos muito bem que isso é mentira, já que as necessidades da população nunca foram levadas em consideração pelos governadores [...] dos últimos quinze anos” (Folha de S. Paulo, 22 de abr. 1979, p. 16).

Nosso consenso está fundamentado, em primeiro lugar, na **negação da institucionalização** entendida como tal a aplicação pura e simples da atual legislação que rege a vida universitária do país, especialmente a do estado de São Paulo.

[...]

Não temos, portanto, definições bem fundadas sobre um projeto de universidade. Mas temos ao menos uma orientação geral: a “universidade que queremos” deve ter

um poder democrático, submetido ao controle atento dos corpos da universidade, o qual deverá nascer das experiências em curso e da democratização da sociedade (ADUNICAMP, Boletim. A camisa de força!!!, mai. 1981, p. 3, grifo do autor).

O processo de equacionar resoluções concretas à questão das condições de trabalho e da ampliação da participação da comunidade universitária na institucionalização da UNICAMP está concatenado às formas de mobilizações políticas engendradas pela categoria docente na efervescente conjuntura de democratização não só na universidade, mas também na sociedade brasileira.

De meados dos anos 1970 ao início da década de 1980, os(as) professores(as), o MD da UNICAMP, convergente com as pautas do afluente movimento de Associações Docentes (ADs), Encontros Nacionais de Educação, Associação de Docentes do Ensino Superior (ANDES) e, a partir de 1977, representado pela ADUNICAMP, efetivou conquistas sociais para o processo de institucionalização da universidade. Na contravertente da forma de institucionalização impressa pelo Estatuto da universidade (São Paulo, 1969; 1977), é possível sintetizar as mobilizações do MD da UNICAMP que convergiram em conquistas pró-institucionalização em duas fases: I) O processo de fundação, legitimação da ADUNICAMP e de reconhecimento da necessidade de uma forma de institucionalização distinta da operante na universidade (a constituição da entidade em 1977 e a greve unificada com servidores(as) não docentes em razão do reajuste salarial em 1979); e II) A problematização da institucionalização comandada pelo Estatuto e a proposta de uma forma de institucionalização que auscultasse as necessidades da vida social da universidade (a publicização da contenda sobre uma institucionalização baseada no processo de democratização arquitetado pela comunidade universitária de 1979 a 1981 e a participação na constituição da ANDES em 1981).

A análise da institucionalização da universidade pautada pelas mobilizações políticas do MD da UNICAMP apresenta um duplo predicado. Por um lado, a necessidade de um processo de democratização das esferas deliberativas da universidade: a negação de um Estatuto díspar da vida da social da UNICAMP estava conectada à participação concreta das categorias da comunidade universitária. E, por outro, a exigência de fracionamento do controle da institucionalização da UNICAMP equivalente à comunidade universitária e suas respectivas formas de organização – o horizonte político de democratização estava afinado à determinada autossustentação relativa da universidade em face das mudanças vigentes na ES

e na vida social brasileira. A carência de condições de trabalho, a ausência de concursos, planos de carreiras definidos, colegiados deliberativos e, sobretudo, a necessidade de ampliação da participação da comunidade universitária nos processos decisórios da universidade são as pautas frequentes do MD e da ADUNICAMP da segunda metade dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980.

José Vitório Zago, Edmundo Fernandes Dias e Helena Costa Lopes de Freitas, docentes dirigentes da ADUNICAMP durante as décadas de 1970 e 1980, em entrevista concedida à edição comemorativa de 25 anos da entidade, justificavam a necessidade da AD como forma de atuação política do MD na universidade.

[...] existia um sentimento de sair do sufoco da ditadura [...].

A UNICAMP era nova e tinha a pretensão de ser uma universidade [...] integrada etc. Nada disso acontecia e então resolvemos fundar uma AD, não só com o objetivo de lutar pelos nossos direitos, mas também de participar da vida do país (ADUNICAMP [Entrevista. José Vitório Zago], 2002, p. 36).

A entidade foi fundada em 1977 [...]. Destaco a greve de 1979 (greve geral do funcionalismo público – [...] durante a ditadura) e a de 1981 (contra a intervenção malufista [governo estadual paulista Paulo Salim Maluf] na UNICAMP). Essa última foi vital para a democratização em curso na universidade (ADUNICAMP [Entrevista. Edmundo Fernandes Dias], 2002, p. 78).

A luta dos docentes pela organização sindical e a necessidade de organização vêm desde o final da década de 1970, quando saíamos da ditadura. [...] Particularmente, as ADs são fundamentais para a vida da universidade [...]. A forma sindical de organização de professores é importante não só pelas lutas específicas – para nos fortalecer na forma de intervenção política nas universidades –, mas principalmente para conseguirmos nos organizarmos e contribuir para mudanças estruturais na sociedade (ADUNICAMP [Entrevista. Helena Costa Lopes de Freitas], 2002, p. 120).

Conjuntamente ao emergente processo de democratização na sociedade brasileira, os relatos supracitados dos docentes também contextualizam que a resistência democrática contra a ditadura estava correlacionada à necessidade da constituição de formas de organização conjugadas e de perspectiva sindical – quer articulação de ADs da mesma categoria, mas de modalidades de ensino distintas, quer a articulação de associações de distintas categorias, porém com pautas nucleares comuns. Sem despojar os limites das formas políticas em curso de meados dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980, o processo de crítica tanto das condições e do controle do trabalho docente como do sentido político e social da forma de institucionalização na universidade facultou ao MD colocar a luta de interesses e relações de classes na ES em questão.

2.1.1 O processo de expurgo da fração crítica do Departamento de Medicina Preventiva e Social comandado pelo Estatuto, Conselho Diretor e reitoria da Universidade Estadual de Campinas

Mesmo que de modo paralelo, via processos e procedimentos jurídicos e legislativos não relacionados especificamente à regulação do trabalho na ES, a institucionalização inscrita pelo Estatuto da UNICAMP limitou e restringiu o caráter democratizante e social das atividades laborais de frações críticas da categoria docente durante a intensificação da repressão lavrada pela ditadura empresarial-militar brasileira.

Normatizando prisões, recolhimentos, afastamentos e exonerações de docentes da ES e da Educação Básica, dos setores público e privado, a intensificação da repressão, legitimada pelo Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964, toma carnadura com a promulgação tanto do Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968, como do Ato Complementar n. 75, de 21 de outubro de 1969. A categoria docente, suspeita de praticar crimes contra o Estado, não só estava com os direitos políticos suspensos como também impedida de ser contratada, de exercer atividade docente ou de pesquisa em outras instituições ou órgãos direta ou indiretamente ligados à esfera pública – as instituições privadas, ainda que não impelidas legislativamente, também eram reticentes às relações contratuais com docentes processados(as) (Motta, 2014; Cunha, Müller, 2014). Na década seguinte, alheias aos critérios e às relações jurídicas estatutárias, são instaladas, nos *campi* das universidades e dos institutos de ensino superior, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações, Assessorias de Segurança e Informações: criadas para mediar as relações entre a ES e a Divisão de Segurança e Informações do MEC, eram instâncias de vigilância e controle que, operando sub-repticiamente, efetuavam a monitoração do ME e a triagem de docentes¹⁷ e servidores(as) não

¹⁷ O processo de desaparecimento político de Ana Rosa Kucinski Silva, docente do Instituto de Química da USP nos anos 1970, é ilustrativo a respeito da forma de repressão perpetrada tanto pelo Estado brasileiro, Assessorias de Segurança e Informações como pela universidade. Integrante da organização política crítica da ditadura empresarial-militar, ALN, a professora, após ser presa (recolhida) pela repressão em 22 de abril de 1974, não foi mais vista ou localizada nas instâncias e jurisdições correspondentes. Por meio de uma orquestração entre forma institucional da USP, Assessorias e Estado brasileiro, o desaparecimento político de Kucinski Silva é ocultado. A despeito de protestos contrários manifestados por familiares e frações sociais populares que labutavam a resistência democrática contra a ditadura, a USP, precipuamente na figura da reitoria, e fundamentando-se no estatuto e demais dispositivos confluentes da universidade tornam o

docentes. De outro modo, a intensificação da repressão impressa pela ditadura também se caracterizava pelos processos de perseguição e cassação que, por vias transversais, sem referenciar-se na legislação relativa à prática de crimes contra o Estado e, assim, dissimulando o caráter político, anulavam as condições de trabalho necessárias equivalentes à categoria docente (O Controle, [1978] 2004; Universidade, 2008).

O expurgo de fração de integrantes do DMPS da FCM da UNICAMP durante os anos 1970 foi uma expressão dessa modalidade de repressão¹⁸. Respalhada pela política de ES vigente, a institucionalização, Estatuto, CD e reitoria da universidade efetivaram processos de perseguição e cassação políticos sobre vertente de docentes, técnicos(as) e estudantes residentes do DMPS por conta do caráter social de atividades de ensino e pesquisa e práticas laborais produzidas na região metropolitana de Campinas, que corroboravam à democratização na UNICAMP e com o ascendente movimento sanitarista na sociedade brasileira.

Anamaria Testa Tambellini, docente que estava na vanguarda das atividades laborais críticas juntamente ao também docente Antônio Sérgio da Silva Arouca durante os anos 1970, em depoimento à *Comissão da Verdade e Memória Octavio Ianni* da UNICAMP¹⁹, expondo a aceção de processo de diagnóstico, contextualiza a forma de atuação de fração do DMPS no setor saúde da comunidade universitária.

E a gente falava para as pessoas, que aquela doença que ela tinha não é só porque entrou um bichinho no corpo dela, e que ela ficou doente, mas que tinha condições de vida, de nutrição, de habitação, e falta de prevenção por falta de uma educação suficiente, de leitura sobre aquilo, que a gente achava importante e fornecia inclusive leituras para as pessoas sobre as doenças (Relatório, 2015, p. 32).

desaparecimento político um processo comum de exoneração por abandono de função/cargo. Sem reconhecer a convivência da forma de institucionalização da universidade no processo de repressão, em 1995, a USP concede a anulação da exoneração de Kucinski Silva. A respeito, ver Relatório (2018) e a brilhante ficção “K: relato de uma busca” de Kucinski (2014).

¹⁸ Bernardo Boris Jorge Vargaftig, atuando como estagiário na função de docente da FCM da UNICAMP no início dos anos 1960, quando a forma de institucionalização da universidade era determinada pelo Conselho de Curadores, reitoria e CEE, narra que foi preso (recolhido) pela repressão durante uma aula na FCM em julho de 1964; e, na sequência, sob manifestações críticas contrárias à prisão engendradas por discentes do CAAL tanto no DEOPS como no CEE, Vargaftig foi levado ao navio-prisão Raul Soares, na cidade de Santos, litoral paulista, onde permaneceu detido para interrogatório por 52 dias. Embora já tivesse interrompido as atividades políticas no ME em São Paulo no ano anterior e uma vez cumprido o regime de recolhimento e respectivos processos jurídicos, a relação contratual com a universidade foi preterida pelo CEE. Justificando que não havia interesse público na nomeação, Vaz, integrante do CEE e, posteriormente, reitor da UNICAMP de 1966 a 1978, encerrou o contrato de Vargaftig. Sobre isso, ver Relatório (2015), DEOPS (SN 229), Vargaftig e Bellato (2015).

¹⁹ Entrevista concedida à Comissão no dia 14 de agosto de 2014 (Relatório, 2015).

Sem desvencilhar-se da versatilidade das orientações, profilaxia e demais procedimentos técnicos precisos para tratamento da doença, identifica-se no processo de diagnóstico elaborado pela fração do DMPS da UNICAMP: I) O reconhecimento das relações sociais como produtoras da necessidade de reparo e recuperação do sujeito – a moderna sociedade burguesa que determina a relação entre saúde e doença qualificando o perfil epidemiológico dos indivíduos examinados; e II) A exigência de redefinição da relação entre trabalhador(a) do setor saúde (instituição), sujeito (comunidade, sociedade) e conhecimento científico, em que, em um ordenamento qualitativo de figuras, por um lado, os indivíduos, apropriando-se dos fundamentos do saber científico sobre a conjugação saúde e doença, tornam-se sujeitos concretos no processo de sua reparação e recuperação, e, por outro, trabalhadores(as) da saúde e universidade efetivam serviços equivalentes às demandas da comunidade, sociedade e desenvolvem a ciência a partir dos resultados dessa relação. Arouca, em entrevista concedida à pesquisa a respeito do movimento sanitarista no Brasil, também sumariava que

[...] estavam-se testando projetos comunitários baseados na abordagem [...] das ciências sociais, entre eles a realização de projetos de investigação com a comunidade em que a comunidade era ‘o investigador’, formas de participação popular e formação de agentes de saúde com participação na direção (Arouca, 1987 apud Escorel, 1999, p. 115).

Repara-se que o modo de atuação da vertente crítica do DMPS em pauta era tanto uma resposta em face dos problemas da inapetência da rede de atendimento médica, da dissociação entre a universidade e a questão da saúde na vida social brasileira como um resultado da experiência laborativa produzida pela fração, seja no ensino, na pesquisa, seja na extensão na área da saúde da UNICAMP.

Delimitada aos trabalhadores e trabalhadoras formalizados na Consolidação da Lei do Trabalho e viabilizada pelo Instituto Nacional de Previdência Social (a partir de 1977, Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social)²⁰ ou por organizações e associações médicas e instituições beneficentes e religiosas, a política de saúde em curso nos anos 1970 era enredada em um formato privatista e não respondia pelo atendimento de todas as classes da sociedade brasileira (Donnangelo, 1979). Já a área da saúde na ES, coordenada

²⁰ Sobre os limites do Instituto Nacional de Previdência Social, ver Soares (1976).

exclusivamente pelos departamentos das FCMs, não atuava de maneira integrada à rede de serviços, se restringindo, exclusivamente, ao processo de ensino – as unidades hospitalares como campo de aplicação.

Em consonância com as diretrizes ventiladas pela Organização Pan-Americana da Saúde²¹, a fração crítica do DMPS postulava que o equacionamento da questão da saúde na sociedade estava relacionado a um amplo processo de transformação das FCMs. Sobrepujando as formas institucionais dissociadas e não integradas à rede de serviços do setor saúde, propunha-se que as finalidades e objetivos das FCMs necessitavam estar afinados às funções de ensino, pesquisa e extensão das universidades e determinados pelas mudanças da vida social brasileira. Diversamente ao que era executado nas demais instituições brasileiras, “uma comissão de planos de estudos” definiria as políticas gerais do curso e os processos formativos no setor saúde, que se dariam em uma única instituição; no desenvolvimento da pesquisa, as mudanças passavam dos fundamentos exclusivamente das ciências biológicas para prioridade na conjugação entre as ciências biológicas, psicológicas e sociais; já na extensão colocava-se o processo de diagnóstico “dos problemas da comunidade em matéria de saúde”, a saúde de todas as classes da sociedade, como nuclear para configuração e concretização dos objetivos do trabalho docente sendo a atenção médica, a rede de serviços “objeto de estudo e pesquisa” (Pinotti; Arouca; Tambellini, 1974, p. 111-112).

A proposta de ensino propiciada pela vertente crítica estava condizente à pauta por ampliação da representação discente nos processos formativos da universidade – demanda está requerida pelo ME brasileiro desde meados dos anos 1960 aos anos iniciais da década de 1970 (Sanfelice, 2008; Müller, 2010). Formalizando, de modo relativo, o princípio da paridade entre as categorias sociais da FCM, a ampliação da representação discente consubstanciava-se da participação estudantil nas questões educacionais e pedagógicas prosaicas da sala de aula, nos grupos de estudo, passando pelos seminários a respeito tanto da relação entre universidade e sociedade como pela pesquisa na área da saúde promovidos pelo

²¹ Fundada em 1902, a Organização Pan-Americana da Saúde é uma organização internacional de saúde pública nas Américas que, atuando como escritório regional da Organização Mundial da Saúde, oferece cooperação técnica em saúde a seus países integrantes; combate a doenças transmissíveis e doenças crônicas não transmissíveis, bem como suas causas; e fortalece os sistemas de saúde e de resposta ante emergências e desastres.

DMPS, nos períodos de estágio nos centro de saúde e hospital à necessidade da questão estudantil²² ser coadunada nas mudanças da forma de institucionalização da UNICAMP.

Opondo-se aos procedimentos científicos sobre a questão da saúde que circulavam socialmente por meio das FCMs brasileiras – cujo horizonte teórico e prático se circunscrevia à reprodução de ideias, práticas, procedimentos, protocolos e técnicas descoladas das relações sociais, da “realidade concreta” (Melo, 1976, p. 144-145) –, os postulados teóricos e práticos orientadores do desenvolvimento da pesquisa propostos baseavam-se no concerto entre as ciências biológicas e as relações sociais, “devendo-se entender que essas relações sociais pertencem a um determinado modo de produção e estão submetidas às suas determinações” (Tambellini; Arouca, 1976, p. 23). Pleiteavam-se, assim, alterações substantivas nas ciências biológicas confluentes à medicina: privilegiando uma atuação médica relacionada a “sujeitos concretos” historicamente determinados que colocasse à pesquisa

[...] os problemas do sofrer vividos concretamente por tais sujeitos, remetendo à patologia [...] a noção de totalidade biológica e histórica do ser vivo [indivíduos produzindo em sociedade], possibilitando a ela a codificação científica deste sofrer e deixando à fisiologia um conhecimento mais claro e transparente das situações e condições de existência do ser vivo.

[...] experimentar novas formas de prática médica, colocadas em novas relações sociais, em um novo espaço e fundamentalmente baseadas no fato de que as normas coletivas da vida adotadas por uma sociedade predeterminada – do ponto de vista biológico, a morbidade real e, do ponto de vista social, o modo de se comportar diante do fato biológico – definem um tipo de sofrer [perfil epidemiológico de adoecimento] (Tambellini; Arouca, 1976, p. 23).

Enquanto nos processos formativos e no desenvolvimento da pesquisa a conexão entre DMPS e rede de serviços se estabelecia como fundamento na superação das FCMs dissociadas da questão da saúde na sociedade, a extensão assumia a função de estratégia política medular. Financiada em parte, de maneira privada, por meio do convênio da UNICAMP com a Fundação Kellog (*W. K. Kellogg Foundation*)²³ e constituído pelos Centro de Saúde-Escola e Laboratório de Educação para Medicina de Comunidade, o programa de extensão Programa de Saúde da Comunidade (PSC) da universidade foi uma resolução

²² A convite do CAAL, a conferência sobre a temática *Reforma universitária e mudança social* em 27 de setembro de 1968 na FCM da UNICAMP proferida por Fernandes, professor livre-docente da USP, que foi aposentado compulsoriamente pela ditadura no ano seguinte, é emblemática (Fernandes, 1979, p. 157). E, já durante o ascendente processo de greve efetivado pelo ME da UNICAMP, pautando condições de permanência em 1974, Tambellini e Arouca, também discentes do mestrado em Ciências Sociais do IFCH, endossaram as manifestações e protestos referentes à questão estudantil.

²³ Sobre pesquisa que problematiza o financiamento da Fundação Kellog na área da saúde no Brasil, ver Lins (1997).

socialmente referenciada produzida pela fração crítica do DMPS durante meados dos anos 1970.

Perscrutando os resultados obtidos a partir dos serviços lavrados pelo DMPS na área da saúde em Campinas na década precedente (Andrade, 1995), o Centro de Saúde-Escola, localizado no município de Paulínia/SP, região metropolitana de Campinas, operacionalizou e desenvolveu as seguintes práticas laborais:

- A) Saúde Escolar – objetivando tematizar a questão saúde na sociedade junto às escolas públicas, colaboração nas campanhas de orientação, imunização e na divulgação de procedimentos para prevenção de surtos (pediculose) e epidemias (esquistossomose e meningite²⁴) por meio de um trabalho cooperativo envolvendo estudantes, docentes e gestão das unidades de ensino da rede municipal de Paulínia e São Paulo;
- B) Atenção Materno-Infantil – ampliação dos serviços de saúde direcionados às mães, gestantes e crianças e “transmissão de conhecimentos mútuos” sobre medidas e resoluções equivalentes a conjugação saúde e doença entre comunidade, camadas sociais populares e equipe de saúde (Marques, 1976, p. 119); além do atendimento individual e acompanhamento/assistência pré e pós-consulta médica, também efetivou-se um trabalho de formação de grupos de mães e gestantes para práticas com a enfermagem (preparo de mamadeiras/amamentação, pesagem, medicação e vacinação);
- C) Atenção ao Adulto – extensão do acesso à rede de serviços de saúde via atendimento integral a todos sujeitos da comunidade; também efetivou-se a padronização do protocolo e orientação para diagnóstico (acesso universal a toda pessoa adulta residente no município de Paulínia; prontuário familiar; atendimento no mesmo período ou dia da solicitação; enfoque biopsicossocial do sujeito; vinculação do indivíduo e sua família preferencialmente a um mesmo profissional médico; comunicação objetiva e conteúdo educativo em todo atendimento; resolubilidade imediata e concreta no nível da própria unidade; visita domiciliar para todo sujeito atendido; consulta médico domiciliar em casos selecionados); e

²⁴ É relevante ressaltar que a forma de institucionalização da UNICAMP ao circular, de modo explícito, campanhas e protocolos de saúde para prevenção e tratamento da epidemia de meningite estava no reverso das campanhas de ocultamento da doença propiciadas pela ditadura empresarial-militar brasileira durante os anos 1970. A respeito, ver Barata (1988).

D) Atividades na área da Educação e Saúde – conjugação da questão da saúde com as demandas sociais da comunidade; junto às camadas sociais e movimentos sociais populares, organização de mobilizações por pautas políticas correlacionadas à saúde (desde a reivindicação por condições de saneamento equivalentes, passando pelas exigências da “constituição de um Conselho de Saúde da Comunidade” e de representantes locais dos bairros no Conselho de Saúde do município de Paulínia até a necessidade das frações populares organizadas dos bairros e município determinar o direcionamento dos recursos públicos referentes à questão saúde) (Andrade, 1995, p. 133-134).

Já o Laboratório de Educação para Medicina de Comunidade subsidiava o PSC da UNICAMP com estudos e pesquisas avessas à mercantilização da questão da saúde na sociedade brasileira. Conectando-se as resoluções metodológicas das pesquisas desenvolvidas no DMPS, os resultados identificados no Laboratório de Educação para Medicina de Comunidade apontavam à necessidade de uma teoria social na medicina crítica das relações sociais de produção na sociedade capitalista.

No modo de produção capitalista, o mesmo cuidado [a questão da saúde] não possui o mesmo significado diante das diferentes classes sociais. Assim, para o proletariado que vende sua força de trabalho, a manutenção e recuperação de determinados valores vitais significa a manutenção do valor de troca de sua força de trabalho. Desta maneira, se, imediatamente, a saúde significa um valor de uso para seu detentor, imediatamente é transformado em valor de troca para a sua própria sobrevivência e em valor de uso para o seu comprador, dentro do processo produtivo (Arouca, 2003 (1975), p. 226).

A interpretação desenvolvida pela fração crítica reconhecia e distinguia os limites da questão da saúde na moderna sociedade de classes sob o comando do capital. Se nas relações sociais capitalistas a conjugação saúde e doença aparece restrita ao reparo e recuperação do sujeito para torná-lo produtivo no processo de trabalho (Tambellini, 1975), a ruptura, a superação dessas relações tem possibilidade de ser efetivada mediante uma teoria social da medicina com capilaridade nas camadas sociais populares. Ampliar o sentido social da pauta da saúde, desse modo, passava por um duplo processo: negação da tendência de mercantilização da conjugação saúde e doença; e transferência do controle da rede de serviços como também no direcionamento das pesquisas na saúde desenvolvidas na ES, e demais recursos públicos subsidiados pelo Estado brasileiro, às camadas sociais populares e suas correlatas associações, entidades, sindicatos e movimentos sociais.

Era um projeto [Laboratório de Educação para Medicina de Comunidade do PSC] que era financiado pela [Fundação] Kellogg em cima dessa proposta, porque eles acreditavam que a gente desenvolveria a proposta americana da medicina preventiva [de perspectiva exclusivamente epidemiológica], só que o projeto ia além daquilo e ele dava às populações poder decisório em relação aos serviços e a participação na pesquisa inclusive, através dos alunos [...] e no qual a gente discutia a situação brasileira também (Projeto. R1967-1975, Anamaria Tambellini, 2005, p. 30).

Uma teoria social da medicina crítica da mercantilização da saúde desenvolvida na pesquisa, a ampliação da participação estudantil nos processos formativos e o programa de extensão socialmente referenciado engendrados pela vertente do DMPS da UNICAMP também foram expressão do movimento sanitarista na sociedade brasileira de meados da década de 1970 aos anos 1980. Formado por trabalhadores(as) da saúde situados, inicialmente, nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, o movimento sanitarista, via pesquisas e extensão na ES, centros de saúde populares, revistas/periódicos científicos de ampla circulação e seminários/conferências nacionais junto à associações, entidades, sindicatos e movimentos sociais populares, tinha como pauta nuclear democratizar a questão da saúde (Escorel, 1999)²⁵. Conjugadas ao processo de democratização em meados da década de 1980 e interrogando os limites das políticas de saúde lavradas pela ditadura, as mobilizações políticas laboradas pelo movimento sanitarista resultaram em uma substantiva conquista social: subsidiado pelo Estado e promulgado na Constituição Federal brasileira em 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) transformou a questão da saúde em um direito. Universalizando a saúde como direito de todas as camadas sociais da vida social brasileira, nos anos 2000, o SUS qualificou-se como “um dos maiores sistemas de saúde” (Campos, 2007, p. 239) e modelo de rede de saúde internacional na sociedade capitalista contemporânea²⁶.

Contudo, produzir processos sociais imediatos e mediatos que conferiam forma tangível à UNICAMP como instituição-chave nas mudanças do horizonte social brasileiro referente à questão da saúde era dissemelhante à perspectiva política não só da ditadura do grande capital, mas também da forma de institucionalização da universidade dirigida pelo CD e reitoria. Apesar da confluência com o que estava prescrito no Estatuto, e também, em razão

²⁵ Para uma análise sobre a origem e articulação do movimento sanitarista no Brasil, ver Escorel (1999).

²⁶ Sobre a crítica contemporânea do processo de intensificação da privatização do SUS, ver Campos (2018). A respeito da legitimação e relevância social do SUS na contemporânea sociedade de classes regida pelo capital, ver os documentários “Se não fosse o SUS” de Guilherme Castro (2022) e “Saúde é Independência – UNICAMP e SUS” de Diego Padgurschi (2022).

deste²⁷, dissimulando a perseguição política e respaldada pela convivência do CD, a reitoria da UNICAMP subtraiu as condições de trabalho da fração crítica do DMPS.

Com a exoneração dos docentes Fausto Castilho, diretor do IFCH, Marcello Damy de Souza Santos, diretor do IFGW, a remoção de José Aristodemo Pinotti da direção da FCM – porque pautavam a necessidade de democratização do processo de institucionalização da UNICAMP –, e após representantes da Fundação Kellog sugerirem que as atividades laborativas no PSC estavam “se desviando do seu sentido” uma vez que objetivavam mudanças políticas e sociais substantivas (Arouca, 1987 apud Escorel, 1999, p. 115), a vertente perde representação nas instâncias deliberativas da universidade. Tangenciando a legislação correspondente à prática de crimes contra o Estado, por meio de procedimentos e dispositivos sobre o processo de trabalho, ensino e pesquisa redigidos pelo próprio Estatuto, em meados dos anos 1970, a reitoria da UNICAMP operacionaliza processos persecutórios sobre a fração do DMPS: foram proibidas as reuniões entre docentes e estudantes; a proposta de processo de diagnóstico com os sujeitos em tratamento, com a comunidade foram cerceadas; bolsas de estudo e pesquisa foram suspensas; a conclusão e desenvolvimento de pesquisas foram hipotecados; e sucederam mudanças arbitrárias nas funções, nas jornadas de trabalho e horários das aulas que inviabilizavam todos os processos formativos e de pesquisas envolvendo docentes e discentes. Por conta da intensificação dos processos persecutórios, em 1975, a fração crítica do DMPS precisou estabelecer relações contratuais com outras universidades e outras instituições da ES para lecionar e realizar pesquisas. Além de Anamaria Testa Tambellini e Antônio Sérgio da Silva Arouca os docentes, técnicos(as) e estudantes residentes apeados pela universidade foram: Alberto Pelegrini Filho, Alberto Zeitune, Célia Almeida, Célia Leitão Ramos, David Capistrano da Costa Filho, Eduardo Maia Frizzi de Carvalho, Eleonora Machado Freire, Elisabete Moreira dos Santos, Francisco Eduardo Campos, Francisco Piracicaba, Joaquim Alberto Cardoso de Melo, José Augusto Cabral de Barros, José Rubens de Alcântara Bonfim, Lais Tolentino, Maria do Til Novaes, Marília

²⁷ Os artigos do Estatuto da UNICAMP que versavam sobre as finalidades e objetivos da universidade, são respectivamente: 2º, “estudar os problemas socioeconômicos da comunidade, com o propósito de apresentar soluções corretas, sob a inspiração dos princípios da democracia”, “por ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos e serviços, a técnica, a cultura e o resultado das pesquisas”; 32, “cursos de extensão” visando “difundir conhecimentos e técnicas de trabalho para elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade”; e 37, “projetos de pesquisa” tomando, “quanto possível, como ponto de partida, os dados da realidade local e nacional, sem contudo perder de vista as generalizações, em contextos mais amplos, dos fatos descobertos e de suas interpretações” (São Paulo, 1969, p. 478; 484-485)

Bernardes Marques, Raimundo Araujo dos Santos, Rosali Ziller de Araújo e Simão Alcoviesqui.

Sem dúvida, já na primeira metade da década de 1970, a forma de institucionalização da UNICAMP era reconhecida como instituição-chave, referência na pesquisa na realidade social nacional e internacional. Nas áreas das Exatas (sobretudo, na Física, Matemática e Engenharia de Alimentos), com pesquisas singulares e laboratórios altamente desenvolvidos²⁸ assim como nas Humanas (História e Ciências Sociais) com conferências internacionais e rico acervo (Arquivo Edgard Leuenroth), ventilavam-se ideias críticas²⁹ que, afrontando inclusive a ditadura na sociedade brasileira, ampliavam o sentido social da UNICAMP. E, distintamente ao processo de expurgo de fração do DMPS, as demais frações de docentes, discentes e servidores(as) que labutaram de modo equivalente, em pesquisas, processos formativos e programas de extensão nessas áreas que se tornaram referências, conquistaram o apoio do CD, reitoria, legitimando a forma de institucionalização da universidade.

Em entrevista sobre a *Comissão da Verdade da Reforma Sanitária* em 2014, Tambellini, não descartando a versatilidade das pesquisas, processos formativos e programas de extensão de outras áreas, departamentos ou grupos de pesquisa da UNICAMP que contribuíram substantivamente às mudanças na ES brasileira, justifica que as medidas repressivas da forma de institucionalização da UNICAMP estavam relacionadas às atividades laborativas, pesquisas críticas e processos formativos com lastro social, popular que perspectivavam um horizonte político transformador.

Éramos ativistas. Inclusive, quando fizemos a tese [Arouca, 2003 (1975); Tambellini, 1975], ela ficou presa, nem nos deixaram defendê-la. Diziam: “Só vão defender depois que saírem daqui” [em meados de 1976]. A gente argumentava, os outros departamentos também, mas não adiantava. Nosso argumento era: “Mas todo

²⁸ Em 1971, o Departamento do Estado Sólido e Ciência de Materiais do IFGW se colocava na vanguarda das pesquisas no setor de comunicação via laser na vida social brasileira (UNICAMP, 1973; Kinjo, 1971); ainda, o curso de bacharelado em ciência da computação efetivado pelo IMECC na UNICAMP em 1969 foi o primeiro do gênero no Brasil; além da inauguração, no final dos anos 1960, da primeira Faculdade de Engenharia de Alimentos da América Latina.

²⁹ Por meio de uma parceria entre UNICAMP e Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo, o AEL, Centro de Pesquisa e Documentação Social, iniciava suas atividades em 1974 com a transferência da coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Leuenroth (1881-1968), jornalista, tipógrafo, militante anarquista e vanguarda da primeira greve brasileira em 1917; em 2016, o AEL tornou-se o maior acervo da América Latina destinado a história social. E em maio de 1975, também no IFCH, o Departamento de Ciências Sociais coordenou a relevante Conferência Internacional de História e Ciências Sociais *Desenvolvimento Político: Novas Perspectivas de Pesquisa* que teve ampla circulação social – reverberando reportagem de capa de um significativo semanário nacional com o seguinte título *Universidade Estadual de Campinas: um reduto da cultura brasileira* (Veja, 1975).

mundo aqui anda com [obras de Karl] Marx debaixo do braço...”, a reitoria respondia: “Eles leem Marx, estudam e discutem; vocês fazem Marx”. Aí vimos que não tinha jeito (Tambellini, 2014)³⁰.

A docente, de maneira peremptória, ainda conclui que o processo de expurgo e a experiência laborativa crítica produzida pela fração do DMPS

[...] não foi uma perseguição a uma pessoa, ou duas, ou três que sejam. Foi a destruição de uma possibilidade muito rica de trabalho científico e de pensamento sobre serviço de saúde moldada em elementos muito avançados, e que até hoje no SUS não existe, mas que a gente ainda acredita que isso vai existir (Relatório, 2015, p. 32)³¹.

E sobre a resistência democrática na universidade, Tambellini assinalava que

A ditadura, proibindo o convívio e a participação social acabou fazendo com que isso nos levasse a uma reflexão sobre o que nós éramos, o que nós queríamos, quais seriam os nossos projetos. Isso nos obrigou a ter uma outra forma de viver. A ditadura fazia as pessoas brigarem, causava uma divisão. Nós tínhamos que nos organizar para ficarmos juntos (Projeto, R1967-1975, Anamaria Tambellini, 2005, p. 39)³².

³⁰ Além de alguns de seus integrantes serem ligados ao Partido Comunista Brasileiro, qualificado como subversivo pela ditadura, a vertente do DMPS consubstanciou também à forma de organização e de pautas políticas das camadas sociais populares afinadas ao vigoroso processo de democratização. É expressivo o processo de luta do bairro Núcleo Habitacional de Paulínia. Partindo da ausência de uma rede de serviços de saúde na região do Núcleo Habitacional, bairro onde se concentrava fração da classe trabalhadora urbano industrial de Paulínia, as mobilizações políticas engendradas pela vertente crítica do DMPS junto à comunidade – desde grupos de discussão em que se reconstituía a história da atenção médica e da previdência social no Brasil, passando pelo levantamento da situação assistencial na região metropolitana de Campinas até a elaboração de um abaixo-assinado reivindicando atenção médica local direcionado a todo o município – culminou com a assinatura de um convênio do Instituto Nacional de Previdência Social com o Centro de Saúde-Escola que, diferentemente dos moldes “tradicionais”, envolvia o repasse de recursos públicos para o Centro, a quem caberia contratar trabalhadores da saúde equivalente a demanda da região (Andrade, 1995, p. 134).

³¹ A respeito das mudanças efetivadas no Programa de Saúde da Comunidade da UNICAMP após o processo de expurgo da fração crítica, ver Andrade (1995). Ainda, sobre a expressiva atuação de Arouca na FCM da UNICAMP, ver Bedrikow, Amaral e Almeida (2023).

³² Também a respeito dos processos de reparação relacionados ao expurgo do DMPS, cabe destacar um registro alvissareiro: no dia 26 de março do presente ano foi aprovado pelo CONSU da UNICAMP de modo unânime a concessão do título de Doutor *Honoris Causa - Post Mortem* ao Arouca (UNICAMP, Conselho Universitário, 2024, Ata 26 de Mar. 2024). Encaminhado pelo Departamento de Saúde Coletiva da FCM e redigido por Ivan Luiz Martins Franco do Amaral, Ana Maria Franklin de Oliveira, Vania Castro Dória de Almeida e Rubens Bedrikow, o *Relatório do Grupo de Trabalho criado para realizar a pesquisa sobre o Professor Sérgio Arouca na Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP com o objetivo de respaldar a concessão de título de Doutor Honoris Causa* foi concluído em abril de 2022. O expressivo e necessário Dossiê, que se concentra em questões pouco divulgadas da vida de Arouca na UNICAMP, foi gentilmente enviado à presente pesquisa pelos docentes Rubens Bedrikow e Rosana Onocko Campos.

2.1.2 Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas e controle do trabalho docente

É possível afirmar que o MD da universidade via fundação da ADUNICAMP e suas respectivas formas de mobilização política de meados da década de 1970 aos anos 1980 respondia a dois problemas conexos: a questão das condições e controle do trabalho docente impresso pela ditadura brasileira e a necessidade da ampliação da participação da comunidade universitária nos processos decisórios de uma forma de institucionalização limitada à direção do Estatuto, CD e reitoria da UNICAMP.

Também inspirada pela formação das Associações Docentes da USP, ADUSP, e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), ADUNESP em 1976, objetivando a unidade e defesa de direitos da categoria, e com a aprovação de mais de 1/3 do corpo docente da UNICAMP, 350 professores(as), a ADUNICAMP é fundada por uma fração de docentes em 1977 (ADUNICAMP, Ata de 12 de mai. 1977). Já no ano seguinte, por meio de assembleia e pautando reajuste salarial e condições equivalentes às necessidades da categoria docente como também da categoria de servidores(as) não docentes, a entidade deflagra paralisação das atividades acadêmicas em 12 de maio.

Após os debates decidiu-se: [I)] paralisar as aulas na sexta-feira, dia 12/05/1978, formando comissões por unidade para tentar convencer os colegas professores a aderir à paralisação; [II)] realizar um ato público em frente à reitoria para protestar contra a situação de docentes e funcionários(as) (ADUNICAMP, Assembleia Geral Extraordinária, Ata de 10 de mai. 1978, s/n).

Em Boletim distribuído ontem na universidade, convocando para o ato de protesto, a ADUNICAMP relembra a crise salarial em que se encontra a categoria, ressaltando que, do período de janeiro de 1975 até janeiro de 1978, o salário dos professores universitários no estado de São Paulo sofreu uma desvalorização de 70,6 % [...]. Baseados nisso, os(as) docentes da UNICAMP reivindicam um reajuste salarial de 70,6 %, que [...] simplesmente cobrirá aquela desvalorização mencionada (Folha de S. Paulo, 12 de mai. 1978, p. 27).

Não obstante a concessão de 60% de reajuste salarial viabilizada pelo governo do estado de São Paulo não ser análoga à demanda reivindicada, a entidade identificava que o resultado concreto das mobilizações políticas era a organização da categoria conjugada à questão do trabalho docente. A pauta por condições de trabalho equivalentes às necessidades dos docentes na UNICAMP, com adesão de 250 docentes, quais as concomitantes mobilizações políticas similares coordenadas pela ADUSP e ADUNESP em suas

correspondentes universidades referentes a mesma demanda, suscitava que a conquista da “organização” da categoria docente se relacionava às pautas das demais categorias sociais da universidade (Folha de S. Paulo, 21 de mai. 1978, p. 44).

A greve unificada com servidores e servidoras não docentes e apoiada pelo DCE Livre de 17 de abril a 16 de maio de 1979 não só legitimou a entidade como forma de organização da categoria docente, mas também concretizou uma unidade de interesses e relações da comunidade universitária disruptiva com a forma de institucionalização da UNICAMP. Explicitava-se, desse modo, a necessidade de problematizar a forma de institucionalização em curso na universidade.

Relacionada ao ascendente movimento de greve do funcionalismo público do estado de São Paulo, que também envolvia a greve de docentes e servidores da USP, UNESP e Educação Básica, a pauta pelo reajuste salarial de 70% mais o abono de dois mil cruzeiros exigida pela ADUNICAMP e funcionalismo público em greve era uma necessidade em face do processo de intensificação da exploração da força de trabalho arregimentado pela política de arrocho salarial determinado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento da ditadura. A ADUNICAMP e o movimento do funcionalismo público diagnosticavam que a resolução promulgada pelo governo estadual Paulo Salim Maluf não era verossímil tanto aos recursos estaduais destinados à remuneração das categorias como a valorização da remuneração concatenada as mudanças da vida social brasileira durante meados dos anos 1970.

Na UNICAMP, a manutenção da greve foi decidida em assembleia geral, ontem à tarde, [...] com a participação de aproximadamente duas mil pessoas, entre professores e funcionários, que receberam o apoio de quase uma centena de estudantes.

O levantamento apresentado na assembleia, comandada por diretores da ADUNICAMP e representantes dos servidores, indicou que cerca de 1.100 professores, pararam, incluindo-se os da unidade de Limeira (Folha de S. Paulo, 18 de mar. 1979, p. 13).

A greve de 1979 – eu diria que a universidade do ponto de vista do coletivo foi fundada após esta greve. Porque a UNICAMP era assim [de meados dos anos 1960 aos anos 1970]: um conjunto de faculdades isoladas sem um maior contato uma com a outra. Com a greve de 1979, que começa com uma passeata pelo campus e reúne uma Assembleia de 3000 professores(as) e funcionários(as), é que se começa a modificar esta situação. Tanto os professores quanto funcionários começam a se conhecer mais e, a partir daí, aquela coisa estanque de “eu sou da tal unidade” começa a deixar de existir (ADUNICAMP [Entrevista/Depoimento. Edmundo Fernandes Dias], 1991, p. 30-31).

Mediadas pela ADUNICAMP, fração do MS e DCE Livre, as diversas formas de mobilização efetivadas durante os trinta dias de greve pautando a necessidade de condições equivalentes de trabalho – desde passeatas, publicização de panfletos dentro e fora dos campus, passando pela cooperação no processo de trabalho prosaico, nas atividades culturais, nas campanhas para esclarecimento nos setores da universidade que não haviam suspenso as atividades laborais ou apoiado parcialmente ao movimento, nas assembleias até a ampliação da representação das categorias sociais nas esferas deliberativas – tinham por perspectiva tornar a comunidade universitária sujeito nos processos decisórios da vida social da UNICAMP.

Conjugando pautas comuns, o processo de greve de 1979, reparava a dissociação de interesses entre categorias da UNICAMP. Rompendo-se com o estreito círculo de propostas e diretrizes desconectadas da questão do trabalho na universidade reproduzidas pelo CD e reitoria, a comunidade universitária – docentes, discentes e servidores(as) – colocava as instâncias deliberativas da universidade em disputa.

E ainda que a pauta proposta não tenha sido contemplada no seu todo, uma vez que o governo do estado de São Paulo concedia em 16 de maio de 1979 somente o abono reivindicado, a ADUNICAMP interpretava que a experiência da greve possibilitou fracionar e limitar o controle “absoluto” do CD e reitoria sobre o processo de institucionalização da universidade (ADUNICAMP, 1991, p. 34). Corroborando a legitimidade das pautas e mobilizações, CD e reitoria da UNICAMP admitiram tanto a ampliação da participação de discentes, servidores e docentes elegidos(as) pela comunidade nas reuniões do CD como a responsabilização da ADUNICAMP pela condução do processo de renovação da representação dos(as) docentes no CD no final daquele ano. Também foram encaminhadas as seguintes propostas para função de diretor e diretora de Faculdades e Institutos: I) mandatos com relações contratuais jurídicas objetivas que garantissem a estabilidade da carreira docente após os dois anos estabelecidos no Estatuto; e II) mudança na exigência da qualificação de professor titular para qualificação de docente com título de doutorado para pleitear a função de direção das unidades.

Ambos os encaminhamentos protocolados pela greve na reunião do CD, no dia 14 de maio de 1979 (UNICAMP. CD. Ata de 14 de mai. 1979; O Estado de S. Paulo, 15 de mai. 1979), formalizavam a ampliação do controle da institucionalização à comunidade universitária da UNICAMP. Suprimindo a ausência de critérios objetivos e decorrentes efeitos

arbitrários sobre a carreira docente, o primeiro encaminhamento estabelecia uma base consensual de interesses e relações entre as categorias sociais e seus respectivos diretores(as) de Faculdades e Institutos da universidade. Já o segundo afrontava tanto os estatutos consolidados nas universidades estaduais e federais como a política educacional da ES brasileira. Mesmo que o Estatuto da UNICAMP estipulasse a exigência de concursos públicos de provas e títulos para obtenção do nível de professor titular, titulação final da carreira docente, os titulares eram uma escala reduzida, constituíam apenas 10% da categoria na universidade em 1979, e o processo à titulação estava restrito aos interesses e relações da política educacional do estado de São Paulo porque representantes do estado participavam da seleção e tinha direito a voto no CD. Manifestava-se, assim, não só a exigência da comunidade universitária ampliar a representação no CD – estendendo de três, quatro docentes para trinta, quarenta, assegurando-se “uma margem de escolha maior do pessoal das unidades” (ADUNICAMP, 1991, p. 34) –, a indispensabilidade de descartar a reprodução das formas de controle das condições e do trabalho docente expressas no episódio do expurgo da fração crítica do DMPS na primeira metade dos anos 1970 como concretizar uma relativa autonomia universitária equivalente às necessidades da comunidade universitária.

Quando, no segundo semestre do mesmo ano, CD e reitoria deliberam que professores doutores – um quarto da categoria na universidade –, após o período de dois anos, seriam contratados por tempo indeterminado, a ADUNICAMP inicia processos de estudo, debate e publicização sobre a questão da institucionalização junto à comunidade. Envolvendo a participação das três categorias, a entidade cria e coordena a Comissão de Institucionalização.

Paulo Renato Costa Souza, docente dirigente da ADUNICAMP de 1979 a 1981 e integrante da Comissão de Institucionalização, menciona que o debate a respeito da “questão institucional” coordenado pela Comissão caracterizava-se pela proposta de democratizar os processos decisórios, das instâncias deliberativas das unidades, passando pelo CD até alterações no Estatuto da universidade (ADUNICAMP, 1991, p. 36). Desenvolvendo estudos sobre a institucionalização, a Comissão em questão qualificava duas tendências para o processo de institucionalização da UNICAMP.

Chamamos a sua atenção sobre alguns pontos fundamentais da problemática da institucionalização. [...] Qualquer reforma dos Estatutos da universidade deve passar pela Assembleia Legislativa do estado [de São Paulo], ouvido o CEE [...]. O que está em debate é **quando** e **como** deva ser feita essa institucionalização, em função da conjuntura atual e da melhor salvaguarda das conquistas já realizadas pela

UNICAMP na sua fase de implantação. Duas posições são delineadas nos trabalhos que constituem este documento:

- Institucionalização imediata sem prévia reforma dos Estatutos da UNICAMP, dada a urgência de definir legalmente a posição da universidade;
- Institucionalização a médio prazo, sem pressas, de maneira a dar tempo a garantir as conquistas da UNICAMP encontrando a maneira de integrá-las no seu corpo estatutário. A reforma do Estatuto aparece como fundamental para dar à UNICAMP uma fisionomia própria (ADUNICAMP, Cadernos de debate, Institucionalização, nov. 1979, s/n.).

Seguir o que regia o Estatuto, forma jurídica da institucionalização da UNICAMP, era contradizer a partitura composta pela experiência democrática da greve de 1979 e a própria legislação da ES promulgada pela ditadura empresarial militar. Prosseguindo com o primeiro posicionamento, cumprindo os artigos 77 e 175 do Estatuto, formariam-se congregações deliberativas somente nas unidades constituídas por, ao menos, um 1/3 de professores titulares concursados/efetivos e, dissolvendo-se o CD, a instalação e coordenação do CONSU, esfera deliberativa máxima da universidade, estaria restrita às estas Faculdades e Institutos. Efetivamente, também, descumpria-se as normas prescritas na própria reforma universitária que, validando a necessidade de proporcionalidade entre as categorias nos CONSUs da ES brasileira, conforme artigo 14, era ambivalente a preponderância de professores titulares nessas esferas deliberativas.

Na forma do respectivo estatuto ou regimento, o colegiado a que esteja afeta a administração superior da universidade ou estabelecimento isolado incluirá entre seus integrantes, com direito a voz e voto, representantes originários de atividades, categorias ou órgãos distintos de modo que não subsista, necessariamente, a preponderância de professores classificados em determinado nível (Brasil, 1968).

Pautando-se nas mobilizações do processo da greve de 1979, o segundo posicionamento identificado pela Comissão de Institucionalização tendia para uma forma de institucionalização de perspectiva política transformadora já que auscultava as necessidades da comunidade universitária como um todo. Salvaguardados os méritos do Estatuto consolidado, justificava-se que as últimas alterações redigidas (São Paulo, 1970; 1972; 1974; 1975; 1977) limitavam-se a reajustes legislativos e reformulação de dispositivos dissociados de base consensual ampla que viabilizasse o fracionamento dos processos decisórios e a representação das três categorias nas instâncias deliberativas da UNICAMP. Fracionamento e representação traduziam-se em procedimentos conjugados: enquanto a não concentração e centralização dos processos decisórios no CD estavam relacionadas à reconfiguração

equivalente do controle institucional em Departamentos, Congregações Deliberativas e CONSU, a representação das três categorias, e suas respectivas entidades, precisava ser paritária e com direito a voz e voto nessas instâncias.

Negando a institucionalização comandada pelo CD e reitoria, expressa na primeira tendência, e dando sequência aos trabalhos junto à comunidade universitária, a Comissão esclarecia que

[...] se não queremos esta institucionalização, muito mais razões nós temos para não aceitá-la **agora**, porque ela atenta contra qualquer perspectiva de democratização da vida universitária ao implantar o “império dos [MAGISTÉRIO SUPERIOR-6/]MS-6 [professores titulares]”. Tal estrutura [...] coloca, no topo de cada estrutura hierárquica, um “alto-comando” escolhido pelo jogo político e por “méritos”.

[...]

Devemos transformar nossa Comissão, com abertura do debate da institucionalização na UNICAMP, num grupo de pressão que atue firmemente no sentido de impedir que o CD declare a existência de vagas e, a seguir, que regulamente os respectivos concursos (ADUNICAMP. Boletim. A camisa de força!!! mai. 1981, p. 3, grifo do autor).

A forma de institucionalização desenvolvida pela Comissão de Institucionalização coordenada pela ADUNICAMP transferia o controle institucional do CD e reitoria à comunidade universitária da UNICAMP. Reconhecendo o nexos entre a vida social da universidade, Estatuto e forma de institucionalização, a proposta de institucionalização publicizada pela Comissão determinava como diretriz nuclear reelaborar e consubstanciar junto à comunidade universitária medidas sociais equivalentes, um regramento consensual afinado ao processo de luta pela democratização da sociedade brasileira corrente de fins dos anos 1970 a meados da década de 1980. A afinidade eletiva entre a reelaboração de regras consensuais, a formalização de um estatuto jurídico equivalente na vida social da universidade e o horizonte político de democratização ampliava o caráter social da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão da UNICAMP.

A política educacional e científica e a inserção social desta universidade [UNICAMP] terão um caráter tanto mais popular e voltado aos interesses das classes [...] subalternas quanto mais for o grau de democratização geral da sociedade e do Estado (ADUNICAMP. Boletim. A camisa de força!!! mai. 1981, p. 4, grifo do autor).

Depreende-se que a democratização do processo de institucionalização da universidade é mediada pelo processo de democratização da sociedade e Estado brasileiros e, simultaneamente, qualifica esse processo. Essa mediação de mão dupla determina que os

processos sociais engendrados pela comunidade universitária na UNICAMP somente perspectivavam mudanças concretas na ES se reverberassem à luta pela democratização da sociedade brasileira. Para ampliar a unidade de interesses e relações entre as categorias sociais de outras instituições e universidades da ES, desse modo, a democratização da forma de institucionalização precisava se integrar na vida social brasileira como um todo.

A participação da ADUNICAMP na criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior/ANDES em fevereiro de 1981 é resultado dessa necessidade de unificar nacionalmente os interesses e relações da categoria docente da ES.

Campinas recebeu, entre 15 e 21 de fevereiro, cerca de 600 professores e professoras universitários. Vindos de todos os estados [...] chegaram com a missão fundar a primeira entidade nacional de categoria profissional independente da tutela avassaladora do Estado. ***Os/as professores e professoras rejeitaram sabidamente qualquer vinculação que os/as diminuísse.*** E deram o sinal para uma luta maior: pela liberdade sindical do país.

A Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, a ANDES, nasce com um vasto programa de lutas. [...] Fazer da criação do conhecimento um processo produtivo, onde a capacidade dos professores e alunos não seja estiolada. Fazer com que a instituição universitária ganhe sua verdadeira articulação social, comprometida com os interesses [...] da população.

A ANDES traz, portanto, como convocação a todos os que estão na universidade ***o desafio da elaboração de uma Nova Educação, realmente pública, isto é, feita com o povo e sob o seu controle democrático.***

Democratização é uma luta concreta da ANDES. Não só na sociedade como um todo mas no seu espaço de trabalho. A luta contra a burocracia das universidades é um capítulo do combate à burocracia como um todo. A elegibilidade de todas as autoridades universitárias, de reitoria à chefia de departamentos passando pelas comissões especializadas, é condição necessária para exercer o controle democrático da universidade (ADUNICAMP. Boletim. Andes. Construindo a liberdade. mar. 1981, p. 1, grifos do autor).

Valorização da educação pública, condições de trabalho e carreira docente equivalentes, e ampliação da inserção social da ES são as pautas nucleares da entidade que se estabelecia paralela e a contragosto do Estado e das políticas educacionais da ditadura empresarial militar brasileira.

O I Congresso Nacional de Docentes Universitários que criou a ANDES foi um salto de qualidade. Encerrou-se um ciclo organizativo, criou-se outro. [...] ***A ANDES surgiu porque era uma necessidade objetiva, orgânica, sentida pelos professores/as universitários/as.*** (ADUNICAMP. Boletim. Andes. Construindo a liberdade. mar. 1981, p. 2, grifo do autor).

MD e ADUNICAMP conectados à ANDES objetivavam, assim, tornar concreta a autossustentabilidade da forma de institucionalização da UNICAMP na sociedade de classes

comandada pelo capital. O processo de democratização do controle da institucionalização da universidade estava correlacionado não só à formalização de um estatuto como também à constituição de uma autonomia universitária que expressassem as necessidades da categoria docente e da comunidade universitária.

Reconhece-se, portanto, que a falta dessa autonomia universitária e estatuto pautados pelo MD e ADUNICAMP possibilitou um processo de institucionalização que resultaria em uma crise da institucionalização da universidade em outubro de 1981? E ao passo que MD e ADUNICAMP conjugavam uma proposta de forma de institucionalização democratizante e avessa à dirigida pelo Estatuto, CD e reitoria, em que medida se expressava também o processo de institucionalização na vida social das categorias discente e servidor(a) não docente e de que modo essas categoriais equacionavam a questão das condições de permanência e de trabalho na UNICAMP?

2.2 Movimento Estudantil, Diretório Central de Estudantes e a pauta por condições de permanência

A criação do DCE Livre representa uma dupla vitória: 1) De um lado, criamos uma entidade livre e independente da burocracia universitária; 2) De outro, estamos recuperando um espaço destruído pela repressão (Diretório Central de Estudantes Livres, 18 de out. 1978).

Um grupo de cerca de trinta estudantes da UNICAMP esteve ontem no Palácio dos Bandeirantes para pedir ao governador Paulo [Salim] Maluf uma suplementação de verbas para a instituição, [...].

Os(as) estudantes – liderados pela diretoria do DCE da UNICAMP – não foram recebidos por Maluf e entregaram o ofício contendo suas reivindicações ao chefe da Casa Militar, [...] que prometeu encaminhá-lo ao governador (Folha de S. Paulo, 25 de mar. 1981, p. 18).

A necessidade de equacionar soluções concretas para a questão da permanência estudantil na UNICAMP está conectada às formas de mobilizações políticas engendrada pela categoria discente na resistência democrática contra a ditadura empresarial militar e, simultaneamente, no processo de reconhecimento social equivalente na forma de institucionalização da universidade.

De meados dos anos 1960 aos anos finais da década de 1970, os(as) discentes da universidade, o ME da UNICAMP, afinado com as pautas da UNE e representado pelos Centros Acadêmicos (CAs), efetivou conquistas sociais para o processo de institucionalização da universidade. A contragosto da forma de institucionalização em curso consolidada pelo Estatuto da universidade (São Paulo, 1969; 1977), é possível sumariar as mobilizações do ME da UNICAMP que resultaram em conquistas pró-institucionalização em três momentos: a greve das Humanas em 1974, a ocupação do restaurante universitário em setembro de 1976 e a criação do DCE Livre em 1978.

Dissonantes das tendências políticas dos Diretórios Acadêmicos (DAs) da universidade, os CAAL, fundado em 1963, representando o curso de medicina e Centro Acadêmico do Curso Básico de Ciências (CACBC), fundado em 1967, representando os cursos de exatas – cujo alguns e algumas estudantes estavam ligados a UNE –, arquitetavam mobilizações políticas no sentido de encaminhar demandas apontadas pelos(as) discentes durante a vida social da universidade nos anos 1960 e 1970. A necessidade de condições de permanência, relacionadas diretamente ao estudo, transporte, alimentação, moradia dos(as) discentes e crítica a privatização da universidade pública são as pautas frequentes desses CAs.

Alcides Yukimitsu Mamizuka, estudante do Curso Básico de Ciências, e posteriormente, de Ciências Sociais da universidade durante as décadas de 1960 e 1970, em depoimento à Comissão da Verdade e Memória *Octavio Ianni* da UNICAMP, justifica a necessidade dos CAs como formas de atuação do ME na instituição.

E nesse mesmo ano (1967, [...]) [...] nós já iniciamos uma greve contra o acordo MEC-USAID [...]. Curiosamente o diretor da nossa faculdade [...] era um general aposentado, General [professor José Fonseca] Valverde. Mas mesmo assim nós fizemos, acho que, trinta dias de greve, e em seguida fundamos o CA do Curso Básico de Ciências, que também gera de certa forma algo inusitado, porque o que a ditadura permitia eram os Diretórios Acadêmicos, que era um órgão burocrático ligado à reitoria, e tinha alguns ditames: não fazer política, cuidar das atividades sociais, esportivas, etc. Nós peitamos essa legislação e criamos o CA do Curso Básico [de Ciências] (Relatório, 2015, p. 26).

O relato supracitado do estudante também contextualiza o processo de recrudescimento da ditadura no Brasil do final dos anos 1960 a metade da década de 1970, especialmente no tocante à questão do ME e suas possíveis formas de mobilização política – sejam semelhantes à legislação vigente sejam paralelas a esta –, como também a efervescência cultural e política que propiciava à crítica e resistência democrática contra a

ditadura empresarial-militar na sociedade brasileira. Sem desconsiderar os limites das formas políticas em curso em meados da década de 1970, a interpretação relativa à necessidade de condições de permanência equivalente concatenada ao processo de formação de uma forma de organização da categoria crítica tanto da ditadura política educacional da ES como da forma de institucionalização da UNICAMP facultou ao ME colocar a luta de classes na ES em pauta.

Em 28 de março de 1968, a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, executada pela Polícia Militar durante uma manifestação de estudantes no restaurante do Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro, tornou flagrante a ascensão desse recrudescimento da repressão referente à questão estudantil. Em face desse assassinato, não somente o ME, mas também setores culturais da sociedade carioca manifestaram-se em oposição à escalada violenta da ditadura: cerca de cinquenta mil pessoas acompanharam o funeral do estudante (Cunha; Müller, 2014, p. 273-274). O acirramento dos conflitos entre ME e ditadura consubstancia-se, três meses depois, em 22 de setembro do mesmo ano, no episódio conhecido como *Massacre da Praia Vermelha*: a intensa repressão da imprensa pela ditadura a uma manifestação estudantil realizada na região da Praia Vermelha (um dos atuais *campi* da UFRJ) resulta em sucessivas e arbitrárias prisões e na morte de 3 estudantes. No dia 26 de junho de 1968, o ME, as camadas médias, populares e amplos setores (artistas e intelectuais) da sociedade carioca responderam a esse episódio por meio de uma ampla manifestação, a denominada *Passeata dos Cem Mil*.

[...] sob a liderança estudantil [...] e com forte presença do “mundo da cultura”, cerca de cem mil pessoas reuniram-se e desfilaram pelas ruas do centro [da cidade do Rio de Janeiro], entoando palavras de ordem – a mais importante das quais era *Abaixo a Ditadura*[...]. Sob pressão, inclusive de parte da imprensa, [o presidente Artur da] Costa e Silva recebeu uma delegação de estudantes [...], mas nada concedeu (Netto, 2014, p. 129-130, grifos do autor).

Já nos dias iniciais do mês de outubro de 1968, a Rua Maria Antônia, em São Paulo, sitiou o confronto entre estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ligados ao Comando de Caça aos Comunistas, favoráveis à ditadura, e estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, críticos da repressão em curso (Valle, 2008). Por um lado, estudantes da Mackenzie com coquetéis *molotov*, durante o confronto, apoiados ativamente pela repressão via Polícia Militar, portando armas de fogo, objetivando hipotecar a ocupação dos/as estudantes da USP. E, por outro, o ME da Filosofia da USP, também portando coquetéis *molotov* cujo propósito era: a) manter a instituição aberta durante as férias,

transformando-a em centro de reunião, discussão política, mobilização e organização dos universitários e secundaristas, assumindo o controle político tendo em vista à formação de comissões paritárias para dirigir a reestruturação dos cursos; e b) encaminhar a preparação para o XXX Congresso da UNE. A *Batalha da Maria Antônia* termina com o incêndio do prédio da USP, inúmeros(as) feridos(as) e, no bojo dos(as) discentes críticos(as) da repressão, a morte do estudante secundarista José Carlos Guimarães³³.

Retomar e reorganizar a UNE era imperativo para o ME brasileiro de fins dos anos 1960 aos anos iniciais da década de 1980. A crítica dos acordos do MEC-USAID, que restringiam o controle da categoria discente, ME e camadas populares organizadas sobre as questões educacionais da ES, das políticas educacionais, que limitavam o acesso e privatizavam a ES, assim como das políticas econômicas da ditadura, que não perspectivavam um horizonte de mudança na sociedade brasileira, tornavam a entidade estudantil amarga para ditadura empresarial-militar brasileira.

Quando a UNE é dissolvida e colocada na ilegalidade em novembro de 1964, ampliando o controle do MEC na ES por meio da formação de entidades e de diretórios acadêmicos estudantis desprovidos de lastro social³⁴, o ME, objetivando debater pautas estudantis contemporâneas e encaminhar a mudança da direção da entidade, iniciou, em 11 de outubro de 1968, a realização do XXX Congresso da UNE na cidade de Ibiúna, em São Paulo. Reunindo cerca 720 estudantes de toda sociedade brasileira, o Congresso foi interrompido, de modo abrupto pela repressão e sem qualquer resistência por parte dos(as) estudantes participantes no dia 12 de outubro. Os líderes estudantis identificados foram transferidos para a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP) e os(as) demais discentes foram recolhidos(as) no presídio Tiradentes, também na cidade de São Paulo. Em 20 de outubro de 1968, a contragosto de estudantes ligados ao Comando de Caça aos Comunistas e após ampla mobilização de camadas sociais médias, populares, do ME – constituído por parte do ME que não participou do Congresso – e das manifestações de parte da categoria docente não alinhadas aos interesses e relações da ditadura e de mães dos(as) discentes presos(as), o DOPS executa a prisão de mais setenta e um estudantes e os demais são liberados e encaminhados aos seus estados de origem. Todos(as), contudo, foram “enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN)” (Valle, 2008, p. 244).

³³ Sobre isso, ver o brilhante documentário *A Batalha da Maria Antônia* de Renato Tapajós (2014).

³⁴ A respeito, ver Sanfelice (2008) e Müller (2010).

Uma vez processados com base na LSN e registrados nos arquivos do DEOPS – via fichas identificando e caracterizando o indivíduo e, especificamente, a organização, associação ou entidade política a que pertencia – significava que a vida social do sujeito, dos(as) estudantes, seria constantemente vigiada pela repressão e com direitos políticos restritos. Com a promulgação do Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968, os direitos políticos de restritos passariam a ser suspensos: o sujeito suspeito de praticar crimes contra o Estado poderia ser interpelado para inquérito e recolhido pela repressão, sem direito à liberdade provisória e imediata (*habeas corpus*), por sessenta dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade.

No Congresso da UNE em questão, estiveram presentes seis estudantes da UNICAMP³⁵: Alcides Yukimitsu Mamizuka, do Curso Básico de Ciências – um dos estudantes fundadores do CACBC –, Edson Corrêa da Silva, também do Curso Básico de Ciências, Francisco José Prado Novaes, da FOP, José Eduardo dos Passos Jorge, do curso de Medicina, Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos, também do Curso Básico de Ciências, e Luiz Carlos Toledo, também da Medicina. Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos e Alcides Yukimitsu Mamizuka, em depoimento à *Comissão da Verdade e Memória Octavio Ianni* da UNICAMP³⁶, apontam que as razões da ida ao XXX Congresso da UNE estavam relacionadas à: I) militância de ambos na União Estadual dos Estudantes; e II) necessidade de manifestar apoio ao processo eleitoral para presidência da UNE.

Em seus relatos, Luiz Vasconcelos e Alcides Mamizuka também narram que, após a interrupção do Congresso e prisão operada pela repressão em Ibiúna, os(as) estudantes, durante o período de recolhimento, em passagem pelo DOPS-SP, receberam a visita do professor reitor Vaz da UNICAMP. Não há informações precisas das razões institucionais que justificam a visita empreitada pelo reitor. Entretanto, Vasconcelos e Mamizuka são contrários à ideia de que a visita teria o objetivo de interceder junto à repressão, alterar a linha de interrogatório ou impetrar recursos para salvar a soltura ou não cumprimento da pena pelos estudantes – Vasconcelos ainda destaca que “começou a receber um tratamento pior”

³⁵ Embora os relatos registrados pela *Comissão da Verdade e Memória Octavio Ianni* da UNICAMP (Relatório, 2015) mencionem a participação de sete estudantes, não há registros precisos sobre o sétimo discente indicado como *Sérgio* tanto na grande imprensa (Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo) como nos documentos confluentes do DEOPS-SP.

³⁶ Alcides Yukimitsu Mamizuka concedeu entrevista à Comissão em pauta no dia 10 de fevereiro de 2014 e Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos no dia 17 de fevereiro do mesmo ano (Relatório, 2015).

por parte da repressão, aparentemente, por conta da visita do reitor da universidade (Relatório, 2015, p. 27).

Desse modo, é possível inferir que a participação do estudante Edson Corrêa da Silva no Congresso em pauta colaborou para seu apeamento da representação estudantil no dia 2 janeiro de 1969 durante a elaboração do Anteprojeto do Estatuto da UNICAMP, pois é complementar ao questionamento sobre a legitimidade da eleição do discente pelo CA correspondente para função de representante na Comissão de Estatutos da universidade.

Similarmente, a participação no XXX Congresso da UNE, em 1968, corroborou para a vigilância, rastreamento, interpelação para inquérito e recolhimento pela repressão dos estudantes Vasconcelos e Mamizuka em 1971. Sob suspeita de integrarem a organização política crítica da repressão Ação Libertadora Nacional (ALN), os universitários foram capturados em suas residências e encaminhados para o DOPS-SP – o primeiro no dia 26 de março e o segundo no dia 28 de abril. Após responder a um extenso interrogatório e prestando também esclarecimentos no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, Vasconcelos foi indiciado, porém terminou absolvido em 18 de janeiro de 1973, porque não integrava a ALN (Relatório, 2015; DEOPS NS671; SN319). Já Mamizuka, integrante, de fato, da referida organização política e por prática de atividades subversivas foi, novamente, enquadrado na LSN: teve a prisão preventiva decretada em 12 de maio de 1971 e, em 18 de janeiro de 1973, recebeu a pena de três anos de reclusão (DEOPS NS2895; SN856, Prontuário).

Em entrevista concedida ao documentário *68/98, comportamento e política estudantil* de Marcos Rogatto (1999), Mamizuka também relata que integrar organizações políticas críticas da ditadura empresarial-militar, nos anos 1960 e 1970, era experienciar uma vida social dupla: uma vida na sociedade burguesa legalizada e outra, alheia a legislação vigente, engendrando procedimentos e práticas culturais, políticas e sociais contra a repressão. E embora integrasse a ALN, organização política que efetivava a resistência democrática sob a forma tática da guerrilha urbana³⁷, o discente somente cumpria a função de propaganda de ideias e publicização de materiais editoriais (em sua maioria, panfletos, jornais, revistas e livros) classificados como subversivos pela ditadura empresarial militar.

³⁷ Sobre a tática da luta armada da ALN, ver Marighella ([1966], 2019); já a respeito das formas de luta armada contra a ditadura na sociedade brasileira de meados dos anos 1960 a década de 1970, ver Ridenti (2010). Também a respeito, ver a excelente ficção *Cabra-cega* de Toni Venturi (2005).

Nesse mesmo relato do documentário, o ex-estudante da UNICAMP diagnostica que o período de sua reclusão, por conta da participação na ALN e prática de atividades subversivas, foi intensamente traumático, pois o padrão de interpelação e interrogatório conduzido pela repressão nos anos 1970 era baseado na sevícia sistematizada do(a) interrogado(a): Mamizuka sofreu desde espancamentos generalizados, passando pelo pau-de-arara, aplicação de choques elétricos pelo corpo até o constrangimento, cerceamento de ideias e ameaças de morte do próprio ou de familiares e amigos(as) (tortura do tipo psicológica). O ex-discente ainda narra que nos primeiros dias de reclusão durante uma tentativa de fuga do DOPS foi alvejado por três tiros e, na sequência, recebidos tratamentos médicos provisórios e paliativos em passagem por um hospital, logo de imediato, retornou ao DOPS para o interrogatório conduzido a partir de sevícia coordenada. E, cerca de uma semana depois, Mamizuka foi transferido para a Operação Bandeirantes onde permaneceu por quarenta e cinco dias, retornando ao DOPS e, somente depois de três meses, finalmente, cumpriu o restante da pena no Presídio Tiradentes.

Diversamente à questão da cisão na vida social do estudante militante, a distinção necessária entre a vida na legalidade e a paralela a legalidade, em 1974, mesmo após a conclusão do processo e cumprimento da pena por parte de Mamizuka, a institucionalização, CD e reitoria da universidade, sem justificar razões equivalentes, não se apresentaram receptivos em examinar a situação acadêmica e a solicitação de reingresso do estudante à UNICAMP (Relatório, 2015). Mamizuka, antes de cumprir o período de reclusão, já estava no terceiro ano da graduação e não exercia a função de representante estudantil, logo, não havia procedimentos e dispositivos estatutários contrastantes a sua solicitação de reingresso. A condição acadêmica do graduando estava regular conforme os Título IX, *Do Corpo Discente*, e Título X, *Do Regime Disciplinar...*, do Estatuto da UNICAMP (São Paulo, 1969; 1977). A retomada do curso de graduação estava garantida juridicamente já que “depois do cumprimento da pena o sujeito também não pode ter sua condição”, seus direitos de estudante reduzidos (O Controle, [1978] 2004, p. 69), as opções políticas do discente estavam ainda asseguradas pelo artigo 3º do Título I, *Da Universidade e seus fins*, do Estatuto que proscovia tratamento dissemelhante por razão de convicção filosófica ou política. E já havia precedentes de estudantes com processos jurídicos semelhantes que conquistaram o reingresso em outras

universidades e instituições da ES, sustentando a solicitação de Mamizuka³⁸. Não havendo outra resolução senão submeter-se aos processos de ingressos normativos, o discente prestou vestibular novamente para retornar à universidade, desta vez em outro curso de graduação, em Ciências Sociais.

A forma de institucionalização restrita entre a UNICAMP e a questão estudantil expressa-se de modo semelhante, em 1972, no processo de cerceamento de livre pensamento no COTUCA com a suspensão de estudantes integrantes do grêmio estudantil em razão de uma interpretação alternativa a respeito da ditadura empresarial-militar instaurada em 1964.

[...] estudantes membros do Grêmio estudantil do COTUCA, foram suspensos por um membro do núcleo de “Estudo de Problemas Brasileiros” que era também diretor do colégio [Osmar Salles de Figueiredo]. O motivo foi a divulgação de um jornal que examinava o 31 de março de 1964, demonstrando como a repressão também agia na UNICAMP (Relatório, 2015, p. 48).

Nesta perspectiva, a greve das Humanas de 26 de março a 15 de abril de 1974 é uma resposta do ME da universidade tanto à ditadura do grande capital, referente à questão estudantil, como à institucionalização coordenada pelo Estatuto e CD da UNICAMP, que descartava as condições de permanência estudantil da vida social da universidade.

Em março de 1974, a cobrança de apostilas impressas pela universidade conjugada à carência de moradia, transporte, alimentação e demais condições de estudo apontava que a questão da permanência estudantil somente poderia ser equacionada pelos discentes, pela categoria, CAS, ME da universidade.

Era segunda-feira, 4 de março [de 1974].

As aulas começavam na Unicamp. Com elas aos problemas antigos acresciam-se outros: os ônibus vinham lotados e eram poucos; as filas intermináveis do restaurante agora já conseguiam dar volta no prédio; as salas de aula não tinham condições de acomodar todos/as os/as estudantes nos panetones (salas dos cursos básicos); os anfiteatros divididos dividiam ainda mais a pouca ventilação de que dispunham quando eram grandes. O Instituto de Humanas [IFCH] repentinamente desloca-se para o prédio em construção, pegando professores e alunos desprevenidos: ninguém achava o conjunto.

E os(as) calouros(as)... Ah, sim, muita gente nova no campus.

[...]

Começou já na terça-feira a circular uma novidade: todas as apostilas que eram distribuídas gratuitamente seriam cobradas.

“Em janeiro foi baixada uma portaria que determina a cobrança de todo material impresso fornecido aos alunos” [...].

³⁸ Sobre os processos jurídicos de estudantes que conquistaram o reingresso na ES, ver Relatório (2018).

E havia justificativas: o papel está em crise (Viramundo, *Jornal dos Estudantes da UNICAMP*, n. 2, abr./mai., 1974, p. 5).

A problematização efetivada pelo ME da UNICAMP a respeito da carência de condições de permanência na universidade identificava que: I) Desconsiderava-se o processo de diversificação e ampliação do corpo discente da universidade. Além dos cursos de Biológicas e Exatas, inaugurou-se, em 1970, os cursos de Humanas ocorrendo, concomitantemente, o aumento de estudantes – em 1974, eram mais de duas mil e oitocentas matrículas na graduação; e II) Apagavam-se as condições concretas do processo formativo dos(as) estudantes da instituição. A recente urbanização do distrito de Barão Geraldo, sítio do principal *campus* da UNICAMP, não oferecia condições concretas de moradia; o transporte, deslocamento (ida e volta) até o *campus* de Barão Geraldo (cerca de 11 km do centro da cidade de Campinas) era custeado pelos(as) discentes e inepto; já a alimentação, também custeada pelos(as) discentes no único restaurante universitário do *campus*, não era satisfatória.

O pagamento pelas apostilas, material e condição de estudo básico ensejou a necessidade de ampliar o debate sobre as condições de permanência na universidade.

Na quarta, todas as classes já estavam discutindo e foi unânime: a decisão de “não pagar apostilas e procurar encaminhar outras soluções” (Boletim dos CAs). Nesse mesmo dia reuniram-se alunos representantes levando as discussões de cada classe junto ao Centro [Acadêmico]. Discutiu-se como o processo de introduzir o pagamento das apostilas se vincula à questão do ensino pago, já debatida pelo MEC e efetivado em outras Universidades federais e estaduais [...] bem como no ensino de primeiro e segundo graus (*Ibid.*).

Explicitando o caráter de privatização da ES no Brasil em curso³⁹, cuja cobrança das apostilas sugeria a intensificação desse processo na universidade, na reunião dos(as) estudantes das Humanas, decidiu-se:

Devemos resistir unidos as imposições que afetam nossos direitos ao ensino gratuito; levar as classes discussões contínuas e proposta de Assembleia de todos e todas os alunos/as; elaboração de estudos e informes sobre os problemas; discussão de soluções para serem propostas e atitudes a serem tomadas (Centro Acadêmico de Ciências Humanas, Boletim, 7 de mar. 1974).

³⁹ Os esforços do MEC para intensificar o processo de privatização da Educação Básica e Superior, que circularam socialmente em 1972, foram preteridos por camadas sociais populares da sociedade brasileira a partir das mobilizações dos(as) estudantes da USP. Em novembro do mesmo ano, o Conselho dos Centros Acadêmicos da USP realizou um plebiscito entre os(as) discentes da universidade a respeito: “cerca de 25% dos estudantes votaram (entre sete mil e dez mil votantes) e mais de 95% deles se posicionaram contra o ensino pago” (Müller, 2010, p. 62).

Desse modo, estabeleceu-se amplo consenso sobre a proposta de organizar uma Assembleia Geral de Humanas no dia 14 de março com o objetivo de perscrutar resoluções concretas para a questão em pauta.

Simultaneamente, o problema sobre a cobrança de apostilas também era debatido por estudantes das áreas Biológicas e Exatas da UNICAMP. Na Faculdade de Engenharia, a cobrança de apostilas havia sido aplicada durante os cursos de férias e no início das aulas – o CA correspondente estava engendrando discussões nas turmas e chegou-se à proposta de não pagar as apostilas por conta da ausência de justificativas institucionais precisas. No Instituto de Química, o CA, em debates com as turmas, problematizou a conexão entre a cobrança de apostilas e ensino pago na universidade pública. Já no Instituto de Física, o CA discutiu com os(as) calouros(as) propondo ampliar o debate da questão com as demais turmas. E, por fim, na Faculdade de Ciências Médicas e no Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, os CAs relatavam que: no primeiro, o corpo docente recomendou a ampliação e diversificação da bibliografia para as aulas, não adotando as apostilas, e, no segundo, os(as) docentes endossavam o pagamento, pois já haviam custeado por meios próprios para o curso todo.

Pode-se dizer que o ME, ao problematizar a portaria que normatizava o pagamento das apostilas, identificando, especificamente, a possível intensificação do processo de privatização da universidade pública que a norma corrobora, diagnosticava que a questão, apesar de legítima perante os(as) estudantes, era encaminhada via processos díspares aos dispositivos e procedimentos regulados pelo Estatuto da UNICAMP.

Dessa maneira, descartando as resoluções alheias à forma de institucionalização e objetivando reverter ou revogar a regulamentação da portaria, na quinta-feira, no dia 14 de março de 1974

[...] após discussão em todas as classes, mais de 200 alunos/as de Humanas, reunidos em Assembleia Geral, discutiam as propostas apresentadas pelas diversas classes. Decidem: reafirmar a posição de não comprar apostilas e exigir do Instituto que continuasse a distribuir gratuitamente como fizera até 1973. Não aceitar medidas paliativas, como emprestar apostilas de outros anos, não comprar livros que substituam as apostilas etc. Não submeter a provas e seminários até a solução do problema (Viramundo, *Jornal dos Estudantes da UNICAMP*, n. 2, abr./mai., 1974, p. 5).

Além das reivindicações e encaminhamentos supracitados, os estudantes das Humanas, reunidos em Assembleia, exigiram a concretização da matrícula dos(as) alunos(as) excedentes internos, a ampliação da biblioteca do IFCH, a contratação de mais docentes e levantou-se também a questão das condições das aulas no prédio novo em construção já que além da falta de água, luz, sanitários e acesso difícil ao edifício, “as aulas são ministradas entre marteladas, tratores” e a constante movimentação das obras (*Ibid.*)

E, após as pautas serem debatidas em todas as turmas, redigiu-se um documento, em formato de abaixo-assinado. Este, assinado por todos(as) os(as) estudantes, estipulando o prazo de uma semana para cumprimento das demandas encaminhadas pelo ME foi encaminhado à diretoria do IFCH, que estava sob a direção do docente Manoel Tosta Berlinck.

No dia seguinte da Assembleia Geral, 15 de março de 1974, a estratégia de mobilização dos(as) estudantes e Centro Acadêmico das Ciências Humanas (CACH), suscitou efeitos imediatos: o instituto comunicou que estavam permitidas as matrículas dos estudantes excedentes internos na graduação em História – estes/as já poderiam iniciar o curso.

Todavia e apesar dos CAs manterem o posicionamento de não pagamento das apostilas, nos cursos das Ciências Exatas a proposta não estava sendo sustentada por todos(as) os(as) estudantes. Por conta dessa disparidade, o ME da universidade discutia quais seriam os procedimentos e encaminhamentos possíveis para continuar o processo de mobilização.

Repara-se que, nessa mesma semana, com a posse da presidência pelo general Ernesto Geisel, iniciam-se os processos de reformas políticas e sociais da ditadura empresarial-militar brasileira. De 1974 a 1979, com a supressão da crítica engendrada pela resistência democrática clandestina, da luta armada, e de modo regulado pelas frações burguesas conservadoras ocorre: a suspensão parcial da censura prévia, mudanças no processo eleitoral com um aumento no nível de representação política, revogação das medidas explicitamente coercitivas e a incorporação de “outros mecanismos de controle à Constituição” (Alves, 2005, p. 224).

Já que o Plano Nacional de Desenvolvimento, homologado pelo governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), não oferecia respostas equivalentes à questão da crise do capital nos anos 1970, a burguesia dirigente no Brasil, com a presidência do ditador Geisel, instauraram um processo de institucionalização da ditadura empresarial-militar que, sem alterar o estatuto da propriedade e reduzindo o nível de arbitrariedade e excepcionalidade,

coaduna seletivamente pautas culturais, políticas e sociais da resistência democrática descartando os interesses e relações de classe⁴⁰. Isso significava que a reconversão de processos democratizantes na vida social brasileira, que resultaria no processo de redemocratização política na década seguinte, nos anos 1980, foi arquitetada pela crítica propiciada pelas camadas sociais e frações de classe que constituíram a resistência à ditadura empresarial-militar.

Dessa forma, no bojo desse processo de mudanças institucionais da ditadura, no dia 22 de março de 1974, após reunião dos CAs da UNICAMP, o CAAL propunha um novo abaixo-assinado ao nível das três áreas da universidade e, consubstanciadas discussões com as turmas da Medicina, manifestava-se também contra o pagamento das apostilas. Já o Centro Acadêmico de Ciências Exatas (CACE) publicava um boletim reiterando a posição de não pagamento de apostilas, justificando que o pagamento se conecta à questão da introdução do ensino pago na universidade, e exigia a gratuidade das apostilas novamente. E o CACH, por sua vez, convocou uma nova Assembleia Geral das Humanas para o dia 25 de março.

Dia 25 de março, Assembleia das Ciências Humanas. Mais de 250 estudantes reunidos, após haver discutido em classes as proposições para as decisões a serem tomadas. Durante cinco horas os estudantes estiveram discutindo. Enquanto isso, uma comissão de representantes discutia com o diretor do IFCH sobre as reivindicações. Obtiveram como resposta: a portaria estipulando o pagamento de apostilas e uma vaga promessa de resolução dos demais problemas (Viramundo, *Jornal dos Estudantes da UNICAMP*, n. 2, abr./mai., 1974, p. 5).

À medida que o ME, conectando o pagamento das apostilas ao processo de intensificação de privatização da universidade pública, coloca a carência das condições de permanência estudantil em questão, reconhece-se o limite da vida social regulada pelo Estatuto da UNICAMP e a necessidade de mudar o caráter da estratégia de mobilização referente a questão estudantil na universidade. A reiteração da portaria que normatizava a não gratuidade das apostilas lavrada pela direção do IFCH apontava que os encaminhamentos institucionais referentes à pauta da gratuidade do material didático básico estavam obliterados. Contudo, é a própria mobilização política dos(as) estudantes pelas pautas das condições de permanência, experiência paralela regulada pelo Estatuto da universidade, que engendra necessidades relevantes para sociabilidade na UNICAMP, que precisavam ser equacionadas pela forma de institucionalização em curso. O processo de mobilização do ME

⁴⁰ A respeito, ver Fernandes (2014 [1994]), Arantes (2014) e Maciel (2004).

pela gratuidade das apostilas, uma crítica da privatização impressa pela ditadura do grande capital, já parte da alienação das condições de estudo e processos formativos problematizados pelos(as) acadêmicos(as) – a alteração do caráter da estratégia de mobilização somente explicita a cisão que havia entre a vida social concreta dos(as) discentes na universidade e a vida social normatizada pelo Estatuto. Assim, os(as) estudantes de Humanas reunidos(as) em Assembleia Geral no dia 25 de março

[...] decidiram: paralisar as aulas, dado a impossibilidade de continuar como estava [...].

Na terça-feira, dia 26 [de março de 1974], a escola [IFCH] amanheceu paralisada. E assim permaneceria por duas semanas. Isto é – paralisadas as aulas. Grande parte dos estudantes permaneceram na escola. Durante a primeira semana se efetivaram diversos grupos de estudo. Foram debatidos assuntos como Reforma Universitária, Estudos Sociais, Ensino Pago. As discussões eram constantes (*Ibid.*).

Assinala-se também que a mudança de estratégia de mobilização do ME da UNICAMP por pautas referentes às condições de permanência se insere no contexto de manifestações, paralisações e greves engendradas pelo ME em outras universidades da sociedade brasileira nos anos 1970. Na USP, em 1974, os discentes de diversos cursos deflagraram greve por conta da carência de condições de alimentação, pela readequação dos horários das disciplinas nos cursos (Ciências Sociais) e reavaliação dos critérios de admissão no Hospital das Clínicas (Ciências Médicas); no mesmo ano, estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) realizaram greve para reverter a dispensa de quatro docentes e pela reabertura da biblioteca do IFCH da universidade; e, em 1975, estudantes do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA) efetivaram greve contra a ausência de condições mínimas de estudo e de trabalho no Hospital das Clínicas da instituição (Müller, 2010).

É nesse contexto que, no fim da primeira semana da greve das Humanas na UNICAMP, se estabeleceu a necessidade de formar uma comissão de discentes com o propósito de encaminhar as pautas reivindicadas pelo ME à direção do IFCH. A direção do instituto confirma a possibilidade de uma reunião com a comissão. Depois de uma extensa reunião, a direção do IFCH ventila por meio da comissão o seguinte comunicado: “Não seriam distribuídas apostilas. A biblioteca teria apostilas em número suficiente. Somente seriam apostilados textos de difícil acesso, textos originais de professores do IFCH” (Viramundo, *Jornal dos Estudantes da UNICAMP*, n. 2, abr./mai., 1974, p. 5). Indagada

pelos(as) estudantes sobre a precisão do comunicado e ausência de encaminhamentos e resoluções para demais pautas reivindicadas, a direção do IFCH recusa uma nova reunião.

Ainda nesta mesma semana, a reitoria resolveu se manifestar sobre a mobilização do ME da UNICAMP. Por um lado, via jornal da cidade, publicava que os “alunos de Ciências Humanas não estão comparecendo às aulas” e, no esforço de justificar a não legitimidade das pautas reivindicadas pelos(as) discentes, afirmava que em “nenhuma escola do mundo se distribui apostilas gratuitas”, “a biblioteca de Ciências Humanas é a melhor do gênero no país” e não havia falta de professores(as) (*Ibid.*). Por outro lado, ventilou-se um comunicado interno na UNICAMP circunscrevendo as mobilizações dos estudantes como resultado da inapetência do IFCH em tratar as pautas em questão. O comunicado interno também prescrevia que tanto as faltas dos(as) discentes em paralisação como as notas zero, no caso das avaliações realizadas durante a greve, seriam computadas regularmente.

A partir dessa manifestação da reitoria da universidade, o ME interpretava que era necessário publicizar o movimento da greve das Humanas à sociedade campineira e formar comissões para uma possível reunião com a reitoria. Foi redigida uma carta pelo ME apresentando as pautas e razões da mobilização dos(as) estudantes. Não obstante, esta somente circula na universidade – os jornais da cidade, Diário do Povo e Correio Popular, apesar de receberem o documento, não o publicaram.

No dia 1º de abril de 1974, é realizada uma nova Assembleia das Humanas que deliberava

[...] reafirmar as reivindicações anteriores. Continuação da paralisação até sábado, 6 de abril. Formação de comissões para levantamento da bibliografia de todos os cursos de Ciências Humanas e averiguação dos livros existentes na Biblioteca; comissões para levantamento dos professores de História e Antropologia; comissões para conversação com a reitoria e com a direção do Instituto (Viramundo, Jornal dos Estudantes da UNICAMP, n. 2, abr./mai., 1974, p. 5).

É relevante assinalar que a continuidade da paralisação das Humanas era duplamente estratégica para o ME já que conjugava um prazo equivalente à conclusão das obras de manutenção do prédio novo assim como reiterava o protesto referente à recusa de uma nova reunião com os(as) estudantes por parte do IFCH.

Concomitantemente, nessa mesma semana, os estudantes das Ciências Biomédicas não paralisaram, mas aderiram ao movimento da greve da Humanas: por meio do CAAL,

encaminharam à reitoria um abaixo-assinado com cerca de cem assinaturas solicitando a revogação da portaria que regulava o pagamento de apostilas.

Nos dias 6 e 7 de abril, os estudantes de Ciências Exatas – cujos discentes do curso de Ciência da Computação já haviam se recusado a se submeterem às avaliações do curso devido à necessidade da aquisição de apostilas – realizaram uma Assembleia Geral e deliberaram: a) Contra o pagamento de apostilas e pelo ensino gratuito; e b) Suspensão do jubramento de estudantes até que fosse realizado um estudo criterioso apresentando os desdobramentos desse processo relacionado às condições de ensino na UNICAMP. A Assembleia Geral das Exatas também propôs a formação de uma comissão de estudantes para uma possível reunião com a reitoria.

Na sexta-feira, dia 12 de abril de 1974, as comissões de Ciências Humanas e Exatas, em uma audiência com o reitor, professor Vaz, estipularam os seguintes encaminhamentos.

[I] As apostilas serão vendidas e haverá também suprimento de 10 a 15 destas nas bibliotecas para curso; [II] A biblioteca de Ciências Humanas será reaparelhada conforme as necessidades apontadas pelo levantamento dos alunos; [e III] Haverá contratação de professores para cobrir as necessidades do curso. No tocante à reivindicação das Ciências Exatas sobre o jubramento a resposta é taxativa: o jubramento será aplicado a partir deste ano, sem efeito retroativo (*Ibid.*).

Durante a greve das Humanas de 26 de março a 15 de abril de 1974 na UNICAMP, o DEOPS (Informativos n. 224, 27 de mar. 1974 apud Pereira, 2006) operou uma vigilância persecutória tanto sobre os CAs envolvidos como, especialmente, sobre Alcides Mamizuka – naquele contexto, apesar das suspeitas do DEOPS, o discente do curso de Ciências Sociais não estava relacionado aos(as) estudantes da vanguarda do ME da universidade. Entretanto, o estudante, depois de ter sido jubrado da universidade sem justificativas institucionais precisas e tendo seu pedido de reingresso negado pelo CD e reitoria, participando do ME durante a greve em pauta, contribui para revisão do processo de jubramento na UNICAMP em 1974.

Ainda, repara-se que, com o término da greve das Humanas, as mobilizações do ME da universidade, paralelas à forma de institucionalização, efetivaram conquistas sociais para o processo de institucionalização a respeito das questões de permanência, e, simultaneamente, configuraram e identificaram demandas que estavam conjugadas às outras categorias sociais da universidade – as pautas reivindicadas pelos(as) estudantes referiam-se à questão estudantil e às demandas necessárias à vida social da comunidade universitária.

O processo de mobilização de ocupação do restaurante universitário, com o revezamento nas funções com os(as) funcionários(as), de 26 de agosto a 4 de setembro de 1976, tinha como pauta tanto a carência de condições de permanência referentes à alimentação, transporte, sede para os CAs como também a necessidade da revisão das relações da questão estudantil com as demais categorias sociais da UNICAMP e na sociedade campineira.

Retomando pautas que haviam sido demandadas pelos(as) estudantes da universidade em 1968 e 1973 (Pereira, 2006), o ME, via CAs do *campus* de Campinas, em Reunião Geral no dia 26 de agosto de 1976, elencava as seguintes considerações.

Considerando que os serviços da empresa de ônibus contratada pela UNICAMP não satisfazem as necessidades dos estudantes, evidenciando-se atraso e falta de ônibus; considerando que não se modifica o problema quando se fala da Rápido Luxo de Campinas e da Companhia Campineira de Transportes Coletivos [empresas de transporte coletivo e linhas de ônibus urbano], uma vez que são empresas não ligadas à universidade por meio de contrato; considerando que o serviço de restaurante prestado é precário ao depararmos com as reais necessidades dos estudantes; considerando que essas deficiências decorrem da má administração do restaurante; considerando que há necessidade por parte dos estudantes de um local na cidade onde seja um ponto de encontro, e onde seriam levadas atividades culturais, desportivas e sociais; considerando-se que a universidade nega-se a alugar outra “Casa” [residência sede dos CAs] para os estudantes na cidade de Campinas (Centros Acadêmicos. Reunião Geral, Carta ao Reitor, 27 de ago. 1976).

Em face desse diagnóstico, o ME, por meio da Carta ao Reitor, redigida durante a Reunião Geral dos CAs e publicada pelo Jornal Folha de São Paulo, reivindicava.

Em relação ao ônibus. Estabelecimento de um contrato por um prazo determinado que satisfaça nossas necessidades de transporte, em cuja elaboração participe uma comissão de estudantes; durante a vigência do contrato a universidade deverá providenciar frota própria de ônibus; que seja congelado o preço das passagens; que se aumente a frota, de modo que se tenha: a) ônibus de 15 em 15 minutos no sentido escola-cidade, cidade-escola; b) número maior de ônibus nos horários críticos nos sentidos cidade-escola, escola-cidade; c) até que isso se verifique ninguém pagará pelo uso dos ônibus.

Em relação ao restaurante.

- Melhor administração, visando um melhor atendimento (mais equipamentos, mais funcionários etc);
- Prestação de contas pela reitoria (balanço e procedência de compras);
- Congelamento de preços por tempo indeterminado, encarregando-se a universidade de fazer os subsídios necessários;
- Entrar no restaurante sem trocar os vales;
- Bolsas de alimentação aos alunos carentes;

- Apressamento da conclusão das obras do novo restaurante;
- Que o restaurante novo não seja administrado por particulares;
- Será feita uma comissão de alunos para verificar as reais necessidades quanto à administração do restaurante.

Em relação à ‘Casa’. Permaneceremos na atual até que seja solucionada a questão de nossa sede (*Ibid.*; Folha de S. Paulo, 1 de set. 1976, p. 13).

Assim, diante da ausência de manifestação por parte da reitoria relativa à Carta enviada, no dia 30 de agosto de 1976, a partir do meio-dia, o ME da UNICAMP inicia o processo de utilização do transporte coletivo (deslocamento de ida e volta da universidade) sem o pagamento das passagens. Coordenada pelas comissões de controle do ME – estudantes engajados(as) elegidos(as) em Assembleia com a função de coordenar as mobilizações –, o movimento de não pagamento das passagens de ônibus amplia-se. E, à medida que mais estudantes aderiram à mobilização, a empresa de transporte coletivo manifestava-se recusando o transporte dos(as) estudantes não pagantes.

Reunidos em Assembleia Geral no dia seguinte, dia 31 de agosto de 1976, cerca de oitocentos estudantes, com o propósito de ampliar o debate com a comunidade universitária sobre as pautas reivindicadas, deliberaram pela ocupação do restaurante universitário (Pereira, 2006, p. 99).

[...] universitários da UNICAMP protestaram ontem (31) contra diversos problemas entre os quais as deficiências do restaurante do campus e também do transporte para a Cidade Universidade. O protesto dos estudantes teve seu ponto culminante na hora do almoço quando eles tomaram o restaurante da Universidade e fizeram refeições sem pagar (Folha de S. Paulo, 01 de set. 1976, p. 13).

Ao passo que as comissões de controle continuavam no engajamento da mobilização do não pagamento das passagens do transporte coletivo, outras comissões de controle do ME coordenavam a ocupação do restaurante universitário da UNICAMP: o não pagamento da alimentação estava conjugado ao processo de preparar e servir as refeições, junto com os(as) funcionários(as), à comunidade universitária. Naquela mobilização, “os livros e as máquinas de calcular” foram “deixados de lado. A sala de aula foi trocada pelo restaurante. Com os funcionários os(as) alunos(as) preparam as refeições da UNICAMP” (Diário do Povo, 01 de set. 1976, s/n).

É possível dizer que o processo de ocupação do restaurante universitário, coordenado pelo ME da universidade, engendrava não só resoluções para a questão estudantil no bojo da

resistência democrática contra a ditadura empresarial-militar, mas também uma vida social para as categorias sociais da UNICAMP distinta da restrita pela forma de institucionalização corrente. Ao equacionar as pautas sobre a condição de permanência preparando e servindo refeições em regime de cooperação com os funcionários, conjugava-se a necessidade de conectar as pautas, as demandas sociais encaminhadas por ambas categorias para mudanças concretas na vida social da universidade – as resoluções arquitetadas pelos(as) estudantes para a questão estudantil não estavam limitadas à representação estudantil abstrata, prevista no Estatuto da universidade, e nem na legislação vigente sobre a ES.

Já no fim da tarde do dia 31 de agosto, após a mobilização de ocupação efetivada pelo ME da universidade, a reitoria manifestava-se de modo imediato: o restaurante universitário é fechado.

Segundo um comunicado da reitoria, [o restaurante universitário] permanecerá fechado até que se apurem as responsabilidades e prejuízos decorrentes da ocupação do refeitório [...], quando cerca de 1500 universitários assumiram o controle da unidade (Jornal não identificado. Unicamp: restaurante é ocupado. 01 de set. 1976, s/n. apud Pereira, 2006, Anexo 9).

O fechamento do restaurante universitário é acompanhado pela circulação de um comunicado geral ventilado na universidade pela reitoria. O “Comunicado aos estudantes da UNICAMP” elencava as seguintes ponderações:

A fixação do prazo para a entrega do novo restaurante não é exigência apenas dos estudantes, mas de toda comunidade universitária, sobretudo da própria reitoria. O edifício está concluído. Sucede, porém, que a aquisição dos complexos equipamentos tem sido retardada por dois motivos básicos: [a)] carência no mercado de aço inoxidável, importado, indispensável à fabricação da maioria dos equipamentos para garantia de perfeita limpeza e higiene da alimentação; [b)] cumprimento rigoroso das exigências legais, fiscalizadas pelo Tribunal de Contas, para efetivação das aquisições através de licitação pública. Em mais de um caso, novas licitações tiveram que ser feitas, frente ao não atendimento das exigências do edital.

Fica bem estabelecido que o novo restaurante não será entregue a particular (UNICAMP. Comunicado aos estudantes da Unicamp, 31 de ago. 1976, p. 2; Folha de S. Paulo, 01 de set. 1976, p. 13).

A respeito da pauta sobre a carência de transporte com condições equivalentes às necessidades da categoria discente, o Comunicado asseverava que o

[...] problema dos transportes é universal, atribuição específica da administração municipal. Com o intuito de prover as necessidades de transporte não oferecidas

pela Companhia Campineira de Transportes Coletivos e Rápido Luxo, a universidade abriu concorrência pública que teve um só concorrente, e cujo contrato agora se vence. Será publicado amanhã novo edital convocando empresas transportadoras. Esta Reitoria envidará esforços no sentido de possibilitar o aumento da frota, permitindo melhor atendimento, respeitando o limite da dotação orçamentária (UNICAMP. Comunicado aos estudantes da Unicamp, 31 de ago. 1976, p. 2; Folha de S. Paulo, 01 de set. 1976, p. 13).

A reitoria ainda lamentava que o processo de ocupação do restaurante universitário, coordenado pelo ME, obrigava a reitoria a tomar as medidas estatutárias cabíveis. A Reitoria cumpre, por fim, o dever de esclarecer que, existindo o direito constitucional de ir e vir de todo cidadão brasileiro, cumpriria “por sua vez, o dever estatutário de registrar as faltas dos estudantes as aulas programadas eximindo-se de qualquer responsabilidade perante” os(as) estudantes “reprovados por falta” (Folha de S. Paulo, 01 de set. 1976, p. 13).

No dia 2 de setembro de 1976, reunidos em Assembleia Geral, os(as) estudantes encaminhavam que:

[...] a ‘Casa’ permanecerá ocupada até que a reitoria resolva o problema do aluguel. Que todos os grupos de trabalho passem a se reunir na casa com o objetivo de assegurar a ocupação por parte dos alunos. Encaminhar um abaixo-assinado exigindo a renovação do contrato da atual casa ou contrato de uma outra. (...) continuará o boicote dos passes da ENSATUR durante essa semana (Centros Acadêmicos. Assembleia Geral, Boletim, 02 de set. 1976 apud Pereira, 2006, p. 100).

Com relação à continuidade das mobilizações, as deliberações da Assembleia Geral foram as seguintes:

Suspensão da assembleia permanente e retomada das atividades normais a partir de hoje (02/09) para: dar continuidade às mobilizações através dos CAs a fim de manter os alunos informados; dar tempo para que os encaminhamentos iniciados pelas comissões de controle estudantis (restaurante e transportes) sejam efetivados e possam ser pontos concretos para discussões da assembleia do dia 13/09/1976, à tarde.

[...]

Reforçar a participação na comissão de atividades culturais existentes, no sentido de estudar meios de se obter uma independência financeira em relação à reitoria. Que os bares e lanchonete do campus sejam arrendados e o dinheiro entregue aos CAs (*Ibid.*, p. 101).

Apesar da ausência de bolsa alimentação para estudantes e transporte com condições satisfatórias, a mobilização do ME resulta em algumas conquistas parciais tanto referente à questão estudantil como ao processo de institucionalização da universidade: a reitoria responsabilizou-se pelo aluguel de uma nova residência para os CAs e o novo restaurante foi

inaugurado no dia 11 de setembro de 1976 (após a inauguração do novo restaurante universitário, contemporaneamente e popularmente conhecido por *Bandeijão*, o primeiro restaurante universitário ficaria denominado como R1 ou *Restaurante Antigo*).

Também sobre a experiência do processo de mobilização de ocupação, o ME da UNICAMP interpretava que:

Nosso movimento conseguiu algumas vitórias: uma foi concretizada na própria mudança de atitude por parte da reitoria às nossas exigências, reconhecendo e permitindo a fiscalização das comissões tiradas nas assembleias; mas o mais importante mesmo é aprendermos com a nossa experiência de atuação, quanto importante é nossa união e atuação conjunta e decidida.

[...]

Ficou claro para todos de se manter os CAs e não aceitar a imposição dos DAs, pois só a nossa organização independente nos garante liberdade de ação. Alguns colegas já deram um passo adiante colocando a proposta de lançar chapas conjuntas às eleições de CAs, com vistas na unificação da organização dos Estudantes da UNICAMP (*Ibid.*, p. 103).

Embora o monitoramento, vigilância e recolhimento para inquérito, sobretudo das ditas lideranças estudantis, empreendidos pela repressão tivessem sido relativamente reduzidos (Motta, 2014; Cunha; Müller, 2014; DEOPS, Informativos 1465; 1466; 1467)⁴¹, as mobilizações engendradas pelo ME da universidade, sobretudo, as paralelas à forma de institucionalização – como as que açulavam o risco de serem assediadas pela repressão – apontavam tanto as mudanças na instituição, reconhecendo as resoluções desenvolvidas pelos(as) estudantes, categoria, ME relativas à questão das condições de permanência, como a exigência de conectar os encaminhamentos do ME com as demandas da universidade como

⁴¹ Em outubro de 1975, Hélio Rodrigues, Gustavo Zimmermann, Oswaldo Luiz de Oliveira, estudantes do curso de Economia, e Ademir Gebara, docente do IFCH da UNICAMP, foram recolhidos para inquérito pela repressão por suspeita de relações com o Partido Comunista Brasileiro – partido clandestino no contexto em pauta. Hélio Rodrigues, em depoimento à *Comissão da Verdade e Memória Octavio Ianni* da UNICAMP, concedido em 2014, afirma que, durante o período de reclusão, que durou até fins de novembro do mesmo ano, a visita da reitoria da universidade, do professor reitor Vaz – resultado dos protestos da comunidade universitária em razão da soltura dos graduandos e docente – contribuiu para “melhorar a situação” assegurando a sobrevivência do estudante uma vez que o discente estaria identificado e localizado (Relatório, 2015, p. 38). Já João Aidar, estudante de Ciências Sociais, em passagem pelo *Campus Avançado* de Cruzeiro do Sul da UNICAMP, no município de mesmo nome no estado do Acre, não logrou a mesma sorte: diferentemente dos colegas e docente do IFCH, que receberam voz de prisão em suas residências, o discente, após ser preso por suspeita de subversão e passar por um período de recolhimento em condições insalubres no quartel do exército próximo ao *campus*, foi levado para o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna em São Paulo para interrogatório conduzido via sevilha coordenada, sendo solto meses depois sem qualquer esclarecimento da repressão ou manifestação crítica da forma de institucionalização da UNICAMP sobre o ocorrido (DEOPS SN387; Gomes, 2000).

tudo – a criação de uma entidade em formato de diretório central relacionada às entidades estudantis nacionais.

A criação do DCE Livre da UNICAMP foi produto da necessidade tanto de coordenar e conjugar as pautas relativas às condições de permanência laboradas pelo ME e CAs na universidade como de afinar relações com a reorganização da UNE na sociedade brasileira nos anos finais da década de 1970. Inspirado também pela formação do Diretório Central dos(as) Estudantes Livre da USP em 1976 e após plebiscito lavrado pelos CAs da universidade, o DCE Livre da UNICAMP é criado em 11 de maio de 1978. Já em outubro do mesmo ano, elege sua primeira gestão validada pela participação de mais da metade da categoria discente da UNICAMP: votaram 3.855 discentes da graduação e pós-graduação, sendo 1.457 para chapa *Tecendo A Manhã*, 789 para chapa *Proposta*, 192 nulos e 117 brancos⁴².

[...] alguns dos nossos problemas cotidianos mais graves não estão ligados à Faculdade ou Instituto específico que estudamos, mas à UNICAMP como um todo: a falta de decisões na universidade [estatuto jurídico equivalente], a dispersão do curso básico [de ciências], a falta de espaço de lazer e de estudo e etc. Nesse tipo de questão o DCE teria um papel organizador fundamental (*Tecendo a Manhã*. Carta-programa *Tecendo a Manhã*, 1978, p. 1).

Quando se deflagra a greve unificada de docentes e servidores(as) não docentes de 17 de abril a 16 de maio de 1979, pautando reajuste salarial conjuntamente ao movimento do funcionalismo público, o DCE Livre reúne condições para apoiar a ADUNICAMP e fração do MS via coordenação de mobilizações políticas do ME e CAs da UNICAMP. Legitimava-se, dessa maneira, uma unidade de interesses e relações da comunidade universitária distinta aos do CD e reitoria da UNICAMP e, ao mesmo tempo, reiterava-se a problematização sobre os limites da forma de institucionalização da universidade em apreço.

⁴² As chapas que disputaram a primeira gestão do DCE livre da UNICAMP apresentavam a seguinte composição de discentes da graduação e pós-graduação: na *Tecendo A Manhã*, Dedé (Engenharia de Alimentos), Cipó (Economia), Maurício (Engenharia Elétrica), Rubão (Física), Valmir (Engenharia de Alimentos), Max (Engenharia Mecânica), Lília (História), Valquíria (Engenharia de Alimentos); e na “Proposta”, Guilherme (Física), João (Engenharia Mecânica), Siqueira (Engenharia Civil), Felipe (Engenharia Mecânica), Júlia (Pós – Biologia), Regina (Ciências Sociais), Carmem (Computação), Clóvis (Ciências Sociais), Osvaldir (Química), Toninho (Física), Berthoud (Ciências Sociais), Rita (Medicina), Silvinha (Ciências Sociais), Bia (Ciências Sociais), Adriano (Economia), Arnaldo (Economia), Cláudia (Odontologia/FOP), Eduardo (Engenharia Agrícola), Silvana (História), Tadeu (Ciências Sociais), João Carlos (Engenharia Civil/FEL), Ivo (Medicina) e Beto (Odontologia/FOP). Para um exame das disputas pelo DCE e dissemelhanças políticas entre as frações do ME da UNICAMP de 1978 a 1982, ver Pereira (2006).

No segundo semestre do mesmo ano, contribuindo junto às entidades estudantis da ES de nível estadual e federal, o DCE livre da UNICAMP participa do primeiro congresso de reorganização da UNE e de retomada da União Estadual dos(as) Estudantes de São Paulo. A reorganização da UNE objetivava tornar a perspectiva política do ME consonante com o processo de luta pela democratização da vida social brasileira dos fins dos anos 1970 ao início da década de 1980.

Esse horizonte de democratização suscitava que, conectada à pauta de condições de permanência, a ampliação da representação estudantil no CD da UNICAMP se postava como medida necessária à vida social da universidade. Questão amarga à institucionalização corrente, a ampliação para 1/5 (um quinto), de 2 para 7 representantes discentes no CD reconfigurava os processos decisórios da universidade que nem sequer previa, em sua instância deliberativa máxima, a representação própria e de base consensual ampla dos servidores(as) não docentes.

Nesse sentido, é possível interrogar: a indiferença por parte do CD e reitoria relativa às condições de permanência e de representação efetiva nas instâncias deliberativas da universidade pautadas pelo ME, CAs e DCE livre permitiu um processo de institucionalização que desdobraria em uma crise institucional da UNICAMP em outubro de 1981?; E enquanto ME, CAs, DCE Livre, MD e ADUNICAMP, a contragosto do Estatuto dirigido pelo CD e reitoria, conjugavam uma forma de institucionalização coerente ao horizonte social de democratização, em que medida se expressava também a forma de institucionalização na vida social dos(as) servidores(as) da UNICAMP?; e de que modo a categoria equacionou a questão das condições concretas de trabalho que estavam aquém do processo de institucionalização impresso na universidade?

2.3 Movimento de Servidores e Servidoras, Associação de Servidores e Servidoras da Universidade Estadual de Campinas e a questão das condições de trabalho

Os professores e funcionários da UNICAMP, decidiram, em assembleia geral, retornar às atividades normais amanhã. A decisão foi tomada ontem à tarde por aproximadamente dois mil grevistas, o que representa 50 por cento do contingente que participou do movimento na UNICAMP, com adesão praticamente total, desde o dia 17 de abril.

Professores(as) e funcionários(as) resolveram [...] que se manterão organizados para “lutas futuras, como a institucionalização da universidade e a derrubada da diretoria ‘pelega’ da ASSUC, que não os apoiou em suas reivindicações por melhores salários” (Folha de S. Paulo, 16 de mai. 1979, p. 6).

[...]

- A. Por melhores salários!
- B. Por uma ASSUC livre e democrática!
- C. Por liberdade de organização sindical! (Oposição Luta Sindical. Boletim Chapa de Oposição Luta Sindical: para uma ASSUC atuante, nov. 1979).

Equacionar resoluções concretas à questão das condições de trabalho na UNICAMP está conjugado às formas de mobilizações políticas engendradas pelos servidores(as) no processo de democratização tanto da sociedade brasileira como da universidade.

De 1978 aos anos iniciais da década de 1980, os servidores(as), técnicos(as)-administrativos, funcionários(as) não docentes, no MS da UNICAMP, confluentes com as pautas do ascendente movimento de oposição sindical e, a partir de 1980, representado pela ASSUC, efetivaram conquistas sociais para o processo de institucionalização da universidade. Na contracorrente da forma de institucionalização vigente – consolidada pelo Estatuto da universidade (São Paulo, 1969; 1977) e legitimada por um CD sem representação da categoria – é possível recapitular as mobilizações do MS da UNICAMP que convergiram em conquistas pró-institucionalização em duas fases: I) o processo de reconhecimento da direção da ASSUC como uma entidade alienada da questão das condições de trabalho concretas dos servidores(as) da universidade (a problematização da Lei Complementar n. 180, de 12 de Maio de 1978, e a greve efetivada pelo MS em razão do reajuste salarial em 1979); e II) o processo de transformação da ASSUC em uma entidade com perspectiva sindical consonante à questão da democratização da universidade (fração do MS conectada às necessidades da categoria, por meio de eleição, assume a direção da ASSUC em 1980, a greve do MS referente à recomposição salarial e à revisão do estatuto da entidade em 1981).

A crítica pautada pelas formas de mobilizações políticas do MS da UNICAMP apresenta uma dupla qualificação. Por um lado, a exigência de redefinição da perspectiva política da entidade representativa dos servidores(as) na universidade: a ASSUC precisava ser disputada já que era uma forma de organização socialmente operante na institucionalização comanda pelo Estatuto da UNICAMP e abstrata em relação às necessidades da categoria. E, por outro, a necessidade de uma reconfiguração da política econômica impressa pelo governo do estado de São Paulo referente ao funcionalismo público e do direito de formas de

organização que expressassem os interesses da categoria social – sindicatos não subservientes aos interesses da ditadura empresarial-militar, mas sim verossímeis às demandas da categoria. A carência de condições de trabalho equivalentes às necessidades da categoria de servidores(as), relacionadas sobretudo à remuneração correspondente às mudanças na vida social brasileira, é a pauta frequente do MS da universidade, nos anos finais da década de 1970, e da ASSUC, a partir de 1980.

Durante o pleito eleitoral para ASSUC, em novembro de 1981, as chapas concorrentes – constituídas por servidores(as) que coordenaram o processo de mudança de perspectiva política da entidade – justificavam a necessidade da associação como forma de atuação política do MS na instituição.

Em 1979, quando compusemos a “chapa de oposição” para a diretoria da ASSUC, a preocupação de todos e todas era uma só: derrubar os pelegos e as pelegas que assolavam a nossa Associação e construir uma ASSUC que fosse a autêntica representação sindical dos servidores e servidoras da UNICAMP (Resistência. Boletim n. 1. Por que montamos essa chapa? 16 de nov. 1981).

[...] a nossa proposta principal [...] era transformar a ASSUC em uma entidade de luta e dar a ela um caráter sindical (Solidariedade. Jornal. A ASSUC hoje: um balanço. 16 de nov. 1981).

Paralelamente à efervescente conjuntura de aspirações democráticas na sociedade brasileira, os relatos supracitados das chapas também contextualizam que a crítica da ditadura do grande capital estava afinada à necessidade de mudanças políticas nas formas de organização das categorias sociais. Sem descartar os limites das formas políticas em curso nos anos finais da década de 1970, o processo de transformação da forma sindicato conectada às demandas sociais relacionadas aos servidores(as) da universidade propiciou ao MS colocar a luta de classes sociais na ES na ordem do dia.

Consonante à forma de institucionalização estabelecida pelo Estatuto da universidade, a ASSUC, dos anos finais da década de 1960 a 1979, restringiu-se a ponderar e encaminhar demandas exclusivamente culturais dos servidores(as) da UNICAMP. Declarando-se “apolítica”, conforme artigo 1º de seu respectivo estatuto, a entidade despojava a categoria de uma perspectiva política crítica tanto na vida social da universidade como na sociedade brasileira.

Fundada por uma fração do MS em 1967, a ASSUC, a despeito de ter por finalidade representar institucionalmente os interesses dos servidores(as) da universidade – seja

diligenciando ou apoiando pautas, seja apresentando “sugestões” ou resoluções correlacionadas às necessidades da categoria (São Paulo, 1967, p. X; ASSUC. Estatuto, p. 1; apud Lopes, 2016, p. 30) –, atuava via periódicos (boletins informativos e jornais mensais) promovendo e divulgando, de modo prosaico, atividades esportivas e artísticas enredadas em um formato assistencialista de horizonte político conservador: “Show com muitos prêmios: [...] a ASSUC promoveu brilhante coquetel no Clube”, “Excursão à Caverna” e “Nesse ano de Copa do Mundo, todos os esforços para promover esportes no Brasil são coroados com êxito, visto a forte corrente de entusiasmo dos Brasileiros. A ASSUC também está promovendo suas atividades esportivas” (ASSUC. Jornal NoticiAssuc, 1969; Jornal Assucrinando, 1975; Jornal Assumir, 1977) são as principais ações ventiladas. Para a entidade, vale ressaltar, as condições de trabalho dos servidores(as) da UNICAMP não era uma questão a ser equacionada.

Na medida que se amplia o número de associados(as) em meados da década de 1970, a ASSUC consolidava processos jurídicos e relações estatutárias na universidade. O caráter assistencialista da entidade sugeria a ausência de divergências com a forma de institucionalização da UNICAMP e, simultaneamente, determinado controle sobre as necessidades concretas da categoria.

Contudo, o resultado das eleições para sucessão da direção da entidade em 20 de janeiro de 1978 expressava não só uma moderada participação da categoria como também um dissabor com a perspectiva política da entidade por parte dos(as) servidores(as) da UNICAMP – dos 2.359, votaram somente 862 associados(as) (36,54%), sendo 684 votos favoráveis à chapa única, “101 brancos e 77 nulos” (LOPES, 2016, p. 66). Formalizando processos eleitorais sem a concorrência de chapas de oposição, a entidade conjuga a manutenção de suas inclinações políticas conservadoras com a eleição de uma chapa constituída por servidores(as) que exerciam cargos e funções de direção na instituição, sendo presidente e vice da entidade, respectivamente, o procurador e subprocurador da universidade.

Se essa disparidade de votos do resultado do processo eleitoral em 1978 suscitava suspeição em relação à legitimidade da ASSUC como representativa da categoria, o posicionamento condescendente da entidade sobre a promulgação da Lei Complementar n. 180, Projeto de Lei Complementar n. 7, de 12 de maio de 1978, que reestruturava a forma de remuneração e vencimentos do funcionalismo público do estado de São Paulo, explicitava a cisão entre os interesses da entidade e as necessidades dos servidores(as) da UNICAMP. Já

que uma fração do MS da universidade – constituída por 819 servidores e servidoras –, no mês seguinte à promulgação do Projeto de Lei Complementar, problematizando o emprego da legislação em questão, reivindicava que a ASSUC convocasse uma Assembleia Geral Extraordinária para debater a respeito com a categoria.

Não obstante a relevância da pauta referente à isonomia na remuneração dos funcionários(as) da USP, UNESP e UNICAMP, projetada pela legislação, a fração do MS apontava que a proposta não reconhecia a diversidade das funções e normatizava a estratificação na remuneração da categoria.

Ao contrário do que se diz, as mudanças de referências [critérios técnicos e administrativos para ascensão de funções, cargos e elevação da respectiva remuneração] são meramente denominativas.

[...]

Com esta abordagem [...] podemos concluir que o *Projetão* é um projeto elitista que favorece mais aos cargos e funções de maiores salários, além destes terem vantagens como gratificações e adicionais.

[...]

Não estamos propondo aos funcionários e funcionárias que não optem pelo *Projetão* (ele é opcional e quem não disser “não” por escrito, até 60 dias depois da aprovação, estará automaticamente incluído). [...] que cada funcionário deve verificar a sua situação, pois para quem ganha pouco, qualquer “mais um pouco” ajuda bastante. É preferível o “pouco” ao “nada”. (Conjunto de 819 técnicos e técnicas-administrativos. O que você deve saber sobre o *Projetão*. Panfleto, jun., 1978).

Também, interpretava-se que o emprego da legislação não estabelecia processos avaliativos e encaminhamentos precisos para assegurar o mérito e garantir a cooperação no processo de trabalho dos servidores(as) da universidade.

A avaliação faz-se por comparação entre os servidores de uma mesma unidade, porém nada impede que ela seja aplicada arbitrária e indiscriminadamente, beneficiando os elementos mais simpáticos a chefia [da unidade] e não aqueles e aquelas que melhor atuação tiveram nas suas funções, além de gerar competição e discórdia entre colegas de trabalho.

[...]

Achamos também que cabe a UNICAMP criar condições para nos dar informações precisas de cada caso particular (Conjunto de 819 técnicos e técnicas-administrativos, 1978).

Enquanto a fração do MS diagnosticava que o Projeto de Lei Complementar não se referia a “uma conquista do funcionalismo” público (*Ibid.*), a entidade redarguia que

A ASSUC foi solicitada a convocar Assembleia Geral Extraordinária para discussão do projeto sobre o Sistema de Administração de Pessoal do estado.

[...]

Não lhe compete estatutariamente convocar Assembleia Geral para discussão de leis vigentes; a ASSUC deliberou, em reunião de sua Diretoria, tomar a iniciativa de pedir ao senhor secretário da administração do estado a designação de técnicos capazes de prestar, aos interessados, todos os esclarecimentos necessários (Associação dos servidores da Universidade Estadual de Campinas. Aos servidores da Universidade Estadual de Campinas, Comunicado, jun., 1978).

Repara-se que a dissemelhança entre o diagnóstico da fração do MS e o posicionamento político conservador da ASSUC expressava as mudanças na ditadura empresarial-militar brasileira relativas tanto à pauta das condições de trabalho como à questão sindical na vida social brasileira.

Após processos persecutórios e de afastamento das antigas direções críticas, as formas de organização sindical, dos anos finais da década de 1960 a 1977, experienciam uma inflexão: em face do processo de exploração da força de trabalho, a partir da política de arrocho salarial impresso pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, amplia-se o controle da repressão, moldando uma forma sindical baseada na ação exclusivamente assistencial – a categoria passaria “a ser vista não tanto como representada em seus interesses” e necessidades pelo sindicato mas como usuária “dos serviços” (Mattos, 2009, p. 112). Por outro lado, as categorias sociais, tanto da esfera pública como privada, e de diversos setores da produção – de âmbito urbano e rural, das áreas da indústria, passando pela construção civil até a de serviços –, pautando as condições de trabalho equivalentes, arquitetavam mobilizações e greves consubstanciando a resistência democrática contra a ditadura empresarial-militar. Opondo-se à forma sindical em curso, as estratégias de mobilizações lavradas por trabalhadores(as), quer os protestos e paralisações nos locais de trabalho (após registro de entrada, diminuição concertada do ritmo de trabalho ou paralisações de setores específicos), quer, especialmente a partir de 1978, paralisações e greves conjugando interesses de categorias distintas e disputando eleições sindicais⁴³, ampliam a circulação social de ideias democratizantes na sociedade brasileira.

É nesse contexto de ascensão de mobilizações e de oposição sindical que a fração crítica do MS da universidade, conectado à ADUNICAMP e apoiado pelo DCE Livre, efetivam a greve na UNICAMP de 17 de abril a 16 de maio de 1979. Unificado ao movimento de greve do funcionalismo público do estado de São Paulo, envolvendo também a greve de

⁴³ A respeito, ver o excelente documentário *Braços Cruzados, Máquinas Paradas* de Roberto Gervitz e Sérgio Toledo (1979). Sobre a formação da classe trabalhadora sob a ditadura empresarial-militar com sua eletiva relação com órgãos internacionais, ver a ampla pesquisa de Bordignon (2021).

docentes e servidores(as) da USP, UNESP, Educação Básica e das Secretarias da Agricultura, Saúde e Fazenda da região metropolitana de Campinas, cuja pauta era o reajuste salarial de 70% mais o abono de dois mil cruzeiros, o MS da UNICAMP identificava que a proposta de reajuste da remuneração promulgado pelo governo estadual Paulo Salim Maluf: I) Abstraía a questão das condições concretas de trabalho da categoria. Havia um descompasso entre os critérios do valor de reajuste vigente e as mudanças na universidade e na vida social brasileira. Ainda, a aplicação direta da legislação estadual subtraía a ampliação da diversificação das funções ocorrida na instituição – considerando-se os três *campi* (Campinas, Limeira e Piracicaba), totalizava-se o contingente de três mil servidores(as); e II) Não patenteava verossimilhança entre os recursos estaduais destinados à remuneração e o valor proposto – uma vez que os valores apontados na pauta reivindicada pela categoria estavam compatíveis, de maneira razoável, às exigências e critérios do orçamento publicizado. O MS da universidade também apontava que a ASSUC precisava se manifestar sobre a mobilização tornando espessa e legítima a greve e, ao mesmo tempo, mediando a representação da categoria na instituição seja encaminhando resoluções deliberadas pelo MS à reitoria, seja esclarecendo a necessidade da pauta à comunidade universitária.

Com exceção dos segmentos ligados à administração, ao restaurante do *campus* de Campinas, além dos servidores(as) do *campus* de Piracicaba, a adesão à greve é expressiva – são “1100 docentes e 2550 servidores(as) mobilizados(as)” (ADUNICAMP, 1991, p. 34). Durante os trinta dias de greve, os comitês nas unidades e o comando de greve da UNICAMP – constituídos por servidores(as) e docentes engajados(as) elegidos(as) em Assembleia, sendo o segundo responsável por conectar as resoluções deliberadas na universidade com comando de greve regional de Campinas –, coordenaram diversas estratégias de mobilização: desde passeatas e publicização de panfletos dentro e fora do *campus*, passando por atividades culturais (palestras, debates e sessões de cinema) até a mobilização para esclarecimento sobre as razões da greve nos setores da universidade que não tinham interrompido as atividades laborais ou aderido parcialmente ao movimento (Lopes, 2016).

E com a perspectiva de apresentar esclarecimentos sobre o movimento grevista à sociedade brasileira, via Carta Aberta à População, tanto o MS da universidade, ADUNICAMP como as demais categorias do funcionalismo público da região metropolitana de Campinas, examinavam que, nos últimos vinte anos, a sociedade brasileira estava sob as consequências complexas da política de arrocho salarial imposta pelo governo e, reiterando

que a reivindicação pelo reajuste salarial equivalente interessava também a toda a população, asseverava que, somente “quando essa política for definitivamente derrotada” e a pauta tornando-se efetiva, a “vitória” do movimento grevista resultaria em “melhores condições de vida e de trabalho para todos” assim como “melhores serviços de saúde, educação, transporte, limpeza pública e atendimento adequado em todos os níveis” (Folha de S. Paulo, 24 de abr. 1979, p. 16).

Pode-se dizer que o MS, ao problematizar o emprego direto da legislação estadual sobre a remuneração da categoria na universidade, conectando a pauta das condições de trabalho ao ascendente movimento de greve do funcionalismo público do estado de São Paulo, contribuía de modo objetivo à relação entre universidade e sociedade brasileira que estava registrada como finalidade no Estatuto da UNICAMP. Essa unidade, no processo de mobilização da greve de 1979, reconvertia interesses e relações da comunidade universitária da UNICAMP como um todo e precisava ser equacionada pela forma de institucionalização.

Ao passo que o movimento grevista se ampliava, a reitoria, objetivando dissuadir as mobilizações laboradas pelo MS e ADUNICAMP, ventilava comunicados exigindo o retorno imediato “das atividades normais” na vida social da UNICAMP. Assediando a categoria e docentes com processos administrativos referendados pelo Estatuto da universidade, os comunicados enfatizavam a possibilidade “da perda de remuneração pelos dias parados” em razão do “descumprimento de várias disposições legais” (*Ibid.*). E a ASSUC, em descumprimento do estatuto da própria entidade, mas complacente à forma de institucionalização em curso na universidade, mais uma vez, não se manifestava a respeito da representação da categoria, tampouco sobre a efervescente greve na universidade.

A greve do funcionalismo público estadual atingiu ontem em Campinas o seu quinto dia consecutivo, aumentando para 11 mil o número de servidores e servidoras paralisados. [...] Na UNICAMP, 2700 grevistas estão ameaçando destituir a diretoria da ASSUC se a entidade não convocar [...] uma assembleia geral. Segundo servidores/as e associados “a diretoria do órgão está se omitindo na representação dos funcionários no movimento que reivindica 70% de aumento mais 2 mil cruzeiros fixos” (O Estado de São Paulo, 22 de abr. 1979, p. 61).

Desse modo, é possível inferir que as mobilizações do MS, conectadas à ADUNICAMP, apoiada pelo DCE Livre, sem o consentimento da ASSUC e paralelas à forma de institucionalização vigente, apesar do não reajuste salarial conforme pauta reivindicada,

resultaram em conquistas parciais nas condições de trabalho e no processo de institucionalização e democratização da universidade⁴⁴.

Por um lado, a conquista do abono de dois mil cruzeiros e a aprovação de uma Comissão Estadual Especial de Inquérito para apurar a legitimidade do reajuste proposto pelo governo estadual – uma vez que o orçamento destinado ao pagamento do funcionalismo público permitia o reajuste salarial de 60%, além do abono de dois mil cruzeiros – apontava que as mobilizações que envolvessem as categorias da universidade projetavam mudanças no horizonte político da vida social da UNICAMP. Por outro, reconhecendo a direção da ASSUC como alienada da questão das condições de trabalho da categoria, a disputa por essa forma de atuação do MS colocava-se como encaminhamento necessário para alterações concretas na forma de institucionalização vigente e, simultaneamente, para equacionar resoluções efetivas relativas às necessidades dos servidores(as) da universidade.

Legitimado pela experiência e conquistas da greve, o MS da UNICAMP, após vencer a disputa no processo eleitoral para direção da entidade em 30 novembro de 1979 – dos 2.439 associados, 1242 votaram na oposição (Chapa Luta Sindical), 331 na situação (Chapa Democrática) ocorrendo “59 votos brancos e nulos e 807 abstenções” (Lopes, 2016, p. 66) –, assumia a direção da ASSUC em janeiro do ano seguinte. Diferentemente das anteriores, a nova direção da ASSUC, resultante das mobilizações e da comunidade de objetivos do MS da universidade, é constituída por servidores(as) não ligados(as) a cargos de direção da universidade e, também, por docentes conectados à ADUNICAMP⁴⁵.

Em maio do mesmo ano, a entidade, por meio de Assembleia, formando comissões de servidores(as) em todas as unidades, amplia a representação e direito de voz da categoria na

⁴⁴ Segundo estudo a respeito da evolução dos salários de docentes e servidores não docentes de 1970 a 1979 desenvolvido pela ADUNICAMP em 1980, apesar das perdas salariais entre 1970 e 1971 parcialmente recuperadas entre 1973 e 1975, a partir de 1977 ocorreram novas perdas salariais significativas interrompidas apenas em 1978. Como resultado desse processo, os salários em 1979 eram significativamente inferiores aos de 1970. A partir dos dados de custo de vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), perdeu-se entre 14% e 35%, dependendo da referência da categoria; enquanto os dados do governo estadual paulista, sugeriam que os salários ou permaneceram praticamente constantes ou caíram em 17%. Em 1978 alteraram-se as referências por meio da Lei Complementar n. 180, Projeto de Lei Complementar n. 7, de 12 de maio de 1978. Considerando todas essas modificações na escala de vencimentos, a maior parte das referências ou manteve seu salário real constante ou aumento ligeiramente em relação ao ano anterior de acordo com o cálculo da ADUNICAMP. Em 1979 “o movimento reivindicatório dos funcionários públicos conseguiu um aumento de 2 mil cruzeiros para todos os funcionários. Como é óbvio, isto significou aumento maior para todas as referências inferiores” (ADUNICAMP apud A CRISE da USP, 1980, p. 153).

⁴⁵ Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos, no fim dos anos 1970, após concluir a graduação, tornou-se docente do IFCH da UNICAMP, exercendo a função de Secretário Geral da ASSUC. E José Vitório Zago, docente do IMECC e um dos fundadores da ADUNICAMP, participava do Conselho Deliberativo da entidade.

UNICAMP. Em regime de cooperação com a direção da ASSUC, as comissões estavam responsáveis por elencar os problemas específicos sobre as condições de trabalho de cada unidade e encaminhar resoluções possíveis – ou deliberadas a partir do debate entre a própria categoria da unidade ou encaminhadas à entidade para soluções junto ao CD e reitoria. A entidade também retomava como pauta nuclear, para os dois anos de mandato, o reajuste salarial dos servidores(as) da universidade.

Nesta perspectiva, a greve do MS da UNICAMP, coordenada pela ASSUC de 4 a 6 de junho de 1981, é uma resposta tanto ao governo do estado como à forma de institucionalização em curso na universidade. A entidade reivindicava que a reitoria efetivasse a remuneração das diferenças salariais correspondentes ao funcionalismo público estadual e promovesse o enquadramento de todos os funcionários e funcionárias que reclassificou a categoria em 1978.

Com a adesão de mais de três mil servidores(as), no dia 6 de junho de 1981, os(as)

[...] funcionários/as da UNICAMP, que estavam em greve [...], decidiram ontem retornar ao serviço depois que o reitor [Plínio Alves de Moraes] [...] divulgou uma nota comunicando que a principal reivindicação dos servidores e servidoras – enquadramento de todos os funcionários e funcionárias de acordo com as novas referências – será atendida em duas etapas (O Estado de S. Paulo, 6 de jun. 1981, p. 10).

Meses depois da greve, Reginaldo Bispo Pereira, servidor da universidade e 1º Secretário da ASSUC, em entrevista concedida à Revista Movimento Negro Unificado⁴⁶ publicada em agosto de 1981, configurando a questão das condições de trabalho na UNICAMP, contextualizava e justificava as razões da greve de junho daquele ano.

Revista Movimento Negro Unificado

Você pode explicar-nos melhor o que aconteceu com o pagamento do reajuste salarial atrasado desde março. Como foi isto?

Reginaldo Bispo Pereira

Iniciamos a nossa campanha salarial em janeiro, na época reivindicávamos 147,3% um percentual que reporia nossas perdas salariais de março de 1979 a março de 1981. O governo acenou, com índices escalonados de 70 a 120%, com índices maiores para salários menores. Foi um balde de água fria, os funcionários e funcionárias ficaram aguardando o melhor, o que não aconteceu. O projeto de reajuste não saiu em abril, quando a data base é 1º de março. Em maio recebemos os salários reajustados em 70% apenas, e a título de adiantamento, pois segundo a administração da universidade, o pagamento total do reajuste dependia

⁴⁶ Sobre a luta contra a discriminação e pela democratização da sociedade brasileira engendrada pelo Movimento Negro Unificado, ver a pesquisa fundamental de Gonzalez (2020).

primeiramente de um decreto do governador estendendo a lei do reajuste [...], o que ainda não tinha sido elaborado; depois dependia de uma portaria do reitor sobre a contagem do tempo de serviço, para efeito dos cálculos finais do reajuste de cada servidor e servidora (Pereira, 1981, p. 18).

Referente à experiência da greve e conquista do MS e ASSUC, Bispo analisava que

Dezessete dias de preparação e três dias de greve, arrancaram o decreto do governador, a portaria do reitor [Plínio Alves de Moraes], esta última contando inclusive o tempo de serviço em outras unidades públicas. Conseguimos com o que o reitor se comprometesse com todas as nossas reivindicações e com os prazos por nós estabelecidos. O pagamento do reajuste total em um prazo de 30 dias, as demais reivindicações em até 60 dias. Foi um movimento vitorioso que contou com a adesão de todos os funcionários, em uma demonstração que fortaleceu politicamente a entidade dos funcionários, a ASSUC (*Ibid.*, p. 18-19).

Qualifica-se, desse modo, que o processo de mobilização da categoria de servidores(as) não docentes, da fração crítica do MS, da ASSUC com perspectiva política pela pauta das condições de trabalho equivalentes às necessidades da categoria de servidores redefinia a vida social na UNICAMP em fins dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980. Partindo de uma forma de institucionalização alienada, de um Estatuto descolado das necessidades e interesses do MS e da comunidade universitária, a reivindicação salarial conjugada ao direito de formas de organização crítica da categoria colocava em questão o processo de democratização da UNICAMP e da sociedade brasileira comandada pelo capital.

As conquistas sociais da greve pelo reajuste salarial em junho de 1981 ainda conferem legitimidade à entidade como representativa da categoria. E, em Assembleia no dia 13 de agosto do mesmo ano, opera-se não só a revisão do estatuto da entidade como também, objetivando dar forma sindical à perspectiva política da ASSUC, elege-se delegados(as) para I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).

Reunindo 5036 delegados(as), representando 1091 entidades de tipo sindical na cidade de Santos, litoral do estado de São Paulo, a I CONCLAT validava, com base consensual ampla entre os(as) delegados(as), a proposta de criação de uma entidade de abrangência nacional que centralizasse e coordenasse as formas de organização da categoria, a Central Única dos(as) Trabalhadores(as). Além de serem favoráveis à proposta de uma entidade nacional, os(as) representantes da ASSUC, na conferência em questão, também consubstanciaram a aprovação de um calendário de mobilizações políticas pautando condições de trabalho efetivas nos locais de trabalho durante o segundo semestre de 1981.

A conjugação de formas de organização da categoria concatenada à efervescente luta pela democratização da sociedade brasileira era estratégia política medular da ASSUC para efetivar a democratização do processo de institucionalização da UNICAMP. Medidas sociais consensuais, um estatuto jurídico da vida social, representação própria e equivalente às demandas da categoria nas instâncias deliberativas da universidade estavam condicionadas por mudanças no controle dos processos decisórios tanto da UNICAMP como do horizonte político e social da sociedade brasileira.

É possível dizer, portanto, que a carência de formas de organização da categoria de servidores(as) não docentes e de estatuto jurídico conexos à luta pela democratização da vida social brasileira, pautados pelo MS e ASSUC, facultou um processo de institucionalização que redundaria em uma crise da institucionalização da UNICAMP em outubro de 1981? E de que modo se expressaram as formas de resistência democrática e quais foram as respostas da comunidade universitária em face dessa crise da institucionalização?

3 CRISE DA FORMA E DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Objetiva-se analisar, neste capítulo, a crise da forma e do processo de institucionalização da UNICAMP e seus desdobramentos, qualificando a intervenção lavrada pelo governo do estado de São Paulo para controlar o processo de institucionalização e a luta pela democratização da universidade engendrada pelas formas de organização da comunidade universitária. O capítulo está organizado em duas partes: a primeira está reservada à análise da crise da institucionalização que ocorreu de outubro de 1981 a abril de 1982; já na segunda, examina-se a proposta preliminar de institucionalização coordenada pela Assessoria de Desenvolvimento Universitário (ADU), referendada por parte da ADUNICAMP, CD e reitoria de 1982 a 1984.

3.1 A crise da forma de institucionalização e o processo de resistência democrática da comunidade universitária contra a intervenção do governo do estado de São Paulo em 1981

No presente, a luta pela democratização tem enfatizado o combate à administração burocrática pelo reforço da representação e da participação nos parlamentos universitários e pela eleição direta dos dirigentes [...] de modo a transformar os estatutos universitários [...].

[...]

O que se esboça nessas primeiras tentativas é a luta pela gestão da universidade por ela mesma e, portanto, um primeiro aprendizado de autonomia (Chauí, 1981, p. 7).

A UNICAMP está tentando eliminar as interferências autocráticas [...] que foram injetadas na instituição ao mesmo tempo em que responde às modificações que estão ocorrendo na sociedade (Fernandes, 1981 apud Dias, 1982, p. 152).

A questão da democratização do processo de institucionalização da UNICAMP está correlacionada às formas de mobilizações políticas laboradas pela comunidade universitária nos limites da democratização da vida social da universidade e da sociedade brasileira.

De 2 de junho de 1981 a 27 de abril de 1982, período que se dá a crise da institucionalização da universidade, o MD, ME, MS, suas respectivas entidades, ADUNICAMP, DCE, ASSUC e a comunidade universitária da UNICAMP, sintonizada às pautas da pujante luta pela democratização da sociedade brasileira, efetivaram conquistas

sociais para o processo de institucionalização da universidade. No reverso da forma de institucionalização inscrita pelo Estatuto da universidade (São Paulo, 1969, 1977), é possível consubstanciar as mobilizações da comunidade universitária que convergiram em conquistas pró-institucionalização em dois momentos: I) a suspensão da consolidação da institucionalização baseada no Estatuto e a abertura do processo de consulta à comunidade universitária para escolha da lista sêxtupla de reitoráveis para o período de 1982 a 1986 (a interrupção de concursos para professores titulares, a aprovação e debate sobre o processo de consulta ampla a toda comunidade para a formação da lista sêxtupla de reitoráveis coordenado pelas entidades da universidade de junho a outubro de 1981); e II) as formas de resistência democrática contra o processo de intervenção comandado pelo governo estadual paulista Paulo Salim Maluf, CEE, reitoria e parte do CD da UNICAMP (a alteração na composição do CD promulgada pelo governo do estado de São Paulo, a destituição de 8 docentes diretores(as) de faculdades/institutos e as exonerações de 14 servidores(as) protocoladas pelo reitor são problematizadas pela comunidade universitária da UNICAMP via formas de mobilização política de outubro de 1981 a abril de 1982).

A interpretação da institucionalização da universidade desenvolvida nas mobilizações políticas da comunidade universitária identificava: a exigência de romper com a forma de institucionalização inscrita pelo CD, reitoria, CEE e governo do estado de São Paulo; e, por outro lado, a democratização da vida social da UNICAMP, conectada à luta pela democratização da sociedade brasileira, precisava determinar a reelaboração de medidas sociais, da formalização de um estatuto jurídico que, coadunando resoluções às questões concretas conexas às três categorias sociais, suscitasse a democratização dos processos decisórios da universidade.

José Benedito Schneider, docente do IMECC e dirigente da ADUNICAMP durante os anos 1980, Daniel Garcia Teijeiro, estudante graduando em Engenharia Elétrica ligado à diretoria do DCE da UNICAMP nos anos 1980, Cândida Maria Teixeira e Wilson Hiroyuki Kawai, servidores não docentes da diretoria da ASSUC no início da década de 1980, em entrevistas concedidas à edição comemorativa da ADUNICAMP, ao documentário produzido pelo servidor Roberto Roldan (2014) sobre o período de intervenção e a pesquisa sobre a história dos servidores não docentes da universidade⁴⁷, justificam a necessidade da resistência

⁴⁷ Sobre a entrevista em formato de depoimento de Edmundo Fernandes Dias, ver ADUNICAMP (1991). As entrevistas de Daniel Garcia Teijeiro e Wilson Hiroyuki Kawai foram concedidas ao documentário *Unicamp*

democrática efetivada pela comunidade universitária contra a interferência direta tanto do governo do estado de São Paulo como de parcela do CD e da reitoria na vida social da UNICAMP.

O processo que está acontecendo na UNICAMP [...] caracteriza-se por um movimento que vem de baixo para cima: é a chamada pressão democratizante que está, paulatinamente, sendo conhecida em várias universidades brasileiras (Cardoso, [José Benedito Schneider, Entrevista,], 1981, p. 30).

[...] um debate no Ciclo Básico [parte central do campus de Campinas da UNICAMP] com vários dos candidatos [reitoráveis] [...]. Era uma discussão muito profunda sobre a questão da educação e o papel da universidade. Mas nunca houve, não lembro de existir um debate tão profundo como aquele dia do Ciclo Básico e outros debates que aconteceram também. [...] E o nosso papel [discentes da diretoria do DCE] foi de organizar e chamar os estudantes para ir lá (Garcia Teijeiro apud Roldan, 2014).

O que foi importante para gente: em um dia de chuva [19 de outubro de 1981, primeiro dia útil depois de consolidada a intervenção tanto do governo do estado de São Paulo como de parte do CD e reitoria da UNICAMP], a gente colocou mais de três mil pessoas no “Bandeirão”, atual Restaurante Universitário [II]. Foi a assembleia de maior número. Acho que aquilo deu peso e visibilidade de que o movimento [de resistência democrática da comunidade universitária] não iria arrear pé. Penso que aquela assembleia deu o tom da resistência [democrática contra a intervenção] (Kawai apud Roldan, 2014).

Em termos de resposta popular, o que a UNICAMP provocou na intervenção [...]: um ato político em defesa da UNICAMP reunir três mil pessoas no Largo do Rosário [região central do município de Campinas [...]. Na semana da intervenção teve ato ecumênico na catedral [Catedral Metropolitana de Campinas, principal Igreja Católica da região central de Campinas], outro ato na prefeitura [Prefeitura Municipal de Campinas] e todo mundo se distribuía, todo mundo tinha que dar uma passadinha em todo lugar. [...] eu não vi aqui em Campinas um movimento com tanta adesão popular (Lopes [Entrevista. Candida Maria Teixeira], 2016, p. 130-131).

Simultaneamente à intensificação da luta pela democratização na sociedade brasileira, os relatos supracitados do docente, discente e servidores não docentes, da comunidade universitária da UNICAMP também contextualizam que o processo de resistência contra a ditadura empresarial-militar, contra a intervenção direta do governo estadual paulista, CEE, parte do CD e reitoria estava relacionada às formas de mobilização política conjugadas – quer pautas nucleares consensuais da comunidade universitária, quer a conexão dessas pautas com a conjuntura política corrente. Sem menosprezar os limites das formas políticas em curso nos

Intervenção produzido por Roberto Roldan em 2014. Já a respeito da entrevista de Cândida Maria Teixeira, ver Lopes (2016).

anos iniciais da década de 1980, a crítica do controle da institucionalização, por meio da necessidade do processo de escolha de reitoráveis, afinada à democratização da vida social brasileira, possibilitou à comunidade universitária colocar a luta acerca dos interesses e relações de classes sociais em apreço.

Conjugando-se ao adensamento na luta pela democratização arquitetada pelas camadas sociais populares, associações, sindicatos e movimentos sociais da sociedade brasileira de meados dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980, a comunidade universitária, pautando a democratização dos processos decisórios da UNICAMP, respondia à questão da forma de institucionalização limitada assumida por parte do CD, reitoria, como também, resguardada pelo CEE, governo do estado de São Paulo e ditadura empresarial-militar.

A greve de estudantes no primeiro semestre de 1974, a greve unificada de docentes e servidores(as) não docentes em 1979, assim como a formação da ADUNICAMP, DCE e a transformação da ASSUC em entidade crítica na UNICAMP também eram expressão da ascensão das greves de trabalhadores(as) urbano-industriais da região do ABCD paulista, dos petroleiros em Paulínia/SP, dos(as) trabalhadores(as) do setor sucroalcooleiro no estado de Pernambuco, da construção civil em Minas Gerais, das organizações populares reivindicando pautas feministas, antirracistas, antissexistas, ambientalistas, por moradia, revoltas contra hierarquias burocráticas e a conquista, mesmo com ressalvas, da Lei da Anistia em 1979⁴⁸.

O processo de renovação de representantes docentes no CD iniciado em 1978 é resultado dessas mobilizações políticas na UNICAMP. À revelia do que prescrevia o Estatuto, de 1978 a 1980, nas Faculdade de Educação (FE), Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC) e nos Instituto de Artes (IA), Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), IFCH, IFGW, Instituto de Química (IQ) e Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (IMECC) coordenou-se a formação de listas tríplexes para escolha de diretores(as) junto às categorias sociais das unidades. Ainda que em formatos paritários distintos de escolha, os sete docentes, Aécio Pereira Chagas (diretor do IQ), André Maria Pompeu Villalobos (diretor do IFCH), Carlos Alfredo Arguello (diretor do IFGW), Carlos Franchi (diretor do IEL), Eduardo Oscar de Campos Chaves (diretor da FE), Maurício Prates de Campos Filho (diretor da FEC), Yaro Burian Júnior (diretor interino do IA), e uma docente, Ayda Ignez Arruda (diretora do

⁴⁸ Sobre o adensamento das mobilizações políticas, protestos, paralisações, greves na luta pela democratização da sociedade brasileira, ver Alves (2005). Já a respeito dos limites da Lei da Anistia, Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências, ver Mezarobba (2003; 2004).

IMECC), eleitos nas unidades em questão, encaminhavam as necessidades da comunidade universitária no CD.

Legitimados socialmente pela comunidade universitária, os diretores e diretora junto ao CD, e na ausência justificada do reitor, encaminham, na reunião do dia 2 de junho de 1981, a aprovação da suspensão da abertura de concursos para professores(as) titulares já que a consagração dos concursos transferia o controle da forma de institucionalização a um número reduzido de unidades da UNICAMP. A proposta protocolada sinalizava que os concursos estariam interrompidos até que o CD reunisse “subsídios para debater e decidir, de comum acordo com a comunidade universitária, sobre os termos que” necessitava “se dar a institucionalização da universidade” (UNICAMP. CD. Ata de 02 de jun. 1981, p. 203)⁴⁹. Hipotecava-se, assim, a transformação do CD em CONSU, a consolidação da forma de institucionalização limitada, e, inversamente, intensificava-se a democratização dos processos decisórios da UNICAMP e a formalização de um processo de institucionalização equivalente às necessidades da comunidade universitária.

Já em 16 de junho do mesmo ano, o CD, fundamentado na formação das listas tríplices para diretores(as) de Institutos e Faculdades laboradas pela comunidade universitária da UNICAMP, aprova eleições para reitoria de 1982 a 1986, no formato de consulta, para a formação da lista sêxtupla a ser destinada ao governo do estado de São Paulo. Encaminhada ao CD por Rubem Azevedo Alves, mais conhecido por Rubem Alves, docente da FE e representante dos professores titulares, a proposta da lista sêxtupla foi aprovada por dezessete votos favoráveis, três contrários, do reitor Plínio Alves de Moraes, do representante do governo do estado de São Paulo Maurides Ribeiro, dos docentes Ferdinando de Oliveira Figueiredo (coordenador geral dos institutos), Morency Arouca (diretor da FEL), e duas abstenções, de Paulo Gomes Romeo (coordenador geral da universidade) e do docente Walter Augusto Hadler (diretor do IB).

O CD [...] resolve: 1. Consultar a comunidade docente, discente e de funcionários da UNICAMP sobre a lista sêxtupla para reitor; 2. Que essa consulta seja feita através das três entidades representativas da comunidade a saber: ADUNICAMP, DCE e ASSUC; 3. Que se oficie a estas três entidades para que respondam, no prazo de

⁴⁹ A proposta pela suspensão dos concursos foi aprovada, contra três votos: dos docentes Ferdinando de Oliveira Figueiredo (coordenador geral dos institutos), Morency Arouca (diretor da FEL) e Jorge Leme Júnior (diretor da Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola); e abstiveram-se de votar o representante das faculdades sediadas fora de Campinas Tioeturo Yagui e a representante do governo do estado de São Paulo Enéa Caldato Raphaelli.

quinze dias, se aceitam a incumbência da consulta; 4. Que estas três entidades, tragam ao CD os resultados da consulta até 31 de outubro de 1981 (UNICAMP. CD. Ata de 16 de jun. 1981, p. 248).

Sem despojar a necessidade de uma representação própria da categoria de servidores(as) não docentes no CD, também na reunião em questão, encaminhou-se o estudo da proposta para ampliação da representação discente para 1/5 (um quinto) no CD – passava-se, assim, de 2 para 7 estudantes representantes. ADUNICAMP, DCE e ASSUC objetivavam tornar a esfera deliberativa máxima da universidade amplamente representativa dos interesses e relações das categorias da UNICAMP.

Qualificando os encaminhamentos da reunião do CD de 16 de junho como fundamentais à democratização da universidade, a ADUNICAMP esclarecia que

A reunião do CD do dia 16 de junho último pode entrar para a história da UNICAMP. Com mais de três horas de duração, decisões fundamentais para a consolidação democrática da universidade foram tomadas [...].

O processo de democratização da UNICAMP parece irreversível com a recente decisão do CD de promover consulta ampla a toda a comunidade universitária para a escolha da lista sêxtupla, da qual sairá o reitor que sucederá o professor Plínio Alves de Moraes. Esta consulta de acordo com a decisão do CD será feita através das três entidades representativas, ADUNICAMP, DCE e ASSUC que receberam um ofício da reitoria, perguntando-as se aceitariam a incumbência. No dia 29 último, as duas entidades [ADUNICAMP e DCE] manifestaram a aceitação de incumbência do CD. Dessa forma, o início do segundo semestre na UNICAMP deverá movimentar toda a comunidade de funcionários, estudantes e professores que promoverão debates sobre a sucessão do reitor. As decisões do CD abriram definitivamente as portas da universidade para uma democracia ampla (ADUNICAMP, 1981).

E ainda que a questão da lista sêxtupla para reitoráveis da próxima gestão da universidade não fosse a pauta central para DCE e ASSUC no primeiro semestre de 1981, a adesão dessas entidades ao processo de consulta às bases, e demais atividades confluentes, intensificou a democratização da instância deliberativa máxima da UNICAMP. Tanto a aprovação de um estatuto próprio e a formalização do reconhecimento institucional da entidade na UNICAMP demandados pelo DCE como o debate sobre as condições de trabalho equivalentes às necessidades da categoria de servidores(as) não docentes (reclassificação salarial) somente transformavam-se em pautas efetivas se estivessem relacionadas à ampliação da representação dessas categorias nas esferas decisórias da universidade. As reuniões do CD, anteriormente restritas às representações, convertiam-se em abertas às categorias interessadas, assim como a participação nos debates no processo de consulta de reitoráveis explicitava a possibilidade de a comunidade universitária interferir na vida social

da universidade por meio dessas esferas. Consensualizava-se, desse modo, que conjugando as pautas das três categorias na questão da escolha da próxima reitoria, mesmo que em formato de consulta, se colocava em disputa o controle da institucionalização da UNICAMP.

Formalizando nas relações jurídicas da universidade o processo de consulta de base consensual ampla na escolha de dirigentes universitários, na reunião do CD em 15 de setembro de 1981, a comunidade universitária conquista a aprovação de uma resolução chave à democratização dos processos decisórios da UNICAMP. Encaminhada pelos docentes Aécio Pereira Chagas (diretor do IQ), André Maria Pompeu Villalobos (diretor do IFCH), Antonio Fernando dos Santos Penna (do IFGW), Ayda Ignez Arruda (diretora do IMECC), Carlos Alfredo Arguello (diretor do IFGW), Eduardo Oscar de Campos Chaves (diretor da FE), Elza Cotrim Soares (representante dos professores-assistentes e assistentes doutores), Hélio Waldman (presidente da comissão de cursos), Hermando de Medeiros Tavares (representante dos professores das faculdades sediadas em Campinas), Jesus Antonio Durigan (diretor associado do IEL), Jorge Lobo Miglioli (representante dos professores dos institutos), Maurício Prates de Campos Filho (diretor da FEC), Rubem Azevedo Alves (representante dos professores titulares) e pelos discentes Cláudio de Oliveira Pinto (graduando de Estatística ligado ao DCE e representante discente substituindo José Antonio Brum) e Sandra Aparecida Riscal (graduanda de Pedagogia também do DCE e representante discente), a resolução, sem descartar as disposições jurídicas previstas no estatuto a respeito das deliberações específicas dos órgãos colegiados e do CD, determinava que

O CD da UNICAMP, reunido nesta data, e julgando ser oportuno estabelecer algumas diretrizes saneadoras para a condução [...] da universidade no atual estágio de sua institucionalização, resolve:

Artigo 1º – o processo de escolha de todos os dirigentes universitários deve iniciar-se com uma consulta à comunidade envolvida, incluindo-se professores, alunos e funcionários (UNICAMP. CD. Ata de 15 de set. 1981, p. 469)⁵⁰.

Reconhece-se que a medida proposta concatenava a UNICAMP com o horizonte político da democratização não só da ES como também da sociedade brasileira. Por um lado, não desconsiderando a jurisdição da forma de institucionalização vigente, validava-se o lastro

⁵⁰ A resolução que viabilizava o formato de consulta à comunidade no processo de escolha de dirigentes universitários foi aprovada, com três votos contrários dos representantes do governo do estado de São Paulo: Maurides Ribeiro, Paulino da Costa Eduardo e Enéa Caldato Raphaelli; e duas abstenções dos docentes Paulo Gomes Romeu (coordenador geral da universidade) e Ferdinando de Oliveira Figueiredo (coordenador geral dos institutos).

da comunidade universitária nas propostas e encaminhamentos delegados tanto pelo CD e pela reitoria como por todas as instâncias deliberativas da universidade. Por outro, conectada com as mobilizações políticas pautadas pelas entidades da UNICAMP, a resolução tinha a capacidade de metamorfosear a comunidade universitária em sujeito do roteiro dos processos decisórios da universidade.

Produzia-se, também, precedentes para que outros institutos de ensino superior e universidades controlassem, mesmo que de modo relativo, o processo de escolha de dirigentes universitários. Inspirada no processo de consulta de reitoráveis conquistado pela comunidade universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1980, a resolução em apreço colocava a UNICAMP em primeiro plano no debate a respeito da autonomia universitária: tornando-se a primeira universidade pública cuja escolha para a função da reitoria era precedida pela consulta à comunidade universitária. A UNICAMP, assim, convertia-se, juridicamente, também em uma das medidas da luta pela democratização da ES brasileira.

Dezessete candidatos que cobriam um amplo espectro político na UNICAMP se apresentaram, no dia 16 de setembro, para o processo de escolha da lista sêxtupla⁵¹. Diversas perspectivas políticas sobre a ES estavam representadas – das conservadoras às de horizonte de mudança social, todas conferiam legitimidade ao processo. Programadas para os dias 17, 23 e 29 do mesmo mês, as “assembleias reuniram mais de mil e quinhentas pessoas para ouvir e debater com os candidatos seus programas e/ou ideias” (Dias, 1982, p. 139).

Quinze reitoráveis, todos eles liberais, democratas e progressistas. Essa era a impressão que se tinha ontem à tarde, no debate promovido pelo DCE e ADUNICAMP, no processo de escolha do novo reitor da universidade [para o período de 1982 a 1986]. Todos os debatedores se manifestavam [...] a favor da democracia interna, a favor de um relacionamento universidade-comunidade.
[...]

Mais de mil pessoas, entre estudantes, docentes e funcionários/as [...] estiveram no debate de ontem, o primeiro de uma série. Dos dezessete reitoráveis inscritos como candidatos para a lista sêxtupla a ser votada pela comunidade, não compareceram: Paulo Freire, por já ter assumido há tempo um compromisso; Atílio Giarola, que está

⁵¹ Os dezessete candidatos reitoráveis inscritos eram: Antonio Carlos Neder (diretor da FOP), Antonio Muniz de Rezende (docente da FE), Atílio José Giarola (docente da FEC), Carlos Arguello (diretor do IFGW), Carlos Franchi (diretor do IEL), Eduardo Chaves (diretor da FE), Hélio Drago Romano (docente da FEC), Hermano de Medeiros Ferreira Tavares (da FEC), Jorge Miglioli (docente do IFCH), José Aristodemo Pinotti (docente da FCM), José Ellis Ripper Filho (docente do IFGW), Maurício Prates (diretor da FEC), Morency Arouca (diretor da FEL), Paulo Freire (docente da FE), Rogério Cerqueira Leite (docente do IFGW), Roberto Moretti (docente da Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola) e Yaro Burian Júnior (diretor interino do IA).

na Europa; Carlos Franchi, que está nos Estados Unidos; Antonio Carlos Neder e Roberto Moretti, que não apresentaram justificativas.

Tanto DCE como a ADUNICAMP consideraram uma grande vitória a realização do primeiro debate. Apesar de o CD não ter se comprometido, quanto à homologação da lista que será votada pela comunidade, quinze reitoráveis compareceram. No mínimo, um reconhecimento da importância do processo de consulta às bases organizado pelas duas entidades representativas, a partir da solicitação do CD. A ASSUC não aceitou a incumbência de consultar os funcionários por discordar da elaboração de uma lista sêxtupla a ser enviada ao governador, conforme legislação vigente (UNICAMP. SIARQ, 18 de set. 1981).

Enquanto o processo de consulta para reitoráveis engendrado pela comunidade universitária da UNICAMP tomava forma tangível, o Parecer do CEE, redigido por Armando Otávio Ramos em 7 de outubro e aprovado no dia 14 do mesmo mês, almejava interromper o processo de consulta por conta de suposta suspeição jurídica e legislativa sobre a medida aprovada. Em resposta ao pedido de consulta, referente à legalidade da resolução, enviado em 16 de setembro, de modo sorrateiro, pelo reitor Plínio Alves de Moraes – cujo voto foi favorável à aprovação desde que em formato de “recomendação” (UNICAMP. CD. Ata de 15 de set. 1981, p. 485) –, Ramos, qualificando a medida como ilegal, afirmava que remeter

[...] a escolha dos dirigentes a ampla consulta da comunidade equivale a negar a própria representatividade dos órgãos colegiados (congregações e CONSU) estabelecidas pelo Estatuto e Regimento Geral, isto é, a legislação fundamental da universidade, cujo cumprimento cabe ao CEE, expressamente, defender (Conselho Estadual de Educação, 1981, p. 7).

Negando os princípios fundamentais sobre a representatividade política, era o Parecer de Ramos que estava dissonante com a legislação constitucional, a Lei n. 5540 e demais dispositivos jurídicos confluentes à ES brasileira, pois remeter a escolha de dirigentes à ampla consulta da comunidade universitária equivalia à consubstanciação social da própria representatividade nos órgãos colegiados da UNICAMP. Todo o processo de democratização das instâncias deliberativas, assim como a medida aprovada pela esfera deliberativa máxima da universidade não fugiam às relações jurídicas e legislativas e estavam consonantes com a legitimidade social certificada pela participação de docentes, discentes e servidores(as) não docentes nos debates para reitoráveis. A legalidade era assegurada, assim, porque o processo de escolha era em formato de consulta; efetivada a consulta à comunidade universitária, continuava com o CD e reitoria a deliberação de definir a lista sêxtupla de reitoráveis a ser encaminhada ao governo do estado de São Paulo.

Contudo, mesmo com o processo de consulta previsto para os dias 20, 21 e 22 de outubro de 1981, no dia 10 de outubro daquele ano, publicava-se, no Diário Oficial de São Paulo, a substituição de seis representantes do governo do estado no CD, nomeando-se os seguintes novos integrantes: Armando Otávio Ramos (redator do Parecer do CEE contra o processo de democratização da universidade, integrante do CEE e reitor da UNESP), Erwin Theodor Rosenthal (diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP), Euripedes Malavolta (integrante do CEE), Luiz Ferreira Martins (secretário de educação de São Paulo de 1979 a 1982), Maria de Lourdes Marioto Hidar (também integrante da secretaria de educação, do CEE e professora recém aposentada da Faculdade de Educação da USP) e Moacyr Expedito Maret Vaz Guimarães (presidente do CEE e assessor da secretaria de educação). Conforme o mesmo decreto, os novos conselheiros substituíam os seguintes representantes “exonerados a pedido” (São Paulo, 1981, p. 1): Enéa Caldato Raphaelli, Fausto Coral, Heitor Gurlino de Souza, Joaquim de Paula Barreto Fonseca, Maurides Ribeiro e Paulino da Costa Eduardo.

Luiz Ferreira Martins, em entrevista para o documentário *UNICAMP Intervenção*, produzido pelo servidor não docente Roberto Roldan em 2014, justificando as razões das mudanças na constituição do CD da UNICAMP, argumentava que

[...] o governo [do estado de São Paulo] estava preocupado com aquele tipo de movimentação [política que perspectivava a democratização] dentro da universidade [UNICAMP] que não se coadunavam, digamos assim, com a sistematização que havia até então. E o CD [...] aceitava essa filosofia e não se teria [...] possibilidade de um controle [da UNICAMP por parte do governo] (Martins apud Roldan, 2014).

Cientes da possibilidade de interferência efetiva nos processos decisórios da UNICAMP, os integrantes da secretaria de educação do estado de São Paulo e do CEE anunciavam sua estratégia para determinar os rumos da forma de institucionalização da universidade.

[...] colocar o próprio secretário e mais cinco membros do CEE para estar presentes no CD da UNICAMP. Logo seriam partes de um processo do qual seriam juízes, pois qualquer decisão do CD teria que ser apreciada pelo CEE. [Luiz] Ferreira Martins [, desse modo,] seria duplamente juiz de si mesmo, já que o CEE lhe é subordinado. E esse ato de flagrante ilegalidade era determinado para... cumprir a lei (Dias, 1982, p. 140).

Uma semana depois da substituição arbitrária perspectivando ampliar o controle do estado sobre as deliberações do CD, em 17 de outubro de 1981, por meio de uma Portaria, desconcertada e desordenada, protocolada pela reitoria da UNICAMP no dia anterior, publicava-se, no Diário Oficial de São Paulo, a demissão por “justa causa” (São Paulo, 1981b, p. 42) de 13 servidores não docentes e de um docente do IFCH: Alaíde Pedro Franco Corrêa, Cândida Maria Teixeira, Clóvis Antônio Garcia, Dênio Rebello Arantes, Elói José da Silva Lima, Iraldo Rodrigues Justino, Jair de Seta, José Walter Martinez, Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos, Ozair Crispin da Silva, Reginaldo Bispo Pereira e Wilson Hiroyuki Kawai eram integrantes da diretoria da ASSUC; já Ergio Antonio Moscatini Schetini não estava relacionado oficialmente a diretoria da entidade e Waldemar Pantarotti Filho cuja relação com a ASSUC era de ser irmão de um ex-servidor ligado à entidade. Também, via mesma Portaria e sem qualquer justificativa específica, destituía-se da função de diretor os docentes Aécio Pereira Chagas (do IQ), André Maria Pompeu Villalobos (do IFCH), Ayda Ignez Arruda (diretora do IMECC), Carlos Alfredo Arguello (do IFGW), Carlos Franchi (do IEL), Eduardo Oscar de Campos Chaves (da FE), Maurício Prates de Campos Filho (da FEC) e Yaro Burian Júnior (do IA) e nomeava-se os docentes Antônio Soares Amora (para direção do IEL), Eduardo Corona (direção da FEC), Eduardo Daruge (direção da FE), Frederico Pimentel Gomes (direção do IMECC), Geraldo Claret de Mello Ayres (direção do IQ), Paulo de Toledo Artigas (direção do IFCH) e Shigeo Watanabe (direção do IFGW).

Sendo uma Portaria arbitrária legislativamente, fundamentada no Parecer juridicamente inconsistente do CEE, servidores(as), críticos sobre a falta de condições de trabalho necessárias na universidade, exerciam sua função de modo rigoroso à legislação trabalhista; e a qualificação de justa causa exigia, como sujeitos jurídicos, amplo direito de defesa dos trabalhadores anteriormente a sua determinação. Além disso, uma vez que cinco dos docentes destituídos concorriam no processo de escolha via consulta para reitoráveis, a comunidade universitária interpretou que se efetivava também a consolidação de uma interferência direta na vida social da UNICAMP por parte do CD e da reitoria. Explicitava-se, assim, a consolidação de uma intervenção interna e externa cuja perspectiva era hipotecar o processo de democratização da institucionalização da universidade. Inspirado e estabelecendo um paralelo com a obra *Aventuras de Alice no país das maravilhas*, do romancista inglês Lewis Carroll, publicada em 1865, Rubem Alves, com um senso de humor e fina ironia,

resumia o arbítrio e a excepcionalidade da intervenção que se processou na universidade na seguinte narrativa.

Vivendo, de olhos abertos, os últimos acontecimentos na UNICAMP, meu pensamento voou para o mundo de Alice, em busca de um pouco de bom senso, já que a realidade ultrapassa, de muito, as mais alucinadas invenções da imaginação. Lembrei-me de um famoso julgamento em que a Rainha [de Copas] berrava: “A sentença primeiro, o julgamento depois!” [...]. Foi assim, de fato, que aconteceu na UNICAMP.

As cabeças de oito diretores ou, mais precisamente, as cabeças de seis Institutos e duas Faculdades, rolaram por terra, antes que os interrogatórios se iniciassem e antes que qualquer crime tivesse sido cometido. Mas o pior foi o que se seguiu. A Rainha berrou que as cabeças tinham sido cortadas para se restaurar a ordem.

[...]

Alice não se dá por convencida. Volta ao ataque.

“Mas, Majestade, com essa nova ordem o mundo se acaba. Tudo o que o CD fez no passado, de repente, fica nulo. Claro. Professores titulares, só por concurso. O CD depende e dependeu de professores titulares, como diretores. Eles não eram concursados. Logo, o CD nunca existiu, legalmente. E se ele nunca existiu, os atos que dele surgiram não tem, igualmente, existência legal. Nulo são todos os atos do CD, no passado. [...] Nulos são todos os concursos para professor titular, já realizados, pois foram abertos, presididos e aprovados por um CD ilegalmente constituído. Nulos são todos os convênios, já celebrados. Nulos são os programas e títulos de pós-graduação...”

“– Cortem-lhe a cabeça, cortem-lhe a cabeça...”

Mas há algo mais sinistro escondido. Parece que a Rainha descobriu um crime. [...] O CD tentou subverter a ordem. Ele alterou o processo da escolha do reitor. Tudo mundo sabe que o reitor é escolhido por meio de uma lista sêxtupla, votada pelo CD. Mas este último pôs as coisas de cabeça para baixo.

[...]

E foi isso que se espalhou pelos jornais. A consulta à comunidade é ilegal... E aí, os corpos decapitados dizem, meio sem jeito, por não estarem acostumados a falar sem cabeça, que não foi isso que foi dito. E citam o texto da sua decisão:

“O processo de escolha de todos os dirigentes universitários deve iniciar-se com uma consulta à comunidade envolvida, incluindo-se professores, alunos e funcionários” (Alves, 1981, p. 3).

Em razão desse processo de intervenção, ADUNICAMP, DCE e ASSUC convocam uma Assembleia no dia 19 de outubro. Reunindo mais de quatro mil pessoas, entre docentes, discentes e servidores(as) não docentes no Restaurante Universitário II, a comunidade universitária delibera estado de “mobilização permanente” (Folha de S. Paulo, 20 de out. 1981, p. 14), iniciando o processo de resistência democrática contra a interferência tanto do governo do estado de São Paulo como parcela do CD e reitoria da UNICAMP.

Na medida que efetivar continuidade ao processo de consulta para formação da lista sêxtupla de reitoráveis se estabelecia como fundamento para suprassumir uma forma de institucionalização dissociada das necessidades da comunidade universitária da UNICAMP, as formas de resistência – pautando tanto a reintegração dos docentes na direção das unidades, a

readmissão dos servidores da ASSUC como as manifestações avessas à posse dos novos diretores interventores – assumiam a função de estratégia política medular. Coordenado pela ADUNICAMP, DCE e ASSUC e com amplo apoio de diversas associações, entidades, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais populares nacionais e internacionais⁵², o estado de mobilização permanente foi uma resposta de perspectiva democratizante produzida pela comunidade universitária da UNICAMP de fins de 1981 aos meses iniciais de 1982.

Descartando as estratégias em formato de paralisações ou greves, que poderiam arrefecer a intensidade das mobilizações entregando um campus livre para atuação arbitrária dos diretores interventores, foi criada a Comissão de Defesa da Universidade. Constituída paritariamente por representantes das três categorias da comunidade universitária da UNICAMP, a Comissão de Defesa da Universidade objetivava não só assegurar o funcionamento prosaico das atividades laborativas da universidade como também operacionalizar o estado de mobilização permanente mediando a organização das demais comissões de trabalho formadas (de limpeza geral, da alimentação e restaurante, de transporte, financeira e jurídica). A estratégia nuclear da mobilização permanente era suspender as atividades acadêmicas nos momentos que houvesse mobilizações de resistência contra a intervenção (Garcia Teijeiro apud Roldan, 2014; Pereira, 2006).

Publicização de panfletos, notas de repúdio, liminares jurídicas, manifestações políticas e culturais dentro e fora do *campus*, protestos e atos políticos em centros culturais (Teatro Municipal Castro Mendes e Centro Cultural de Convivência de Campinas *Carlos Gomes*) e na prefeitura municipal de Campinas e passeatas na principal avenida da cidade (avenida Francisco Glicério), reunindo mais de três mil pessoas, coordenadas pela Comissão de Defesa da Universidade, também tinham como propósito explicitar que a democratização dos processos decisórios da UNICAMP estava afinada à democratização da ES brasileira.

Mais de mil alunos da UNICAMP realizaram ontem [27 de outubro de 1981,] o enterro simbólico do secretário de Educação, Luiz Ferreira Martins, durante passeata, à tarde, que percorreu todo o campus [da cidade de Campinas]. Com um estudante vestindo uma batina, “para dar a extrema-unção”, o grupo carregou por alguns quilômetros um pequeno caixão, murmurando “orações” e gritando contra a intervenção do governo do estado na universidade. [...]

A manifestação foi iniciada por volta das 14h, quando foi rezada a “missa” no prédio do Ciclo Básico, de onde os alunos saíram para percorrer o campus. O cortejo foi aberto por alunos levando coroas de capim e pelo “padre” que rezava a “Democracia

⁵² Sobre as associações, entidades, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais populares que apoiaram o processo de resistência democrática efetivado pela comunidade universitária da UNICAMP, ver Anexo 4.

nossa de cada dia”. No percurso, foram cantadas músicas como “Maluf eu quero, Maluf eu quero, Maluf eu quero votar” e “Você pagou com intervenção a quem sempre quis eleição” (Folha de S. Paulo, 28 de out. 1981, p. 16).

[...] toda a gravidade da crise da UNICAMP. Não se trata de um problema específico confinado ao campus universitário. É muito mais que isso. Envolve aspectos que dizem respeito ao processo de abertura institucional pelo qual o país vem lutando. [...] é irreversível a democratização do processo de escolha de dirigentes universitários. [...] Acontece, porém, que a UNICAMP é hoje, sem favor, um bem da cultura brasileira. Será uma lástima, para não dizer um delito de lesa cultura, se a transformarem numa sucursal de secretaria de estado (Gregori, 29 de out. 1981, p. 18).

Já as mobilizações de recepção aos docentes diretores interventores, que se dispuseram a assumir suas respectivas funções nas Faculdades e Institutos, são os episódios da resistência democrática da UNICAMP que caracterizaram a precisão política do estado de mobilização permanente e a unidade de relações e interesses da comunidade universitária da UNICAMP.

Na FE, o docente diretor interventor, Eduardo Daruge, chegou em meio a uma assembleia de estudantes. Sob intensa vaia dos discentes presentes, Daruge precisou passar no meio da assembleia. Dirigindo-se à sala do diretor, de modo imperativo, convocou os docentes chefes de Departamento. Esses não compareceram. Insistindo em um novo chamado, todos(as) os(as) professores(as) vieram, leram um manifesto de repúdio e retiraram-se na sequência.

No caso da FE, pudemos assistir [...] a uma manifestação inequívoca do discurso do interventor. [...] Assim falou o interventor.

1. A UNICAMP vai mal. A prova disso é que um grupo de diretores e professores, com o apoio da representação estudantil, conquistou a maioria absoluta no CD. Em consequência, este grupo, chamado de progressista, só aprovava o que queria [...]. 2. Foi esse grupo que impediu a abertura do concurso de titulares [...]. 3. [...] aprovou a ideia de uma consulta à comunidade universitária a respeito da composição de uma lista sêxtupla [...]. 4. [...] o processo de consulta às bases revelou-se tendencioso, sob a influência da ADUNICAMP. [...] ele próprio mais outras pessoas também não ficaram sabendo do prazo dentro do qual os “reitoráveis” deviam inscrever-se. [...]. 5. [...] não estava de acordo com a maneira pela qual a ADUNICAMP se desincumbiu da tarefa de organizar a consulta [...]. 6. Ao ver semelhante situação, [...] resolveu partir para a briga. [...]. 7. [...] o magnífico reitor contou com o respaldo do CEE [...]. 8. O magnífico reitor convidou alguns professores a substituírem os antigos diretores. [...] Após meditar, aceitou, vendo no convite do reitor a oportunidade de participar ativamente da briga. 9. Não veio para FE simplesmente para ocupar o lugar do ex-diretor, mas com o objetivo defender o direito de professores que estavam sendo lesados. [...] 11. Permanecendo como diretor, sua primeira preocupação será com a institucionalização da UNICAMP, mediante a abertura de concursos. [...] 12. [...] só a institucionalização permitirá que a UNICAMP saia da situação transitória em que se encontra [...]. Chegou [...] o momento de institucionalizar, no respeito às normas legais (Rezende, 1981, p. 10).

Ao chegar no IFCH, o docente Paulo de Toledo Artigas era aguardado por docentes, discentes e servidores que organizaram uma criativa recepção. Além de necessitar passar, sob intensa vaia, por uma passarela onde docentes, discentes e servidores formavam fileiras nas margens, o diretor interventor passou também por um tapete com pegadas desenhadas que, a cada passo, iam se transformando em rastro de monstro; também o capacho do prédio onde ocuparia uma sala estava coberto de moedas de valor irrisório. Ainda, para entrar na sala do diretor do IFCH, Artigas precisou rasgar uma faixa que dizia *Autonomia Universitária*.

Frederico Pimentel Gomes, docente diretor interventor indicado para o IMECC, não logrou melhor sorte do que seus colegas correligionários na tentativa de assumir a função de diretor. Depois de despistar a todos, chegou no IMECC. Descobriu-se, mais tarde, que a porta de sua sala não estava trancada. Docentes, discentes e servidores, em torno de 500 pessoas, organizaram filas em um formato de exposição, de visita em um zoológico com faixas dizendo “Conheça uma espécie rara em extinção” acompanhadas com pipocas e moedas lançadas sobre a mesa do interventor. No dia seguinte, Pimentel voltou ao IMECC e, depois de algum período, resolveu se dirigir à reitoria. Como estava a pé, foi seguido, ao som das clássicas vaias e irônicos qualificativos por todos os integrantes da comunidade universitária que o acompanhavam. Uma vez que “não conhecia o *campus*, errou seguidamente o caminho” (Dias, 1982, p. 145), sempre seguido e agraciado com protestos⁵³.

Todos três, Daruge, Artigas e Pimentel, inicialmente com a expectativa de restaurar a forma de institucionalização limitada da universidade, renunciaram à função de direção no final de 1981. Os demais docentes indicados, Antônio Soares Amora, para direção do IEL, Eduardo Corona, para direção da FEC, Geraldo Claret de Mello Ayres, para direção do IQ e Shigeo Watanabe, para direção do IFGW, nem sequer se dispuseram assumir as funções.

A lista sêxtupla elegida no processo de consulta também era uma expressão do processo de resistência democrática da comunidade universitária da UNICAMP. Com adesão de 64% da comunidade e divulgado em 23 de outubro de 1981, o resultado da consulta foi: 1º) Paulo Freire (docente da FE) 6.734 votos; 2º) Maurício Prates (da FEC) 6.273 votos; 3º) Carlos Franchi (do IEL) 5.407 votos; 4º) Rogério Cerqueira Leite (do IFGW) 5.118 votos; 5º) Yaro Burian Júnior (do IA) 4.794 votos; e 6º) Eduardo Chaves (da FE) 4.567 votos. Hermano

⁵³ Ainda a respeito de um registro contemporâneo em formato de videodocumentário do processo de mobilizações políticas e culturais que constituíram a resistência democrática engendrada pela comunidade universitária da UNICAMP contra a intervenção, ver os relevantes documentários *UNICAMP 1981*, de Thomaz Wood Júnior (1981), e *UNICAMP Intervenção*, produzido por Roldan (2014).

de Medeiros Ferreira Tavares (docente da FEC), Jorge Miglioli (do IFCH), José Ellis Ripper Filho (do IFGW), Carlos Arguello (também do IFGW) e José Aristodemo Pinotti (da FCM), apareciam como sétimo, oitavo, nono, décimo e décimo primeiro colocados, respectivamente.

Paulo Freire, o primeiro colocado da lista, acabava de retornar do exílio salvaguardado pela lei da Anistia em 1979 e, no mesmo ano, fora contratado pela UNICAMP, no segundo ano da gestão de Alves de Moraes. Mesmo não participando de modo intenso no processo de consulta, era uma referência nacional e internacional na educação. Na expectativa do resultado da consulta para reitoráveis, Freire, assertivo quanto ao aceite da responsabilidade da função, argumentava que assumiria “o risco político”, “estava à disposição da comunidade [universitária]” e destacava: “Não passei dezesseis anos fora do Brasil para voltar e fazer concessões fora dos limites razoáveis” (Folha de S. Paulo, 22 de out. 1981, p. 18)⁵⁴. Já os outros colocados, não só estavam intensamente na luta do processo de consulta e resistência, mas também afinados com as necessidades da comunidade universitária da UNICAMP.

Manipulando e protelando processos jurídicos e criando subterfúgios com tons de comédia farsesca (a claudicante frequência de Alves de Moraes tanto nas reuniões do CD, especialmente em 1981, como também nas atividades laborativas prosaicas na função de reitor é justificada desde a falta de razão específica até mesmo o tratamento de enfermidades em hospitais que não reconheciam o diagnóstico ou o prontuário do próprio paciente), parte do CD e reitoria da UNICAMP recusam-se a realizar uma nova reunião do CD conforme cronograma mensal. Do final de outubro a meados do mês de novembro de 1981, fechados à grande imprensa, parte do CD e reitoria limitam-se a divulgar comunicados que somente reproduzem extratos específicos da legislação da ES a respeito da predominância da instância máxima deliberativa na vida social da universidade e interpretações enviesadas do Estatuto da UNICAMP e do Parecer do CEE sobre a necessidade do nível de professor titular para as funções diretivas. Até mesmo a fantasmagoria do ex-reitor Vaz, falecido no início daquele ano, é convocada, via parecer divulgado por sua filha, Marly Vaz, para sustentar a negação do processo de consulta à comunidade universitária para reitoráveis.

Entretanto, se havia acordo na comunidade universitária a respeito da precisão política do estado de mobilização permanente e da pauta pela reintegração dos docentes destituídos e readmissão dos servidores da ASSUC durante o mês de outubro, para continuidade dessa

⁵⁴ Sobre isso, ver o emblemático Parecer n. 3686/81 para admissão de Paulo Freire na FE da UNICAMP redigido pelo docente Rubem Alves em 25 de maio de 1985.

estratégia, inclusive o encaminhamento ou não da lista sêxtupla de reitoráveis votada pela comunidade ao CD, estabeleciam-se divergências políticas. Ao passo que DCE, ASSUC e uma fração de docentes ligados à ADUNICAMP propunham seguir a partitura da resistência democrática até a próxima reunião do CD, parte majoritária de docentes da ADUNICAMP e uma parcela de docentes do DEPES do IFCH (a partir de 1984, o DEPES se separa do IFCH tornando-se Instituto de Economia) divergiam argumentando que, para questão da intervenção, era necessário desenvolver uma resposta conciliatória com CD, reitoria e governo do estado de São Paulo. Para essa parcela da comunidade universitária, a lista de reitoráveis não seria aceita pelo governador e a crise da institucionalização da UNICAMP permaneceria.

Este antagonismo político na comunidade universitária intensifica-se quando a reitoria, recuando sobre a questão das direções das unidades, divulga um comunicado propondo que estava aberta a homologar a função de diretor(a) para Faculdades e Institutos que enviassem uma lista de docentes escolhidos composta exclusivamente por professores(as) titulares concursados(as). Objetivando equacionar essa questão, cria-se uma comissão de negociação com representantes das entidades para estabelecer medidas consensuais junto à parcela do CD e reitoria antes da próxima reunião do CD.

[...] A diretoria da ADUNICAMP realizara uma reunião do seu conselho de representantes e colocara sua visão do processo. Considerava que os fatos atuais superavam posições anteriores e fazia ver que era necessário não apenas que toda a comunidade se mobilizasse, mas também que se tentasse estruturar uma lista sêxtupla, a mais próxima possível da lista sêxtupla, que fosse capaz de ser aprovada. E, nesse sentido, se propunha a falar com todas as forças da comunidade. O conselho aprovou essa linha de ação. E ficou marcada uma Assembleia para o dia 16 [de fevereiro de 1982] (s.d., p. 162-163).

Desse modo, a comunidade universitária, reunida em assembleia no dia 16 de fevereiro de 1982, deliberou a tarefa de impedir e suspender a reunião do CD, até que as pautas reivindicadas pela resistência fossem atendidas, os processos jurídicos resolvidos e que houvesse uma nova reunião em um dia letivo plausível, não precedido ou posterior a um feriado. Porém, sem consultar ou consubstanciar junto à comunidade universitária uma medida consensual, a comissão de negociação, regida por parcela de docentes da ADUNICAMP e docentes do DEPES, estabelecendo um acordo, previamente à reunião do dia 19, com parte do CD e reitoria, organiza uma lista sêxtupla composta por docentes palatáveis

tanto ao gosto do CD, reitoria como governo estadual Maluf. A lista sêxtupla votada pela comunidade é arquivada.

Docentes e estudantes, representantes críticos da intervenção que participaram da reunião arbitrária e fechada à comunidade do CD no dia 19 de fevereiro de 1982, cuja pauta única era votar e protocolar a lista sêxtupla de reitoráveis, sintetizam o desenvolvimento dos trabalhos com as seguintes declarações de votos.

Elza Cotrim Soares, Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, Wallace Alves de Oliveira, Jorge Lobo Miglioli e Rubem Alves apresentaram a seguinte declaração de voto:

Nós, representantes docentes junto ao CD, registramos nossa surpresa com a convocação de uma reunião extraordinária em tempo de férias escolares, véspera de Carnaval, e contrária a todas as práticas desta universidade, com o intuito de interferir em uma decisão de suma importância para a comunidade docente e discente, decisão esta a ser tomada agora, nesses circunstâncias, por um colégio eleitoral questionável [...] do qual participam pessoas que sequer conhecem o projeto desta universidade e que, [...], foram colocadas com a finalidade de perturbar [...] as regras da prática eleitoral discutida e aprovada pelo CD desta universidade. Queremos deixar consignado também o repúdio a um processo eleitoral que desrespeita a consulta democrática feita à comunidade, que conferia à figura do reitor a confiança e o respeito inerentes, em princípio, a postos de direção. Não podemos deixar de sentir repulsa e vergonha por vermos uma comunidade do saber ser espoliada de seu direito e de sua dignidade – quer dizer sua autonomia. Campinas, 19 de fevereiro de 1982 (UNICAMP. Ata de 19 de fev. 1982, p. 6-7).

A representação discente apresentou declaração de voto no seguinte teor:

A representação discente quer que fique claro e que conste nas atas que está votando sob protesto, já que existem inúmeras irregularidades nesta eleição, como a não convocação da totalidade da representação discente, composta por sete alunos, a forma como se desenvolve a eleição, e pela reunião ter que ser a portas fechadas, quando a tradição deste colegiado é de sempre ter reuniões abertas à comunidade. Assinado [por]: Guilherme Manilli Favetta e Cláudio de Oliveira Pinto (*Ibid.*, p. 7)

Também, na reunião em pauta, os esforços tanto do DCE como dos representantes docentes de obter medidas judiciais que impedissem a reunião foram hipotecados. Já que a não homologação da ampliação da representação estudantil e o modo “arbitrário do reitor de escolher por sua própria conta dois estudantes de uma lista maior” (Dias, 1982, p. 163), não condizendo com a jurisprudência das reuniões do CD, foram insuficientes à concessão de uma liminar. Os representantes docentes ainda apresentaram protestos no início da reunião, porém foram obliterados pela reitoria e pelo representante do estado e secretário de educação Luiz Ferreira Martins. Já a respeito da votação: no primeiro escrutínio, elegeu-se José Aristodemo Pinotti (docente da FCM) com 21 votos; no segundo, Antonio Carlos Neder (diretor da FOP) com 16; no terceiro, Rogério Cerqueira Leite (do IFGW) com 16 e Luis Sérgio Leonardi

(docente diretor da FCM) e Franchi (do IEL) com 15 votos; e um quarto escrutínio, excepcionalmente para desempatar Freire (da FE) e Morency Arouca (diretor da FEL), tendo o último eleito por 16 a 14 votos (UNICAMP. Ata de 19 de fev. 1982, p. 7).

Estava assim elaborada a lista. Numa reunião tumultuada. Tropas [do policiamento ostensivo] de choque estavam em Barão Geraldo [no Campus da UNICAMP de Campinas] na expectativa de intervir. O governador [Maluf] não demorou muitas horas e escolheu [José Aristodemo] Pinotti como o novo reitor. Este capítulo do movimento [de resistência democrática] se encerrava (Dias, 1982, p. 163).

Pinotti, ao assumir a reitoria em 27 de abril de 1982, anula a Portaria protocolada por Alves de Moraes, ex-reitor, que destituía os oito diretores e demitia os catorze servidores da ASSUC em outubro do ano anterior.

Assim sendo, a resolução pela escolha de Pinotti para reitoria, não reconhecendo o processo de escolha de diretores em formato de consulta, o estado de mobilização e a eleição de reitoráveis via consulta à comunidade, explicitava o limite da luta pela democratização da universidade. Parte do CD, reitoria, parcela do MD e da ADUNICAMP⁵⁵, alinhados ao CEE e governo estadual paulista, descartando a experiência da democratização engendrada pelas formas de organização e comunidade universitária, colocavam em curso medidas para conciliar interesses e relações conflitantes da universidade sem uma base consensual ampla.

3.2 A proposta preliminar à forma de institucionalização elaborada pela Assessoria de Desenvolvimento Universitário como resolução da crise

[...] a condução “pelo alto” da abertura [democrática] se deu a partir da conservação dos vínculos estreitos com o passado recente e remoto.

[...]

Esse clima de “conciliação pelo alto” que favorecia, sobretudo, as classes dominantes que praticaram inúmeros crimes políticos e contra a humanidade tinha seu equivalente na realidade brutal a que estava submetida a maioria da população brasileira. Como a ditadura empresarial-militar não apenas reforçou, mas aprofundou os ranços estruturais da sociedade brasileira, as classes dominantes necessitavam impedir que o legado da ditadura fosse enfrentado com profundidade pelas reais forças de oposição, notadamente as que carregavam a potencialidade de

⁵⁵ Arquitetada e conduzida pelos docentes João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Osmar Marchese, a candidatura de Pinotti para reitoria da universidade também era consensual entre os docentes Paulo Renato Costa Souza, Maria da Conceição Tavares, Ferdinando de Oliveira Figueiredo, Paulo Eduardo de Andrade Baltar, Liana da Silva Cardoso e Geraldo Di Giovanni. Com exceção do último que era ligado a outro departamento do IFCH, os demais eram vinculados ao DEPES. A respeito, ver Gomes (2007).

conduzir processos de transformação mais efetivos. Assim, tratou de lançar mão de expedientes capazes de circunscrever a luta de classes nos contornos da institucionalidade (Braga, 2019, p. 136-137).

Então, decidi promover uma consulta dentro da universidade [UNICAMP]. Fui a todos professores e professoras, instituto por instituto, levando o debate de como deveria ser a institucionalização. [...] eu falava de como deveria ser o Conselho [Universitário], como deveria ser a carreira, para que pudéssemos formar todas as congregações ao mesmo tempo. [...] Arquitetei um sistema e o levei à consulta; [...] definimos como deveriam ser eleitos os representantes, acabando então com as assembleias, mas criando uma instância democrática (ADUNICAMP [Entrevista. Paulo Renato Costa Souza], 2002, p. 73).

A resolução conciliatória à questão da crise da forma e do processo de institucionalização da UNICAMP está conectada aos limites da luta pela democratização da universidade como também às mudanças políticas na ES no estado de São Paulo.

De meados de 1982 ao primeiro semestre de 1986, CD, reitoria, a recém-criada assessoria técnica vinculada à reitoria – Assessoria de Desenvolvimento Universitário (ADU) – e ADUNICAMP, convergentes às mudanças políticas e econômicas, sobretudo no estado paulista, colocaram em curso alterações efetivas no processo de institucionalização da universidade. Na contravertente da forma de institucionalização confluyente à luta pela democratização da universidade laborada pelas categorias da comunidade universitária, é possível sintetizar as mudanças protocoladas em dois momentos: I) a criação da ADU, a relativa ampliação da representação dos três segmentos da universidade nas esferas deliberativas e a formalização do processo de consulta à comunidade universitária para escolha de reitoráveis; e II) o debate sobre a forma de institucionalização coordenado pela ADU e ADUNICAMP e o fracionamento e fortalecimento dos processos decisórios da UNICAMP.

CD, reitoria e parcela da ADUNICAMP diagnosticavam que a crise da forma e do processo de institucionalização da universidade estava relacionada à falta de regramentos comuns que expressassem critérios definidos bem como pela necessidade do fracionamento dos processos decisórios da universidade. Descartando as necessidades pautadas pela comunidade universitária no processo de luta pela democratização, CD, reitoria e parcela da ADUNICAMP propunham, assim, medidas que perspectivavam conciliar interesses conflitantes na vida social da UNICAMP.

A descentralização dos processos decisórios, a reestruturação dos colegiados e a ampliação da participação das representações das categorias da UNICAMP nas esferas deliberativas determinavam o esboço da regularização da forma de institucionalização da universidade nos primeiros anos da década de 1980.

[...] a intervenção foi por causa do reitor, mas não só: tanto que quem foi demitido da universidade não foram os diretores – eles e ela foram exonerados do cargo –; foram demitidos a diretoria da entidade, da ASSUC. [...] Então ocorreu toda esta intervenção, e o que houve foi esta “solução [pela reitoria de José Aristodemo] Pinotti”, que foi feita às costas, foi negociada às costas da categoria: não foi uma decisão, não foi levada a público, debatida, a assembleias com posições prós e contras. Aí, [...], sexta-feira antes do Carnaval, o Conselho Diretor se reuniu, mas já estava tudo acertado. Houve uma famosa reunião [...], que a gente ficou sabendo, e ficou tudo acertado, e daí, nesta reunião do CD, o Pinotti foi eleito, escolhido, e ele cumpriu o acordo (ADUNICAMP [Entrevista/Depoimento. José Vitório Zago], 1991, p. 77).

O pessoal da Economia [segmento dos docentes do IFCH no período que a partir de 1984, separando-se do instituto, torna-se o Instituto de Economia] adotou a tática de negociar com o [governo estadual paulista Paulo Salim] Maluf; deixava a esquerda lá resistindo e aí eles diziam: “Tá vendo, a esquerda está resistindo aqui, vamos tentar fazer um acordo”. E fizeram. [...]. Saíram os interventores, seriam nomeadas outras pessoas – mas outras pessoas escolhidas a dedo – para referendar o nome do [José Aristodemo] Pinotti como sendo o mais votado no CD. E o Maluf escolheria o Pinotti, e foi o que aconteceu (ADUNICAMP [Entrevista/Depoimento. José Benedito Schneider,] 1991, p. 78).

A solução chamada [José Aristodemo] Pinotti foi um racha colossal [na UNICAMP], [...] mas foi conduzida com extrema sabedoria. [...], pois o governador [Paulo Salim Maluf] não iria aceitar a solução interna [a lista sêxtupla de reitoráveis eleita pela comunidade universitária da UNICAMP] (Lopes [Entrevista. Luiz Antônio Vasconcelos], 2016, p. 144-145).

Embora não tenha sido apeado da universidade no processo de expurgo da vertente crítica do DMPS em meados de 1970, da qual fez parte coordenando atividades docentes e produzindo trabalhos de referência na área (Pinotti; Arouca; Tambellini, 1974), Pinotti, mesmo removido da função por conta do episódio, retorna à direção da FCM em 1976. E já em 1978, torna-se o quarto mais votado, atrás somente de Alves de Moraes, Paulo Gomes Romeo e Rogério Cerqueira Leite, da lista sêxtupla de reitoráveis elegida pelo CD para sucessão de Vaz naquele mesmo ano.

Quando assume a reitoria em 1982, apoiado e expressando interesses e relações de parte de docentes tanto da FCM, das Ciências Econômicas do IFCH como da ADUNICAMP, Pinotti identificava a crise da forma e do processo de institucionalização, explicitada na intervenção sofrida no ano anterior, como produto da falta de normatização da UNICAMP, de

“uma ordem institucional” (UNICAMP, 1982, p. 6). Assim, a estratégia política medular era produzir medidas conciliatórias, perspectivando normatizar a institucionalização e alterar o Estatuto da universidade.

Para efetivar e desenvolver a estratégia em apreço, no mesmo mês da posse da nova reitoria, criou-se a ADU. Vinculada e submetida à reitoria, a ADU era responsável por formalizar processos jurídicos que viabilizassem o desenvolvimento da UNICAMP, perscrutando o nexos ensino, pesquisa e extensão, e por produzir uma nova forma de institucionalização à universidade. Coordenada por Paulo Renato Costa Souza, docente ligada às Ciências Econômicas do IFCH e ex-dirigente da ADUNICAMP, a ADU, em parceria com a ADUNICAMP, também era responsável por mediar o debate a respeito da institucionalização entre as formas de organização da universidade, comunidade universitária, CD e reitoria.

Elaborado por Souza em 1982, o estudo *Linhas básicas para o desenvolvimento da UNICAMP* (documento preliminar somente para discussão) subsidiou os debates e três simpósios organizados e dirigidos pela ADUNICAMP de 1982 a 1984.

Desenvolvimento Institucional

3.1 Medidas Imediatas

- a) Fortalecimento dos órgãos colegiados existentes e implantação dos inoperantes nas formas em que tradicionalmente vem operando nas diversas unidades;
- b) Definição de procedimentos formais para escolha de diretores, outorgando liberdade em cada instância para que as unidades realizem consultas mais amplas às suas comunidades.

3.2 Alterações estatutárias

Iniciar imediatamente processo de reformas do estatuto, visando basicamente:

- a) ampliar a participação nos órgãos colegiados dos professores adjuntos, livre docentes e doutores;
- b) propiciar o acesso de professores adjuntos, livres docentes e doutores aos cargos de chefia de departamento e direção de institutos e faculdades;
- c) alterar a composição das congregações de sorte a permitir a institucionalização simultânea de todas as unidades.

3.3 Carreira Docente

Elaboração de projeto de decreto estadual criando o estatuto do servidor autárquico da UNICAMP com as seguintes linhas centrais:

- a) desvincular a carreira docente dos níveis salariais;
- b) facilitar o acesso à livre docência;
- c) estabelecer critérios de progressão nos níveis salariais de forma independente da progressão na carreira docente (Souza, 1982, p. 6-7).

A proposta elaborada por Souza objetivava descentralizar os processos decisórios da universidade por meio da valorização dos colegiados, da composição de esferas deliberativas

que incluísse a representação das categorias, além da consulta à comunidade na escolha de diretores de unidade e da reitoria.

Os critérios para progressão e titulação na carreira docente são incluídos na proposta, no entanto, as categorias de discentes e servidores ficam com representação restrita nas esferas deliberativas.

Anexo II

Elementos para uma proposta de institucionalização da universidade

1. Acesso aos cargos de direção

- a) Terão acesso aos cargos de chefia de departamento, direção dos institutos, comissões e coordenadorias os professores doutores, livres docentes, adjuntos e titulares,
- b) O cargo do Reitor será privativo de professor titular;

2. Composição das Congregações

- a) Todos os professores titulares;
- b) Quatro (4) representantes de cada uma das categorias: adjunto, livre docente e doutor, eleitos entre seus pares;
- c) Um (1) representante dos mestres, eleito entre seus pares;
- d) Um quinto de representação estudantil
- e) Um representante dos funcionários (*Ibid.*, p. 11).

Na conjuntura da transição do governo estadual Maluf para Franco Montoro, o trabalho coordenado pela ADU e ADUNICAMP como também a luta pela democratização da universidade pautada pela comunidade universitária, sobretudo, nos anos anteriores à crise, resultaram em alterações no estatuto jurídico da universidade durante os anos 1980. Conquistou-se e incorporou-se, assim, na institucionalização da universidade: a normatização do formato de consulta à comunidade para escolha de reitor e diretores (São Paulo, 1984), a regularização da carreira docente (São Paulo, 1985), a relativa ampliação da representação discente nas esferas deliberativas (São Paulo, 1983); já a representação própria da categoria de servidores na instância deliberativa máxima da universidade somente ocorreu na consolidação da institucionalização, quando instalou-se o CONSU no final dos anos 1980 (São Paulo, 1987).

Repara-se que as medidas sociais produzidas pela ADU e parte da ADUNICAMP, alinhadas aos interesses e relações do CD, reitoria e governo paulista Montoro, postas em curso no início dos anos de 1980, encerraram a fase de institucionalização restrita da UNICAMP, mas descartaram a pauta da luta pela democratização da universidade. A tendência da nova forma de institucionalização sugeria uma regulação que estava em

descompasso com o horizonte de autonomia universitária, debatido no final daquela mesma década. Helena de Freitas, docente dirigente da ADUNICAMP no período da reitoria de Souza e, no bojo da conjuntura de homologação da autonomia universitária paulista, endossa essa tendência da institucionalização da universidade, diagnosticando que:

A autonomia da universidade com relação a interferência do poder executivo deve estar acompanhada de um processo de democratização interna que repense e reformule os mecanismos e órgãos de decisão da universidade.

[...]

Por isso, torna-se necessária uma reformulação do Estatuto da UNICAMP por meio de um amplo processo estatuinte. Sem isso, corremos o risco de substituir a centralização do governo do estado pela centralização no interior da universidade.

[...]

Nossa proposta, [...], é que a eleição do reitor se esgote no interior da universidade, através de eleição direta com participação de professores, funcionários e estudantes. Os contrários a essa ideia argumentam que a universidade pertence à sociedade e, portanto, esta deve participar da escolha do dirigente. Mas, fica a pergunta: as pesquisas que a universidade desenvolve atendem às expectativas da sociedade? Em uma sociedade de classes, a que classe nos referimos como 'sociedade'? A universidade deverá buscar as formas corretas de se relacionar com a sociedade e de corresponder a essas necessidades objetivas (Freitas, 1989, p. 8).

Substituindo confronto e medidas sociais de base consensual ampla pelo alinhamento e medidas conciliatórias, trocando a centralização pela descentralização dos processos decisórios e anulando as assembleias por meio da restritiva normatização das esferas deliberativas da universidade, os primeiros anos da forma de institucionalização da UNICAMP pós-crise de 1981 objetivavam a regularização do controle da carreira docente, das condições de permanência estudantil e das condições de trabalho dos servidores. Distribuindo a concentração e centralização dos processos decisórios pelas esferas deliberativas e sem equacionar as necessidades postas pelas formas de organização e comunidade universitária, a forma de institucionalização vigente não transformava a comunidade em sujeito da história da UNICAMP. A pauta da autonomia universitária, desse modo, não era somente a respeito das funções reitoras, mas também problematizava: a que sociedade e a que classe servem o ensino, a pesquisa e a extensão produzidas pela universidade nos anos finais da década de 1980?

CONCLUSÃO

Neste dia [19 de fevereiro de 1982, data que acontece a reunião do CD pautando a elaboração da lista sêxtupla para reitoráveis para período de 1982 a 1986], a gente [comunidade universitária] chegou a ter uma assembleia de, pelo menos, cento e poucas pessoas diante do CD; tinha um número significativo para uma sexta-feira prévia de carnaval. E quando começaram as aulas ficou aquele clima de expectativa. [...] O balanço que eu faço deste tempo é que a gente impediu as grandes ousadias deles [parte do CD, reitoria, CEE, governo estadual paulista e parcela do MD e da ADUNICAMP que propôs uma resposta conciliatória à questão da crise da UNICAMP] e eles impediram os nossos bons sonhos (ADUNICAMP [Entrevista/Depoimento. Edmundo Fernandes Dias], 1991, p. 74).

Na presente pesquisa, objetivou-se explicitar que a *forma restrita* do processo de institucionalização da UNICAMP de 1966 a 1981 é expressão da ditadura do grande capital na ES e dos limites da luta pela democratização da universidade e da sociedade brasileira.

Fundada com a finalidade de formar quadros das profissões liberais e produto tanto da expansão privatista da ES como dos interesses e relações da burguesia empresarial, a ampliação e formalização jurídica da forma de institucionalização da UNICAMP, sintetizada em seu Estatuto (São Paulo, 1969; 1977), é contemporânea à conjuntura de instalação e recrudescimento da ditadura empresarial-militar e da homologação de sua respectiva reforma universitária. A luta pela democratização da UNICAMP laborada pelas formas de organização e comunidade universitária associada à luta pela democratização da vida social brasileira dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980 colocou em xeque a consolidação do processo de institucionalização restrito ao comando das instâncias deliberativas da universidade. Em outubro de 1981, essa contradição se consubstancia em uma crise da forma e do processo de institucionalização da UNICAMP: a resposta conciliatória de parte do CD, reitoria, de parcela do MD e da ADUNICAMP explicita os limites da forma restrita e da experiência da resistência democrática engendrada pela comunidade universitária. Após 1981, a institucionalização muda sua forma. Encerrando sua fase restrita, a regular forma de institucionalização que se inicia descarta o horizonte teórico e prático da autonomia universitária almejada pelas formas de organização e comunidade da UNICAMP.

Embora ciente de que, para ser operacional para o regime militar, a universidade [UNICAMP] deveria buscar os melhores taletos, [Zeferino] Vaz pretendia que a nova universidade fosse fracamente institucionalizada. Sem concursos, carreira definida e colegiados deliberativos, o controle sobre as inteligências rebeldes poderia ser muito maior (ADUNICAMP [Roberto Leher], 2002, orelha do livro).

Buscando projetar-se na vanguarda da produção do conhecimento e da pesquisa básica e aplicada e, ao mesmo tempo, validar-se politicamente à ditadura empresarial-militar, a forma de institucionalização da UNICAMP restringiu o sentido social das forças vivas e dissidentes da universidade. Estrategicamente operacional à política da ES vigente, sendo a primeira universidade pública a homologar seu estatuto jurídico afinado à Lei n. 5540, de 28 de novembro de 1968, a UNICAMP nunca teve uma *idade de ouro*, fase em que os interesses e relações da comunidade universitária e da sociedade brasileira como um todo estivessem em plena consonância com os processos decisórios da universidade, conforme se esforçam por consensualizar as pesquisas e estudos de Meneghel (1994), Gomes (2007) e Pereira e Martins (2018), assim como a propaganda sobre a universidade divulgada durante o governo Médici (Brasil, 1973).

Na medida que os MD, ME, MS, junto as suas respectivas entidades – ADUNICAMP, DCE, ASSUC – e a comunidade universitária da UNICAMP produziam processos que perspectivavam supracumprir as estreitas finalidades iniciais da universidade – formação de profissões liberais e produção tecnológica – ou problematizavam a concentração e centralização do controle dos processos decisórios nas instâncias deliberativas, CD e reitoria, por meio do estatuto e procedimentos e encaminhamentos que dissimulavam seu caráter político, anularam e limitaram o sentido social desses processos.

O expurgo da vertente crítica do DMPS e o apeamento, via exoneração ou não renovação de relações contratuais, de docentes que pautavam a democratização das instâncias deliberativas da universidade, em meados dos anos 1970, são expressivos e emblemáticos a respeito tanto da afinidade de Vaz e da condescendência dos docentes do CD com os interesses e relações da ditadura do grande capital como das dissemelhanças políticas entre órgãos deliberativos e a comunidade universitária da UNICAMP. Não se tratou somente de desmontar atividades laborativas, pesquisas críticas das relações sociais vigentes e processos formativos confluentes à democratização da questão da saúde demandada pelo movimento sanitário, mas também encurralar e dissuadir a intelectualidade rebelde e a produção de um saber necessário à mudança social, assim como inviabilizar uma universidade com lastro popular.

Expurgando e dissolvendo as vozes dissidentes, estabelecia-se uma unidade de interesses e formalizava-se a concentração e centralização do controle do CD sobre a forma de institucionalização da universidade. A permanência de Vaz na reitoria durante doze anos,

por meio tanto de uma interpretação enviesada da legislação corrente como da colagem arbitrária da prerrogativa que condicionava a UNICAMP a uma universidade em processo de instalação no Estatuto, assegurava a afinidade de relações entre a UNICAMP, estado paulista e burguesia empresarial.

Contudo, a ascendente constituição de formas de organização das categorias da UNICAMP, a partir da segunda metade da década de 1970, transformava a resistência democrática em luta pela democratização da universidade. Avessas ao pensamento conservador que comandava a UNICAMP e calcadas na luta pela democratização da vida social brasileira na conjuntura da segunda metade dos anos 1970 aos anos iniciais da década de 1980, as formas de organização dos três segmentos da universidade colocavam como pauta nuclear um processo de institucionalização concatenado às demandas da comunidade universitária. Conjuguar a democratização da vida social da universidade às necessidades de docentes, discentes e servidores(as) traduzia-se, assim, em transferir o controle da forma da institucionalização das esferas deliberativas para as formas de organização, ADUNICAMP, DCE e ASSUC da comunidade universitária, as forças vivas da UNICAMP.

Quando ocorre a transição da reitoria de Vaz para Alves de Moraes, a legitimidade política das formas de organização das categorias já é mais que reconhecida pela comunidade universitária – os episódios da greve de discentes das humanas em 1974 e da greve de docentes e de servidores em 1979 expressaram a identificação de interesses e relações entre as entidades e a universidade. Carreira docente, condições de permanência estudantil e condições de trabalho dos servidores foram pautas continuamente mediadas pela ADUNICAMP, DCE e ASSUC durante os anos 1970 e início dos anos 1980. Sem descartar o nexos com outras formas de organização da sociedade brasileira –, sobretudo a ANDES, UNE e CONCLAT –, estendendo, assim, a luta pela democratização para além da contenda interna da UNICAMP, as três entidades asseguravam conquistas substantivas à vida social da universidade.

A ADUNICAMP torna-se a vanguarda no debate a respeito da forma de institucionalização vigente – compondo, inclusive, uma comissão específica – e identifica a necessidade do compartilhamento do controle da institucionalização junto à comunidade universitária e suas respectivas formas de organização, possibilitando a participação concreta das categorias nos processos decisórios da UNICAMP. Enquanto o DCE, além da formalização do reconhecimento institucional da entidade, habilita a pauta pela ampliação da representação discente no CD. Ambas as conquistas foram assimiladas, ainda que de modo

relativo, na forma de institucionalização e no Estatuto da UNICAMP em meados dos anos 1980. Já o processo de transformação da ASSUC em uma entidade com vertente sindical consonante à questão da democratização da universidade valida o servidor e a servidora como sujeitos jurídicos com perspectiva política autossustentada e não subservientes aos interesses e relações da reitoria e do CD. Somente quando se instala o CONSU no final dos anos 1980, a representação da categoria de servidores na instância deliberativa máxima da universidade é incorporada e formalizada no Estatuto.

E mesmo que pautar eleições para dirigentes das faculdades e institutos como também à reitoria em formato de consulta à comunidade fosse somente um processo de afinar a forma de institucionalização da UNICAMP ao adensamento da luta pela democratização da sociedade brasileira nos anos iniciais da década de 1980, parcela do CD, reitoria, CEE e governo estadual paulista operaram a suspensão da experiência democratizante da universidade. Distintamente do capítulo do expurgo do DMPS, em meados da década anterior, o propósito do pensamento conservador da universidade não era encurralar ou dissuadir, mas sim castrar a luta pela democratização da UNICAMP engendrada pelas formas de organização e comunidade universitária. Na precisa interpretação de Alves, contemporânea à intervenção na universidade em 1981 e inspirada no romance *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*, imperava-se, na UNICAMP, o processo de “Cortem a cabeça” da democratização (Alves, 1981, p. 3; Carrol, 2021, p. 109).

Sem dissimular o caráter político da intervenção, a substituição dos representantes do estado no CD, a destituição dos docentes diretores eleitos pela comunidade e a exoneração dos servidores ligados à direção da ASSUC no segundo semestre de 1981, simultaneamente, infringiam o Estatuto da UNICAMP e a legislação corrente da ES. A medida que formalizava a consulta à comunidade universitária para eleição da reitoria já havia sido aprovada no primeiro semestre do mesmo ano; e a ambivalência a respeito da definição de professor titular efetivo/concursado ou não para direção das unidades não sobrepunha as práticas, os processos e demais encaminhamentos jurídicos e acadêmicos ditados pelo CD na vida prosaica da universidade. Concretizar a destituição dos diretores e da diretora em pauta, juridicamente, significava ou revisar, ou anular todos os trabalhos desenvolvidos e aprovados pela esfera deliberativa máxima da UNICAMP, pelo menos, desde o segundo semestre de 1978. Já a justificativa inconsistente de justa causa no processo de exoneração dos(as) servidores(as) da ASSUC era dissonante à legislação da ES como também à legislação trabalhista da própria

ditadura empresarial-militar: a Constituição Federal de 1967 garantia a prévia comunicação ao trabalhador e exigia critérios definidos para essa modalidade de exoneração. Parcela do CD, reitoria, CEE e governo estadual Maluf, assim, dedicavam-se, via intervenção, a retomar o controle da universidade, colocando-a novamente no eixo. Dessa maneira, reconciliar a forma e o processo de institucionalização restrita.

Entretanto, a resposta das formas de organização e da comunidade universitária da universidade à intervenção, dando continuidade à pauta da democratização da vida social da universidade, por meio da estratégia de estado de mobilização e do prosseguimento da consulta para eleições da reitoria, explicitou a crise da forma e do processo de institucionalização da UNICAMP.

A luta pela democratização da universidade na conjuntura da luta pela democratização da sociedade brasileira no início dos anos 1980 produziu uma inflexão, uma cisão na história da universidade: não era mais possível simplesmente voltar à forma de institucionalização ou seguir em frente como se nada tivesse acontecido e, ainda que se tentasse efetivar processos semelhantes à forma anterior, se teria um significado radicalmente distinto.

Também não se tratava da contradição entre uma forma fixa e um processo de institucionalização em curso. Negando uma forma consolidada, o processo de institucionalização exigiria uma nova forma equivalente às mudanças que esse mesmo processo desenvolvia. Ou que, já na elaboração e aprovação do estatuto jurídico da universidade, havia descompassos entre a forma e o processo que, uma vez revelados, bastaria os atualizar para colocar forma e processo em questão. Ambos, forma e processo, estavam em crise, porque a luta pela democratização transformava as formas de organização e a comunidade universitária em sujeito da história da UNICAMP.

Cortar a cabeça da intelectualidade e das formas de organização críticas da vida social restrita da UNICAMP ou promover reformulações arbitrárias e paralelas ao Estatuto nas esferas deliberativas da universidade somente intensificou o processo de luta pela democratização. Equacionar a crise não passava somente pela depuração do funcionamento das instâncias deliberativas, alçando, desse modo, a um consenso entre as pautas da comunidade universitária e a institucionalização, mas também pela crítica das funções reitoras da universidade. Problematicava-se o sentido social da democratização dos processos formativos, da pesquisa e da extensão produzidos pela universidade. As forças vivas da UNICAMP pautavam, assim, uma institucionalização que fosse sinônimo de autonomia

universitária, no bojo da luta pela democratização da vida social brasileira nos anos iniciais da década de 1980 – a universidade tornava-se uma das medidas da democratização e um relevante capítulo da história da ES brasileira.

Depreende-se que a resposta conciliatória de parte do CD, reitoria, de parcela do MD e da ADUNICAMP, CEE, além do governo estadual paulista à questão da crise da forma e do processo de institucionalização limitou o sentido social da luta pela democratização engendrado pelas forças vivas da UNICAMP. Hipotecando e impedindo as aspirações democratizantes das formas de organização e comunidade universitária, as medidas produzidas nos primeiros anos da reitoria de Pinotti na conjuntura da transição do governo estadual Maluf para Montoro apontaram para a regularização de uma forma de institucionalização não restrita, mas longe do horizonte de uma autonomia universitária pautada pela luta pela democratização da universidade.

Nesse sentido, é possível indagar que: se a forma restrita de institucionalização da UNICAMP é pretérita, porque formatou somente os primeiros quinze anos de uma universidade cinquentenária, qual é a relevância de um trabalho que analisa e debate seu sentido social nas pesquisas da ES contemporânea? Qual é a importância de narrar e qualificar os limites dos sonhos e da luta pela democratização das forças vivas da UNICAMP?

Fernandes, em *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* (1979), propõe que, para projetar e pensar criadoramente um futuro para ES brasileira, é preciso partir das ideias que pautavam a luta pela democratização da ES e da sociedade brasileira que foram derrotadas na história.

As forças derrotadas tinham uma visão da realidade que não se tornou história. Ao serem excluídas do processo nem por isso tal visão perdeu o seu valor e a importância prática no liame entre o presente em devir e o futuro que precisa ser criado neste presente.

[...] nas ideias e soluções que foram colocadas no índice e condenadas como “subversivas”: elas são o verdadeiro elo entre o presente e futuro. Se estão superadas, pior para nós. Elas têm que ser tomadas em conta, para formulação e o equacionamento das novas soluções (Fernandes, 1979, p. X-XI).

Analisar o processo de institucionalização da universidade de 1966 a 1981 não é somente qualificar os limites da forma de institucionalização da UNICAMP, mas também explicitar que esses mesmos limites foram momentos que possibilitaram à UNICAMP, suprasumindo suas finalidades privatistas iniciais, transformar suas forças vivas em sujeito

de sua história. E, concomitantemente, os limites do pós-crise de 1981 são o ponto de partida para outra fase de institucionalização da universidade.

Também se indaga, portanto: quais foram as respostas das formas de organização e da comunidade universitária em face da regularização da forma de institucionalização posta em curso no pós-crise de 1981? De que modo as alterações no estatuto jurídico auscultavam ou não as necessidades da comunidade? Como a regularização da forma de institucionalização incorporou a contenda a respeito da formalização da autonomia universitária homologada na Constituição Federal de 1988? E qual foi o sentido social produzido pela universidade na mudança de conjuntura da modernização capitalista para mundialização do capital no início dos anos 1990?

Sem dúvida, para equacionar esses questionamentos, são necessários novos estudos e pesquisas a respeito do processo de institucionalização da UNICAMP.

REFERÊNCIAS

A BATALHA da Maria Antônia. **Documentário, filme**. Direção e roteiro de Renato Tapajós. 2014.

A CRISE da USP. Coautoria de Braz José de Araujo. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **A relação UNICAMP-Empresa: a questão do repasse tecnológico em uma perspectiva histórica, 1970-1992**. 1995. Dissertação (mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Universidade pública & iniciativa privada: a UNICAMP diante os desafios da globalização**. Campinas: Editora Alínea, 2002.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: EDUSC, 2005.

ALVES, Rubem. **A realidade ultrapassa a ficção quando Alice passeia no “campus”**: a sentença primeiro, o julgamento depois. Folha de S. Paulo, Folhetim 1, nov. 1981.

A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Organização de Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

ANDRADE, Maria da Graça Garcia. **O ensino médico e os serviços de saúde**: estudo de caso do projeto Paulínia. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 1995. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1583077>. Acesso em: 6 dez. 2021.

ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo. In: ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Um departamento francês de Ultramar**: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60). São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A Usaid e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

AROUCA, Antônio Sérgio de Souza. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, (1976) 2003.

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO/ADU. **Linhas básicas para o desenvolvimento da Unicamp**. Redigido por Paulo Renato da Costa Souza. 1982.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **REVISTA**. Campinas, SP: ADUNICAMP, 1999.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **25 anos: autonomia - democracia - participação**. São Paulo: Oficina, 2002.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **30 anos: Universidade e Sociedade**. São Paulo: ADUNICAMP, [2007].

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **Em defesa da Universidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **Atas, Boletins e Jornais dos anos 1970 aos 1980**.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **Boletim: A camisa de força!!!**, ano 4, n. 16, mai. 1981.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **Boletim: Andes: Construindo a liberdade**, ano 4, n. 15, mar. 1981.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **Assembleia Geral Extraordinária, Ata de 10 mai. 1978**.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **Ata [de fundação da entidade] de 12 mai. 1977**.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **Cadernos de debate: Institucionalização**, nov. 1979.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **Jornal**. Campinas, 16 de jun. 1981.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ADUNICAMP. **Unicamp pela democracia**. Disponível em: <https://www.adunicamp.org.br/gt-titulo-hc/>. Acesso em: 2 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ASSUC. **Atas, Boletins, Jornais dos anos 1960 a 1980**.

ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ASSUC. **Aos servidores da Universidade Estadual de Campinas, Comunicado**, jun. 1978

ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ASSUC. **OPOSIÇÃO LUTA SINDICAL**. Boletim Chapa de Oposição Luta Sindical: para uma ASSUC atuante, nov. 1979.

ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ASSUC. **RESISTÊNCIA**. Boletim n. 1., Por que montamos essa chapa? 16 nov. 1981.

ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ASSUC. **SOLIDARIEDADE**. Jornal. A ASSUC hoje: um balanço. 16 nov. 1981.

Averbuck, Ligia. (Org.) **UNIVERSIDADE e repressão: os expurgos na UFRGS**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

BEDRIKOW, Rubens; AMARAL, Ivan Luiz Martins Franco do.; ALMEIDA, Vanina Castro Dória de. Sérgio Arouca na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. **Saúde em Debate**, v. 47, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SQBQsd43rcRZqhdY37DWg5D/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

BORDIGNON, Talita. **A “ajuda” norte-americana na formação dos trabalhadores brasileiros**. Jundiaí: Pacco, 2021.

BRAGA, Lucelma Silva. **A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história**. 2019. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637799>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Cinejornal. Unicamp (1973). Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. 1973. **Cinejornal Jaborama nº 1/73**. Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR_RJANRIO_EH_0_FIL_PTC_0007_0001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S2faHznxQ3Y>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Reforma Universitária**: relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto n. 62937/68. Brasília, DF: s.n., 1968-1969.

BRASIL. **Reforma Universitária**: leis, decretos, portarias, pareceres, resoluções. Brasília, DF: MEC, 1968.

CARDOSO, Irene. **Comunidade quer democratização**. Folha de S. Paulo, 18. out. 1981.

CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2021.

CARVALHO, Vera Maria de; COSTA, Vera Rita da (ed. e coord.). **Cientistas do Brasil: depoimentos**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1998.

CASTRO, Guilherme. **Se não fosse o SUS**. Documentário. Conselho Nacional de Saúde. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_s4PVPbO3rU. Acesso em: 27 fev. 2022.

CATINI, Carolina de Roig. A escola como forma social: um estudo do modo de educar capitalista. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122013-153624/publico/TESE_CAROL_final_rev.pdf . Acesso em: 20. Jun. 2018.

CATINI, Carolina de Roig. **Privatização da educação e gestão da barbárie**: uma crítica da forma do direito. São Paulo: Edições Lado Esquerdo, 2017.

CENTROS ACADÊMICOS ESTUDANTIS. **Atas, Boletins e Informes dos anos 1970 a 1980**.

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS HUMANAS, **Boletim**, 7 de mar. 1974.

CENTROS ACADÊMICOS/CAs. **Reunião Geral, Carta ao Reitor**, 27 de ago. 1976.

CHAUÍ, Marilena. **A democracia como conquista**. Folha de S. Paulo. Folhetim, 1. nov. 1981.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CONJUNTO DE 819 TÉCNICOS E TÉCNICAS-ADMINISTRATIVOS. **O que você deve saber sobre o “projeto”**. Panfleto, jun. 1978.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CEE n. 1675/81**. Relator Armando Octávio Ramos. Processo CEE n. 1932/81. Universidade Estadual de Campinas. Consulta do magnífico reitor da UNICAMP sobre Resolução de 15 de setembro de 1981, do Conselho Diretor daquela universidade. São Paulo. 14 de out. 1981.

FERRAZ, Esther de Figueiredo; ROMEO, Paulo Gomes; CARVALHO, Laerte Ramos de; CONSIGLIO, Vespasiano. Relatório. 1965. Conselho Estadual de Educação. **CEE n. 183 03**. Universidade de Campinas. GP n.792 65.de 11 de setembro de 1965. São Paulo. 11 de set. 1965.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

CUNHA, Maria Cardoso da.; MÜLLER, Angélica. Violação de Direitos Humanos na Universidade. Texto 6. In: **COMISSÃO Nacional da Verdade**. Brasília, DF: [s.n.], 2014.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL/DEOPS]. (1975). Documento sob matrícula: **NS2895 (Ofício oficial)**. Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL/DEOPS]. (1975). Documento sob matrícula: **NS671 (Ofício oficial)**. Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL/DEOPS]. (1975). Documento sob matrícula: **NS671 (Ofício oficial)**. Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL/DEOPS]. (1975). Documento sob matrícula: **SN319 (Ofício oficial)**. Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL/DEOPS]. (1975). Documento sob matrícula: **SN856 (Ofício oficial)**. Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL/DEOPS]. (1975). Documento sob matrícula: **Prontuário (Ofício oficial)**. Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP.

DIAS, Edmundo. Notas para uma história da crise da Unicamp. **Educação & Sociedade**, jan. 1982.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução e história**: das Teses ao Manifesto. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES/DCE Livre. **Atas, Boletins e Informes dos anos 1970 a 1980**.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES LIVRE, 18 out. 1978.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES LIVRE. **TECENDO A MANHÃ. Carta-programa “Tecendo a Manhã”**. 1978, p. 1.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. **Saúde e Sociedade**. Coautoria de Luiz Pereira. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

DREIFUSS, Rene Armand. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESCOREL, Sarah. **Reviravolta na saúde**: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FANTINATTI, Marcia Maria Corsi Moreira. **O movimento docente na universidade pública**: contribuição ao estudo do perfil e da ideologia do sindicalismo de classe média. Campinas: Alínea, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira**: reforma ou revolução? 2. ed. rev. amp. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo, SP: Hucitec, 1976.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: **1964**: visões críticas do golpe, democracia e reformas no populismo. Organização de Caio Navarro de Toledo. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014 [1ª edição de 1997, referente ao seminário “O golpe de 1964: 30 anos” realizado em 1994].

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FLORIDO, Caroline Maria. **A história da extensão universitária na Faculdade de Educação da UNICAMP**: recorte social ou resistência institucional? Orientação de José Luís Sanfelice. Campinas, SP: [s.n.], 2011. TCC. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614352>. Acesso em: 27 mai. 2021.

FLORIDO, Caroline Maria. Da efervescência cultural ao obscurantismo ditatorial: a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto sob o olhar da intervenção de 1964. 2013. 214 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1621431>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Ato público em Campinas reúne 2 mil (Unicamp)**. 24 abr. 1979, p. 16.

FOLHA DE S. PAULO. **Campinas, 80 por cento parados (Unicamp)**. 25 abr. 1979, p. 16.

FOLHA DE S. PAULO. **Decisões da Usp, Unesp e Unicamp**. 17 abr. 1979, p. 21.

FOLHA DE S. PAULO. **Estudantes ocupam o restaurante, Unicamp**. 01 set. 1976, p. 13.

FOLHA DE S. PAULO. **Greve é quase geral nas 3 universidades**. 18 abr. 1979, p. 13.

FOLHA DE S. PAULO. **Institucionalização na Unicamp**. 20 abr. 1979, p. 25.

FOLHA DE S. PAULO. **Passeata reúne três mil. Da sucursal de Campinas e do serviço local**. 1981. 22 out. 1981.

FOLHA DE S. PAULO. **Demissões reativam a greve dos funcionários. Da sucursal de Campinas e do serviço local**. 20 out. 1981.

FOLHA DE S. PAULO. **Professores da Unicamp pedem reajuste de 70%**. 10 mar. 1978, p. 25.

FOLHA DE S. PAULO. **Reitores da Usp e da Unesp ameaçam punir seus grevistas**. 25 abr. 1979, p. 17.

FOLHA DE S. PAULO. **Saiba quanto vai custar o ensino**. 22 jul. 1972, p. 1.

FOLHA DE S. PAULO. **Semana decisiva para a greve dos servidores (Unicamp)**. 16 abr. 1979, p. 6.

FOLHA DE S. PAULO. **“Enterro” mobiliza alunos na UNICAMP”. Da sucursal de Campinas**. 28 out. 1981, p. 16.

FOLHA DE S. PAULO. **Unicamp (professores e funcionários terminam a greve)**. 16 mai. 1979, p. 13.

FOLHA DE S. PAULO. **Usp, Unesp e Unicamp continuam mobilizadas**. 19 abr. 1979, p. 14.

FOLHA DE S. PAULO. **Alunos pedem mais verbas para a Unicamp**. 25 mar. 1981, p. 18.

FOLHA DE S. PAULO. **Comissão de Negociação é aprovada na Unicamp**. 06 nov. 198, p. 20.

FOLHA DE S. PAULO. **Conselho Diretor da Unicamp apoia a democratização**. 17 jun. 1981, p. 13.

FOLHA DE S. PAULO. **Juristas dão parecer sobre cargos na Unicamp**. 08 dez. 1981, p. 14.

FOLHA DE S. PAULO. **Oito diretores da Unicamp são substituídos**. 17 out. 1981, p. 12.

FOLHA DE S. PAULO. **Alunos pedem mais verbas para a Unicamp**. 25 mar. 1981.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Editora da UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. O agradecimento de Paulo Freire. **Folha de S. Paulo**. Folhetim. 01 nov. 1981.

GALZERANO, Luciana. S.; MINTO, Lalo W. Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização. **Eccos Revista Científica [On-line]**, 2018.

GERVITZ, Roberto; TOLEDO, Sérgio. **Braços Cruzados, Máquinas Paradas**. Documentário. Hugo Gama. 1979.

GOMES, Eustáquio. **O mandarim**: história da infância da Unicamp. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVEA, Marina Machado de Magalhães. **Imperialismo e método**: apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia. 2016. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2016/Marina%20Machado%20Gouvea.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

GREGORI, José. A crise da UNICAMP. **Folha de S. Paulo**. Tendências/Debates. 29. out. 1981.

HEGEL, Georg. **Ciência da lógica**: 1. A doutrina do ser. Tradução por Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Frederico Orsini. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2016.

HEGEL, Georg. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses com colaboração de Karl-Heiz e José Nogueira Machado. 9. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.

HISTÓRIA da Adunicamp. **40 anos: uma trajetória de lutas**. Campinas: ADUNICAMP, 2017.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

KINJO, Celso. O Brasil já faz o raio laser. [Revista] **Manchete**, nº 1.001, 1971.

KUCINSKI, Bernardo. **K.**: relato de uma busca. São Paulo: CosacNaify, 2014.

LEHER, Roberto. Autonomia universitária e liberdade acadêmica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, 2019.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto. Capitalismo dependiente y educación: propuestas para la problemática universitaria. In: LEHER, Roberto (org.). **Por uma reforma radical de las universidades latinoamericanas**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

LIMA, Eloi Jose da Silva. **A criação da UNICAMP**: administração e relações de poder numa perspectiva histórica. 1989. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1989.

LOPES, Glória. **A história de luta dos trabalhadores da Unicamp**. Coautoria de Rodrigo Paixão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. Apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MARIGHELLA, Carlos. A crise brasileira. [1966]. In: PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. **Norte-Americanos no Brasil**: uma História na fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952). Campinas; Bragança Paulista: Autores Associados: Universidade São Francisco, 2001.

MARQUES, Marília Bernardes. **Análise das limitações e possibilidades de atuação em um serviço de puericultura**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 1976. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1578980>. Acesso em: 6 dez. 2021.

MARQUES, Rubens Murillo. Entrevista [2015]. Entrevista concedida ao programa Memória Científica da RTV UNICAMP. Sistema de Arquivos da Unicamp. Disponível em: <https://vimeo.com/799836427>. Acesso em: 2 mar. 2021.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas por Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Joaquim Alberto Cardoso de. **A prática da saúde e a educação**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 1976. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1578974>. Acesso em: 6 dez. 2021.

MENEGHEL, Stela Maria. **Zeferino Vaz e a UNICAMP**: uma trajetória e um modelo de universidade. 1994. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1994.

MENEGHEL, Stela. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP: cérebros, cérebros e cérebros. In: MORISINI, Marília (org.). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. INEP, 2006.

MEZAROBBA, Glenda Lorena. **Um Acerto de Contas com o Futuro**. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06112006-162534/pt-br.php>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MEZAROBBA, Glenda Lorena. 25 anos de anistia um processo inconcluso. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 70, 2004.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado em questão. Campinas: Autores Associados, 2006.

MINTO, Lalo Watanabe. Autonomia universitária: princípio inerente ou conquista necessária?. **Revista Comunicações**, v. 25, 2019.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, 2014.

MINTO, Lalo Watanabe. Gratuidade do ensino superior em estabelecimentos oficiais: precisão e implicações. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 39, 2018.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Agro, ditadura e universidade**: Esalq-USP e a modernização conservadora (1964 a 1985). Campinas: Autores Associados, 2022.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **A consagração das vanguardas**: memória e biografia coletivas das práticas científicas na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1606204>. Acesso em: 6 dez. 2021.

MONTEIRO, Regina Clare. **CACS (Campus Avançado de Cruzeiro do Sul)**: uma análise crítica. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1990. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1574808>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. Tese (Doutorado em

História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. Cortez Editora: São Paulo, 2014.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2013.

O CONTROLE ideológico na USP: (1964-1978). São Paulo: ADUSP, [1978] 2004.

O ESTADO DE S. PAULO. **Aos leitores**. 25 mar. 1973, p. 18.

O ESTADO DE S. PAULO. **Alunos da Unicamp querem mais verbas**. 27 set. 1979, p. 20.

O ESTADO DE S. PAULO. **Associações apoiam o projeto do MEC**. 01jun.1979, p. 18.

O ESTADO DE S. PAULO. **Campinas, continuam parados os servidores**. 22 abr. 1979, p. 61.

O ESTADO DE S. PAULO. **Docentes rebatem a crítica do governador**. 10 nov. 1979, p. 12.

O ESTADO DE S. PAULO. **Documento explica posição da UNICAMP**. 15 mai. 1979, p. 17.

O ESTADO DE S. PAULO. **Mais professores param no interior. S. Aatoria**. 17 abr. 1979, p. 38.

O ESTADO DE S. PAULO. **Nas negociações, nenhum resultado (Unicamp)**. 28 abr. 1979, p. 16.

O ESTADO DE S. PAULO. **No interior, o apoio cresce nas grandes (Unicamp)**. 21 abr. 1979.

O ESTADO DE S. PAULO. **Novos protestos contra os salários da USP (Na Unicamp)**. 12 mai. 1978, p. 27.

O ESTADO DE S. PAULO. **Professores e funcionários reuniram-se**. 21 mai. 1978, p. 44.

O ESTADO DE S. PAULO. **Reitor atende estudantes da Unicamp**. 17 out. 1978, p. 19.

O ESTADO DE S. PAULO. **Segundo o CGG (Unicamp)**. 26 abr. 1979, p. 24.

O ESTADO DE S. PAULO. **Unicamp condena ingerência de Maluf**. 12 mai. 1979, p. 13.

O ESTADO DE S. PAULO. **Unicamp modifica o contrato de professor**. 25 jul. 1979, p. 11.

O ESTADO DE S. PAULO. **Servidores da Unicamp em greve**. 04 jun. 1981, p. 15.

O ESTADO DE S. PAULO. **Unicamp atende pedido, a greve está encerrada**. 06 jun. 1981, p. 10.

OLIVEIRA, Celso. **Conselho Universitário revoga título de Doutor *Honoris Causa* concedido a Jarbas Passarinho**. Universidade Estadual de Campinas. Notícias. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/09/28/conselho-universitario-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa-concedido-jarbas>. Acesso em: 2 out. 2021.

PADGURSCHI, Diego. **Saúde é Independência – UNICAMP e SUS**. Documentário. Idea Unicamp. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AIxFCaRKCLA>. Acesso em: 6 nov. 2022.

PEREIRA, Elisabeth; MARTINS, Neire. (Org.). **Zeferino Vaz, ideia de universidade**. Campinas: Mercado das Letras, 2018.

PEREIRA, Mateus Camargo. **Tecendo a manhã**: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974/1982). 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253012>. Acesso em: 21 jul. 2019.

PEREIRA, Reginaldo Bispo. **Revista Movimento Negro Unificado**. Entrevista. jul./ago., 1981.

PESQUISA FAPESP. **Especial UNICAMP 50 anos**. São Paulo: FAPESP, n. 247, set. 2016.

PINOTTI, José Aristodemo; AROUCA, Antônio Sérgio de Souza; TAMBELLINI, Anamaria Testa. Facultades de medicina tradicionales y innovadas: tentativa de análisis tipológico. **EDUCACION MEDICA Y SALUD**. Washington: Organización Pan Americana de Saúde, v. 8, n. 1, 1974.

PRADO JUNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PROJETO Memória e patrimônio da saúde pública no Brasil: a trajetória de Sérgio Arouca, Relatório de Atividades Sérgio Arouca, 1967-1975. UNESCO. Rio de Janeiro, 2005.

PROTETTI, Fernando Henrique. **Transformações nas condições de trabalho dos professores de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas**. 2019. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636821>. Acesso em: 24 fev. 2020

RANIERI, Nina. **Autonomia universitária**: a universidade pública e a Constituição Federal de 1988. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

RAMOS, Armando. **Parecer Conselho Estadual de Educação n. 1675/1981**. Aprovado em: 14 de outubro de 1981. Conselho Estadual de Educação. São Paulo. 1981. Disponível em: ? Acesso em: 6. out. 2021.

RELATÓRIO final da Comissão da Verdade e Memória da USP. 2018.

RELATÓRIO final da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da UNICAMP. Organização de Angela Maria Carneiro Araújo. Campinas: UNICAMP/BCCL, 2015.

RELATÓRIO parcial da Comissão da Verdade da UNESP. Organização de Anna Maria Martínez Corrêa. Marília: UNESP, 2014.

REZENDE, Antonio Muniz de. O discurso do interventor. **Folha de S. Paulo**. Folhetim 1, nov. 1981.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **Debate educacional nas origens da “Nova República”**: a defesa da escola pública em projetos editoriais de 1978 a 1985. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Florestan Fernandes e a educação pública na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). **Pró-posições** (UNICAMP [On-line]), v. 33, 2022.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia; BRAGA, Lucelma Silva. A centralidade da educação pública na obra e militância de Florestan Fernandes, no período entre 1980 a 1995. Contribuições ao pensamento marxista sobre a educação no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 7.

ROGATTO, Marcos. **68/98**: comportamento e política estudantil. Documentário. Studio Eletrônico com apoio da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. 1999. Disponível em: <https://vimeo.com/581592205>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ROLDAN, Roberto. **Unicamp Intervenção**: um videodocumentário. PP Produções, 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/248051254>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ROSAR, M. F. F. **Administração escolar**: um problema educativo ou empresarial? 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. Educação e movimentos sociais: avanços e recuos entre o século XX e o século XXI. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, p. 145-162, 2011.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. Movimento docente na América Latina. **Universidade e Sociedade (ANDES)**, São Paulo, n. 8, p. 29-34, 1996.

ROSAR, M. F. F. **Para “navegação venturosa” dos anos 80, contávamos com boas lentes de aumento e conseguíamos ver muito além do horizonte**. Palestra proferida no ciclo de

debate HISTEDBR, 2005. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/maria_de_fatima_felix_rosar_artigo_0.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

SAAD, Mario José Abdalla; PEREIRA, Rosa Inês Costa (colab.). **FCM 50 anos: a realidade ultrapassou**. Organização de Camila Delmondes. Campinas, SP: FCM Unicamp, 2013.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília, 1964-1965. 2. ed. revisada. Brasília: Ed. UnB, 2012.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao Golpe de 64. Campinas: Alínea, 2008.

SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Casa Civil. **Decreto de 9/10/[19]81**. São Paulo, 10 out. 1981a, v. 91, n. 194. Disponível em: ?. Acesso em: 21 nov. 2022.

SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Universidade Estadual de Campinas. **Portarias do reitor de 16/10/[19]81**. São Paulo. 17. out. 1981b. v. 91, n. 198. Disponível em: Acesso em: 21. nov. 2022.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. **Decreto nº 52255, 30 de julho de 1969**. Baixa os Estatutos da Universidade Estadual de Campinas e dá outras providências. Legislação do Estado de São Paulo. 1969.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. **Decreto nº 9597, 21 de março de 1977**. Dá nova redação a dispositivos dos Estatutos e Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas e dá outras providências correlatas. Legislação do Estado de São Paulo. 1977.

SÃO PAULO. **Lei no 7655, de 28 de dezembro de 1962**. Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1962/lei-7655-28.12.1962.html>. Acesso em: 6 dez. 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2015.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, Roberto. **Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho**. Encontros com a Civilização Brasileira. n. 15, set. 1979.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade, Fundação e autoritarismo**: o caso da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1993.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. **Política educacional e hegemonia**: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960. 2000. Tese (doutorado) -

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1590345>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA, Aline. **A luta do Conselho de Entidades de Campinas por uma Faculdade de Medicina na cidade**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: ?. Acesso em: 22 mar. 2020.

SILVA, Luciana Vieira Souza da. **Ciência, universidade e diplomacia científica: a trajetória brasileira de Gleb Vassilievich Wataghin (1934-1971)**. 2020. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2020.

SILVA MICHELENA, Hector.; SONNTAG, Heinz. **Universidad, dependencia y revolucion**. 6. ed. México, DF: Siglo Veintiuno, 1978.

SOARES, Luiz Eduardo. Vendendo saúde: o INPS e a seguridade social no Brasil. **SAÚDE EM DEBATE**. Londrina: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, n. 1, out./nov./dez. 1976.

TAMBELLINI, Anamaria Testa; AROUCA, Antônio Sérgio de Souza. Medicina de comunidade: implicações de uma teoria. **SAÚDE EM DEBATE**. Londrina: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, n. 1, out./nov./dez. 1976.

TAMBELLINI, Anamaria Testa. **Contribuição à análise epidemiológica dos acidentes de trânsito**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 1975. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1580173>. Acesso em: 21 out. 2021.

TAMBELLINI, Anamaria. Portal Fiocruz. **Comissão da Verdade da Reforma Sanitária vai buscar histórias de repressão na área da saúde**. Entrevista. Vivi Fernandes de Lima. 18 fev. 2014. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/comissao-da-verdade-da-reforma-sanitaria-vai-buscar-historias-de-repressao-na-area-da-saude>.. Acesso em: 2 fev. 2020.

TAMBELLINI, Anamaria Testa. Questões introdutórias: razões, significados e afetos – expressões do “Dilema Preventista”, então e agora. In: AROUCA, Antônio Sérgio de Souza. **O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, [1976] 2003.

TEIXEIRA, Anísio. **A universidade de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro. A democracia populista golpeada. In: **1964: visões críticas do golpe, democracia e reformas no populismo**. Organização de Caio Navarro de Toledo. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro. Zeferino Vaz: um reitor de direita que protegia as esquerdas? **Revista Germinal**, Salvador, v. 7, n. 2, dez. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/14871>. Acesso em: 6 jan. 2016.

TORO DE SANCHEZ, Luz Helena. **A extensão universitária: o histórico da experiência da UNICAMP**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1996. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1583902>. Acesso em: 22 mar. 2019.

TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. Arquivo Central do Sistema de Arquivos/SIARQ. **Exposição UNICAMP 50 anos**. 2016. Disponível em: <https://expounicamp.siarq.unicamp.br/>. Acesso em: 24. fev. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. Comissão de Ensino. **Atas de 26/11/1968 a 30/11/1979**. Arquivo Central do Sistema de Arquivos/SIARQ.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. Comissão de Estatutos da Universidade de Campinas. **Atas de 12/12/1968 a 27/03/1969**. Arquivo Central do Sistema de Arquivos/SIARQ.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. CONSELHO DIRETOR/CD. **Atas de 21/02/1967 a 19/04/1982**. Arquivo Central do Sistema de Arquivos/SIARQ.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivos/SIARQ. **Milhares de estudantes nos debates com os “reitoráveis”**. Jornal não identificado. Arquivo Central do Sistema de Arquivos/SIARQ. 18 set. 1981. Disponível em: <https://www.35anos.unicamp.br/index.php>. Acesso em: 16 out. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. **Moção da UNICAMP à sociedade**. 1ª Assembleia Universitária Extraordinária, 15/09/2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/10/15/mocao-em-defesa-da-ciencia-e-da-educacao-e-aprovada-em-assembleia-universitaria>. Acesso em: 2 out. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. **Portaria nº 66**. Portaria GR-066, 9 de setembro de 1981. Baixa o Regimento do Diretório Central dos Estudantes da UNICAMP. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/151/0>. Acesso em: 21 jul. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. **Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas ao Egrégio Conselho Estadual de Educação**. Comissão Organizadora. Universidade de Campinas. Campinas, 1966. Arquivo Central do Sistema de Arquivos/SIARQ. Disponível em: http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/historia_memoria/relatorio_comissao_organiza.pdf. Acesso: 2 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. **Relatório da Gestão José Aristodemo Pinotti (1982-1986)**. Campinas: NUDECRI/UNICAMP, 1986.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. **Relatório da Gestão Plínio Alves de Moraes (1978-1982)**. Campinas: NUDECRI/UNICAMP, 1982.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP. **Relatório da Gestão Zeferino Vaz (1966-1978)**. Campinas: NUDECRI/UNICAMP, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/UFRJ. Conselho Universitário/CONSUNI. **Atas, 25/03/2021, 20/04/2021 Extra**. Disponível em:?. Acesso em: 2 out. 2021.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência, movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

VAZ, Zeferino. **Entrevista [1978]**. Programa Vox Populi. TV Cultura. Sistema de Arquivos da Unicamp. 2021. Disponível em: <https://vimeo.com/549665029>. Acesso em: 6 mai. 2021.

VENTURI, Toni. **Cabra-cega**. Ficção. Europa Filmes. 2005.

VEJA [Revista]. **Universidade Estadual de Campinas: um reduto da cultura brasileira**. n. 352, jun. 1975

VARGAFTIG, Boris Bernardo Jorge; BELLATO, Sueli Aparecida. Programa Urbanidades. **[Entrevista] Cesar Bargo**. Programas Urbanidades (2015) Bloco 2. Disponível em: <https://vimeo.com/793543885>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VIRAMUNDO, **Jornal dos/as Estudantes da UNICAMP**, n. 2, abr./mai., 1974.

WOOD JÚNIOR, Thomaz. **Unicamp 1981**. Documentário. 1981. Disponível em: <https://vimeo.com/509305971>. Acesso em: 6 fev. 2021.

XAVIER, Maria Elizabeth S. Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931/1961)**. Campinas: Papyrus, 1990.

ANEXO 1

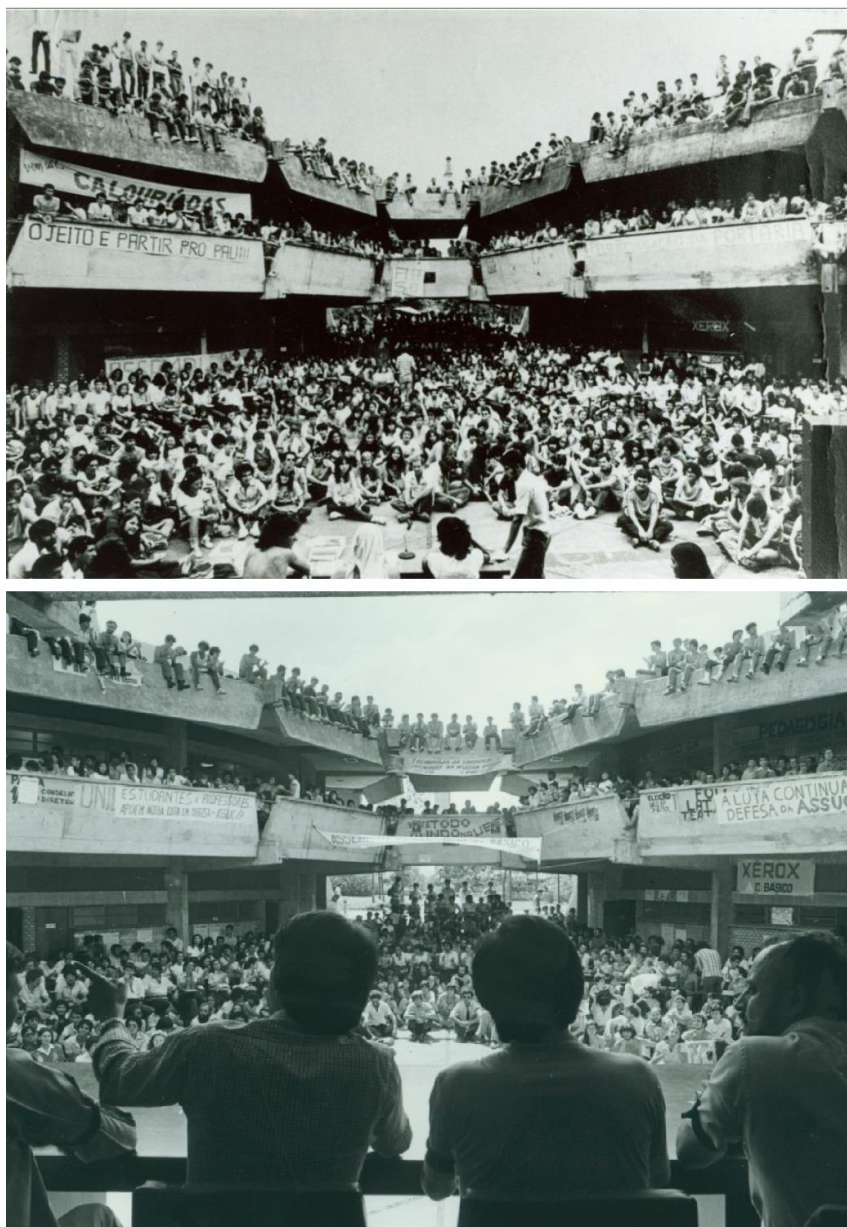
Conselho Diretor da Universidade Estadual de Campinas, primeira reunião em 21 de fevereiro de 1967 (da esquerda para direita: Paulo Gomes Romeu, coordenador de Institutos; Marcello Damy de Souza Santos, diretor do Instituto de Física; Arlinda Rocha Camargo, secretária; e Zeferino Vaz, reitor).



Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (2016).

ANEXO 2

Mobilizações da comunidade universitária e debate de reitoráveis em outubro de 1981 no Ciclo Básico, durante a crise da institucionalização da Universidade Estadual de Campinas.



Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (2016).

ANEXO 3

A realidade ultrapassa a ficção quando Alice passeia no "campus"

A sentença primeiro, o julgamento depois

Havia, na Universidade de Oxford, um discreto professor de lógica e matemática, que se divertia escrevendo histórias para crianças. E bem provável que a maioria nem mesmo se tenha dado ao trabalho de memorizar o seu nome, mas o fato é que o mundo que ele inventou e os tipos que ele criou passaram a fazer parte dos assuntos sobre que, vez por outra, todo mundo conversa. Todo mundo já ouviu falar na Alice e suas aventuras no país maravilhoso, encantado e absurdo dos coelhos que usam relógio, do chapéu maluco, do gato risonho que aparece e desaparece, do Humpty-Dumpty e seu realismo político, da rainha furiosa que gostava de ver as cabeças rolares...

Eu disse "mundo que ele inventou"? Foi um equívoco. De fato, Lewis Carroll não inventou nada mas simplesmente colocou sob a máscara das histórias infantis, os absurdos que seus olhos viam acontecer, todo dia. Coisa curiosa esta, que na Universidade, lugar que se proclama templo da verdade, os cientistas possam dizer as coisas sobre o mundo da natureza, sem rodeios, enquanto que eles são obrigados a dizer as coisas sobre o mundo dos homens, por parábolas. É que a natureza, a despeito do seu tamanho, não possui sentimentos mesquinhos e nem tem o poder para despedir professores dos seus empregos. Ela nunca se sente ofendida e nem ameaçada. Mas no mundo dos homens as coisas são diferentes, e quando as coisas ditas não agradam reis e rainhas, as cabeças começam a rolar. Tal como aconteceu na Unicamp, lugar que, sem dúvida, inspiraria Lewis Carroll na criação de muitos outros personagens absurdos. Mas talvez que isso nem mesmo fosse necessário. Bastaria descrever a realidade...

CABEÇAS TROCADAS

E foi exatamente isso que aconteceu comigo. Vivendo, de olhos abertos, os últimos acontecimentos da Unicamp, meu pensamento voou para o mundo absurdo da Alice, em busca de um pouco de bom senso, já que a realidade ultrapassa, de muito, as mais alucinadas invenções da imaginação. Lembrei-me de um famoso julgamento em que a Rainha berrava: "A sentença primeiro, o julgamento depois!" Quando li essa coisa, fiz muitos anos, menino ainda; comecei a rir. Isso me parecia totalmente impossível. Foi necessário crescer e viver para compreender que esta é a ordem natural das coisas. Foi assim, de fato, que aconteceu na Unicamp.

As cabeças de oito diretores ou, mais precisamente, as cabeças de seis Institutos e duas Faculdades, rolaram por terra, antes que os interrogatórios se iniciassem e antes que qualquer crime tivesse sido cometido. Mas o pior foi o que se seguiu. A Rainha berrou que as cabeças tinham sido cortadas para se restaurar a ordem. Ato contínuo, num fiat mágico, anunciou que ordem se pretendia restaurar. Imaginemos que o Criador Todo-Poderoso, insatisfeito com as coisas, tais como estão, resolvesse colocar a casa em ordem. Primeiro ato, decapitar os bichos que não lhe agradavam. Ato contínuo, transplante de cabeças: na girafa, uma volumosa cabeça de hipopótamo; no gambá, cabeça de beija-flor; no macaco, cara de elefante. Sim, senhores, pasmem, porque foi exatamente isso que aconteceu. E a Faculdade de Educação se descobriu, repentinamente, com cabeça de dentista, e as Ciências

Humanas com cabeça de biólogo... Claro que, se isso acontecesse, todo mundo concluiria que o Todo-Poderoso havia perdido o juízo. No caso da Unicamp, isto nos dá boas pistas para vislumbrar o juízo que está por detrás dessa ação de botar a casa em ordem.

O TAMANHO DO PORRETE

Em nome da ordem, puxaram o artigo 137 do Regimento Geral da universidade, que diz que, para ser diretor de Instituto ou Faculdade, é necessário ser professor titular. Disseram que professor titular, só por concurso. E, sem maiores cerimônias, declararam que as denominações de "professor titular", tradicionais na Unicamp, conferidas a cientistas de notório saber e que, por anos a fio, construíram a reputação nacional e internacional da Universidade, não valiam nada. Eram só de brincadeira. Quando a administração contratou, registrou, colocou nos "holeriths" essa expressão — professor titular — a coisa não era para ser levada a sério. Será que não se pode nem mesmo brincar de faz-de-conta? Então a alta administração da Unicamp não pode mudar as regras do jogo, quando bem o desejar? Essa é lição que aprendemos do Humpty-Dumpty, também do mundo de Lewis Carroll. As razões não têm importância. O que importa é o tamanho do porrete que se tem nas mãos. Uma boa bordada ou uma boa ameaça valem mais que muitos tratados de direito: "might makes right"...

Antes, era conveniente. A administração nomeava os diretores. E quando eles não tinham o título de "professor titular" ela simplesmente os promovia à função de "professor titular". Naquela ocasião, isso era vantajoso... Até mesmo listas sextuplas foram enviadas ao governo do Estado em que não havia um só candidato que fosse titular por concurso! E, agora, começamos a falar baixinho. "Em casa de enforcado, não se fala em corda." Porque a guilhotina ameaça cortar mais cabeças do que deveria. Claro. Já imaginaram se o reitor não for concursado? Ou alguns dos seus aliados? E aí os hermenêutas da Rainha trabalharam depressa. "De fato, o texto do artigo 137 diz só 'professores titulares'. Mas é claro que os professores estáveis também estão incluídos..." Ufa, que alívio! Agora só rolariam as cabeças certas. Reitores sem concurso e diretores sem concurso permanecem em seus cargos, em nome da estabilidade.

E a pobre Alice pergunta, perplexa, o que é que estabilidade tem a ver com competência acadêmica que, segundo se alega, é a coisa que os tais concursos devem verificar. Não é verdade que o fato de haver professores cuja estabilidade se define por meio de um decreto especial, implica que, à parte do tal decreto, faltaria-lhes-lam os direitos que os professores titulares normalmente possuem? Quando uma pessoa invoca estabilidade por decreto, ela, por esse mesmo ato, confessa pertencer a uma classe distinta



daquela dos professores titulares. Mas os intérpretes da Rainha, sabendo que a sentença já estava lavrada antes do julgamento, puseram o Regimento no seu colo, bonequinho de ventríloquo, e o fizeram dizer o que não está dito.

ALICE E AS NULIDADES

Alice não se dá por convencida. Volta ao ataque.

"Mas, Majestade, com essa nova ordem o mundo se acaba. Tudo o que o Conselho Diretor fez no passado, de repente, fica nulo. Claro. Professores titulares, só por concurso. O Conselho Diretor depende e depende de professores titulares, como diretores. Eles não eram concursados. Logo, o Conselho Diretor nunca existiu, legalmente. E se ele nunca existiu, os atos que dele surgiram não têm, igualmente, existência legal! Nulos são todos os atos do Conselho Diretor, no passado. Nulo é todo o ensino ministrado. Nulos são todos os diplomas. Nulos são todos os concursos para professor titular, já realizados, pois foram abertos, prescritos e aprovados por um Conselho Diretor ilegalmente constituído. Nulos são todos os convênios já celebrados. Nulos são os programas e títulos de pós-graduação..."

"— Cortem-lhe a cabeça, cortem-lhe a cabeça..."

Mas há algo mais sinistro escondido. Parece que a Rainha descobriu um crime. Crime do Conselho Diretor. De fato, o Conselho Estadual de Educação ("Diário Oficial" de 20/10/81) diz que foi isso que aconteceu. O Conselho Diretor tentou subverter a ordem. Ele alterou o processo para escolha do Reitor. Todo mundo sabe que o Reitor é escolhido através de uma lista sextupla, votada pelo Conselho Diretor. Mas este último pôs as coisas de cabeça para baixo. Diz o texto do Conselho Estadual de Educação:

"A Resolução (do Conselho Diretor), em seu artigo 1.º, subordina a escolha de todos os dirigentes universitários à prévia consulta a toda a comunidade universitária..."

E foi isso que se espalhou pelos jornais. A consulta à comunidade é ilegal... E aí, os corpos decapitados dizem, meio sem jeito, por não estarem acostumados a falar sem cabeça, que não foi isso que foi dito. E citam o texto da sua decisão:

"O processo de escolha de todos os dirigentes universitários deve iniciar-se com uma consulta à comunidade envolvida, incluindo-se professores, alunos e funcionários."

O CRIME IMAGINÁRIO

"Nunca dissemos que o Conselho Diretor abdica de suas prerrogativas. Em nenhum lugar dissemos que o Conselho Diretor vai subordinar sua escolha aos resultados da consulta à comunidade. E que pensamos que seria bom saber o que os outros estão pensando... Os senhores sabem, é esta coisa de abertura democrática... Não é verdade que os partidos vivem fazendo consultas à comunidade, mesmo o partido do governo, chegando mesmo a contratar firmas especializadas em opinião pública? A Constituição do País garante o direito à opinião própria. Será que não existe também um direito a saber a opinião dos outros?"

E a Rainha, furiosa, berra de novo: "Que se lhes cortem as cabeças. De fato, não cometeram nenhum crime. Mas bem que o imaginaram... Primeiro a sentença. Que se degolem os cordeiros. O julgamento vem depois. Os lobos cuidarão disso." Não sei para quando está convocada a próxima reunião do Conselho Diretor...

Fonte: ALVES, 1981, p. 3.

ANEXO 4

Associações, entidades, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais populares nacionais e internacionais que apoiaram a luta pela democratização da Universidade Estadual de Campinas efetivada pela comunidade universitária contra a intervenção⁵⁶

Universidades

Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) (Departamento de Letras), Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) (Arquitetura e Urbanismo)

Sociedades Científicas

Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Sociedade Brasileira de Lógica, Sociedade Brasileira de Física, Associação Brasileira de Psiquiatria, Sociedade Brasileira de Química, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, Chefes de Departamento e Coordenadores de Pós-Graduação em Filosofia, Pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Sociedade Brasileira de Computação, Associação Nacional de Educação, Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto

Associações Profissionais e Sindicatos

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Associação de Sociólogos do Estado de São Paulo, Associação dos Sociólogos do ABC, Instituto de Arquitetos do Brasileira, Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo, Federação Nacional dos Arquitetos, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de Santo André, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de Mauá, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de Ribeirão Pires, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de Rio grande da Serra, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, Associação dos Funcionários do IPT

⁵⁶ Parte anexa reproduzida integralmente do estudo *Notas para uma história da crise da UNICAMP* desenvolvido por Edmundo Fernandes Dias disponibilizada nas páginas 164 a 166 e publicado na Revista Educação & Sociedade, ano IV, n. 11, jun. 1982.

(USP), Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP), Associação dos Orientadores Educacionais do Estado de São Paulo, União dos Diretores do Magistério Oficial de São Paulo, Sindicato dos Professores do Estado do Distrito Federal, Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, Associação dos Professores de Língua Portuguesa e Literatura, Centro de Estudos e Atividades Filosóficas, Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, Associação dos Médicos do Hospital das Clínicas da USP, Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, Associação dos Médicos Sanitaristas de São Paulo, Ordem dos Advogados do Brasil, Comitê de Assessores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Associação Campineira dos Servidores Públicos, Associação dos Auxiliares de Saúde de Campinas

Movimento Docente

Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), Associação de Professores da Pontifícia Universidade Católica-Campinas (APROPUCC), Associação de Docentes da Universidade de São Carlos (ADUFSCar), Associação de Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Associação de Docentes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (ADUNESP), Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (USP), Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Associação de Docentes da Universidade Santa Úrsula (ADUSU), Associação de Professores da Pontifícia Universidade Católica-São Paulo (APROPUC-SP), Associação de Docentes da Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro (ADPUC-RJ), Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense, Associação de Professores Universitários da Bahia (APUB), Associação de Docentes da Universidade Federal de Goiás, Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba, Associação de Docentes da Universidade Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro, Associação de Docentes da Universidade de Viçosa, Associação de Docentes da Universidade Paulista de Medicina, Associação de Docentes da Universidade Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, Associação de Docentes da Universidade Estadual de Londrina, Associação de Docentes do Hospital Universitário de Londrina, Associação de Docentes da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA), Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas, Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Associação de Docentes da Universidade Regional do Nordeste – Campina Grande – Paraíba, Associação de Docentes do Centro de Estudos Superiores de Londrina, Associação de Docentes de Ijuí – Rio Grande do Sul, Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense

Movimento Estudantil

União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual de Estudantes – São Paulo (UEE-SP), Diretório Central de Estudantes da PUC-SP, Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Uberlândia, Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro

Acadêmico Armando Salles de Oliveira – USP – São Carlos, Centro Acadêmico – Psicologia e Engenharia de Uberlândia, Centros Acadêmicos da USP, Centros Acadêmicos da UNIMEP

Partidos Políticos

Os partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), estiveram sempre presentes.

Movimentos Sociais Populares

As Igrejas Católica e Protestante também estiveram presentes. E até mesmo o Conselho das Sociedades e Amigos dos Bairros de Campinas e a Federação da Sociedade de Amigos de Bairros de São Bernardo do Campo deram o testemunho de solidariedade.

Partidos, instituições, intelectuais internacionais e demais manifestações de apoio

Da França, chegava o apoio dos melhores intelectuais. Entre outros destacam-se: Simone de Beauvoir, Giles Deleuze, Jean-Pierre Faye, Andre Gorz, Marcel Jovilet, Jean François Lyotard, Andre Mattelart, Pierre Salama, Michel Foucault, Tzvetan Todorov, Jacques Valter, Jean Marie Vicent, Fernand Braudel, Oswald Ducrot, François Chatêlet, Claude Lefort, Jacques Rancieri, Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidalnaquet, Giles Gaston Granger e Michel Launay. Celso Furtado ensinando na França envia também o seu apoio. Pronunciaram-se a Federation de L'Education Nationale e o Syndicat National de L'Enseignement Superiuer.

Dos Estados Unidos se manifestavam: o Summer Institute of Linguistics, The New York Academy of Sciences, Columbia University in the City of New York, The Association for Latin American Studies, a University of California, a State University of New York at Albany e o Columbia University Semiar on Brazil.

Da Inglaterra se pronunciaram a economista Joan Robinson e os estudantes brasileiros de pós-graduação e pesquisadores.

E, finalmente, da Itália, chegava o apoio do Consiglio Nazionale della Ricerca-Instituto de Psicologia, da Confederazione Generale Italiana del Lavoro e do Partido Solicista Italiano.

Mais de trezentos professores universitários e vários conselhos de diversas universidades. Ilustrativo foi o telex [, sistema de comunicação de mensagem escrita,] enviado pelo Conselho Universitário da UFMG, que dizia: “O Conselho Universitário da UFMG, em sua reunião de 23 de outubro de 1981, decidiu por unanimidade manifestar seu repúdio à intervenção na UNICAMP, que feriu gravemente a autonomia universitária. Tal intervenção representa grave ameaça à sobrevivência de uma das mais conceituadas universidades brasileiras”.